UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ANAUENE DIAS SOARES

A normativa de proteção ao tráfico ilícito do patrimônio cultural: o acervo
arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos

São Paulo
2015

ANAUENE DIAS SOARES

**A normativa de proteção ao tráfico ilícito de bens culturais: acervo
arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientadora: Professora Dra. Silvia Helena Zanirato

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Soares, Anauene Dias

A normativa de proteção ao tráfico ilícito do patrimônio cultural : o acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos / Anauene Dias Soares ; orientadora Silvia Helena Zanirato. – São Paulo, 2015
156 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Patrimônio cultural – Proteção - Brasil. 2. Bens culturais - Proteção. 3. Acervo museológico. 4. Instituto Cultural Banco Santos. I. Zanirato, Silvia Helena, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.53636981

Nome: SOARES, Anauene Dias

Título: A normativa de proteção ao tráfico ilícito de bens culturais: acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 17/06/2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*“[...]nenhuma experiência foi insignificante; o menor
acontecimento desdobra-se com um destino.”*

Cartas a um jovem poeta,
Rainer Maria Rilke

Aos meus pais, João e Clarice, e ao meu querido irmão, Uírá.

Agradecimentos

Aos docentes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), por todo apoio e aprendizado adquiridos durante o programa de mestrado Mudança Social e Participação Política.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Zanirato, quem muito contribuiu para meu crescimento científico.

Ao arqueólogo Rossano Bastos, pela atenção e dedicação durante o processo de definição.

Ao meu amigo e professor provocador de dúvidas e incertezas, homem de vasto conhecimento e ensinamentos, Prof. Dr. Renato Kirchner.

Aos meus amigos que me acompanharam e sempre me motivaram nessa jornada, seja na realização do projeto de pesquisa, como Elizângela Rocha, seja durante a escrita da dissertação, como Jefferson Martins e Aureo Lopes, entre muitos outros sempre lembrados que ainda poderiam ser citados.

À incansável paciência de meus entes queridos, família.

A Pedro, meu companheiro, desvelador do crème-brûlé.

Resumo

SOARES, Anauene Dias. **A normativa de proteção ao tráfico ilícito de bens culturais: acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências - Escola de Artes, Ciências e Humanidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão corrigida.

O trabalho “A normativa de proteção ao tráfico ilícito do patrimônio cultural: acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos”, visa a analisar a normativa de proteção do patrimônio cultural no que tange os contornos jurídicos construídos sobre o tráfico ilícito de bens culturais, por meio de normativas internacionais e nacionais, com destaque aos bens culturais arqueológicos. Como objeto de estudo, será tomado o acervo de obras arqueológicas do Instituto Cultural Banco Santos, pertencente ao Banco Santos S/A, composto por aproximadamente 2.100 peças. Sua constituição contribui para o entender a respeito do funcionamento das normas jurídicas de combate ao tráfico de bens culturais no Brasil, especialmente no que tange ao tráfico de bens patrimoniais culturais na escala internacional.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Tráfico de bens culturais. Normativa internacional. Normativa nacional. Acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos.

Abstract

SOARES, Anauene Dias. **The rules of protection against the illicit trafficking of cultural heritage: the archaeological collection of the Instituto Cultural Banco Santos**. 2015. 156 p. Dissertation (Master of Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, Corrected version.

The work "The rules of protection against the illicit trafficking of cultural heritage: the archaeological collection of the Instituto Cultural Banco Santos" aims to analyze rules on the protection of cultural heritage, regarding the legal contours on illicit trafficking of cultural goods, through international and national law, with emphasis on archaeological cultural goods. The archeological collection of the Instituto Cultural Banco Santos, which belongs to Banco Santos S/A, with approximately 2,100 goods in taken as subject of study. Its constitution contributes to understand the enforcement of legal rules on trafficking of cultural goods in Brazil, taking into consideration the trafficking of cultural heritage on an international scale.

Keywords: Cultural heritage. Trafficking in cultural goods. International norms. National norms. Archeological collection of Instituto Cultural Banco Santos.

Resumen

SOARES, Anauene Dias. **Las reglas de la protección contra el tráfico ilícito de bienes culturales: colección arqueológica del Instituto Cultural Banco Santos**. 2015. 156 f. Disertación (Maestría en Ciencias) - Escuela de Artes, Ciencias y Humanidades de la Universidad de São Paulo, São Paulo, 2015. Versión corregida.

El trabajo titulado "Las reglas de la protección contra el tráfico ilícito de bienes culturales: colección arqueológica del Instituto Cultural Banco Santos" tiene como objetivo analizar la protección de las normas del patrimonio cultural, en relación con los contornos jurídicos contruidos sobre el tráfico ilícito de bienes culturales, a través de la normativa internacional y nacional, con énfasis en los bienes culturales arqueológicos. Como objeto de estudio, se tomará la colección de obras arqueológicas del Instituto Cultural Banco Santos, perteneciente al Banco Santos S/A, con aproximadamente 2.100 bienes. Su constitución contribuye para la comprensión sobre el funcionamiento de las normas legales para combatir el tráfico de bienes culturales en Brasil, sobre todo en relación con el tráfico de bienes culturales en escala internacional.

Palabras clave: Patrimonio cultural. El tráfico de bienes culturales. Normas internacionales. normas nacionales. La colección arqueológica del Instituto Cultural Banco Santos.

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa de grandes roubos de livros registrados desde 2003.....	69
Figura 2 - Portaria nº 228/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).....	86
Figura 3 - Publicação da Portaria nº 228/2002, do IPHAN no Diário Oficial.....	86
Figura 4 - Página 289 do catálogo da exposição “Antes - As histórias da pré-história“.....	88
Figura 5 - Arrolamento e avaliação das obras existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	94
Figura 6 - Arrolamento e avaliação das obras existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	95
Figura 7 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	95
Figura 8 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	95
Figura 9 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	96
Figura 10 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	96
Figura 11 - Arrolamento e avaliação de bens etnológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	96
Figura 12 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	96
Figura 13 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	97
Figura 14 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005.....	97
Figura 15 - Capa do catálogo de exposição do “ <i>Brésil Indien</i> ” realizado em Paris em 2005.....	98
Figura 16 - Obra do catálogo de exposição do “ <i>Brésil Indien</i> ” realizado em Paris em 2005..	98

Figura 17 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005.....	99
Figura 18 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005.....	99
Figura 19 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005....	100
Figura 20 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005....	100
Figura 21 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005....	100
Figura 22 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005....	100
Figura 23 - Relação das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005....	101
Figura 24 - Solicitação de autorização do IPHAN para trânsito internacional das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005.....	101
Figura 25 - Solicitação de autorização do IPHAN para trânsito internacional das obras da exposição “ <i>Brésil Indien</i> ” realizada em Paris em 2005.....	101
Figura 26 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da <i>Cid Collection</i> emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	102
Figura 27 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da <i>Cid Collection</i> emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	102
Figura 28 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da <i>Cid Collection</i> emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	103
Figura 29 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da <i>Cid Collection</i> emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	103
Figura 30 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da <i>Cid Collection</i> emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	103
Figura 31- Formulário de empréstimo e comodato da exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	103
Figura 32 - Capa do catálogo da exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	104
Figura 33 - Mapa do catálogo indicando as regiões de origem das obras da exposição “Antes - As histórias da pré-história”.....	104
Figura 34 - Capa do catálogo da exposição “A Escrita da Memória”.....	105
Figura 35 - Tablete de argila, de 2100 a.C., de escrita cuneiforme, da Mesopotâmia, peça da exposição “A Escrita da Memória”.....	106
Figura 36 - Quipo, escrita tridimensional Maia, peça da exposição “A Escrita da Memória”.....	106

Figura 37 - 4 peças Maia de manufatura pré-hispânica da exposição “A Escrita da Memória”.....	107
Figura 38 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).....	134
Figura 39 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o MAE/USP.....	134
Figura 40 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o MAE/USP.....	135
Figura 41 - Espaços físicos de guarda dos acervos na residência do Edemar Cid Ferreira...	135
Figura 42 - Inventários realizados pelo MAE/USP do acervo do ICBS, da Cid Collection e do acervo particular do Edemar Cid Ferreira.....	136
Figura 43 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	137
Figura 44 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	137
Figura 45 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	137
Figura 46 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	138
Figura 47 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	138
Figura 48 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	138
Figura 49 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	138
Figura 50 - Inventário do acervo arqueológico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	139
Figura 51 - Inventário do acervo arqueológico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	139
Figura 52 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	140
Figura 53 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	140
Figura 54 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	140
Figura 55 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro - ICBS - feito pelo MAE/USP.....	140

Lista de quadros

Quadro 1 - Tabela II - Totalização das coleções arqueológicas depositadas no ICBS.....	110-111
Quadro 2 - Tabela III - Objetos, conjuntos de objetos e fragmentos depositados no Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo, SP arrolados pelo IPHAN em 16-17/02/2005.....	113-129
Quadro 3 - Quadro recapitulativo da Tabela III.....	131
Quadro4 - Tabela IV - Peças emprestadas pelo ICBS a MAG + rede cultural para figurar na mostra ANTES.....	132-134

Lista de Siglas

CODEPOC - Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação

DELEMAPH - Delegacias de Repressão ao Crime contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico

FBI - *Federal Bureau of Investigation* (Agência Federal de Investigação)

ICBS - Instituto Cultural Banco Santos

ICOM – *International Council of Museums* (Conselho Internacional dos Museus)

IEB – Institutos de Estudos Brasileiros

INTERPOL - *International Criminal Police Organization* (Organização Internacional de Polícia Criminal)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MAC – Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

MI – Museu do Ipiranga

SE - Superintendência do IPHAN

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNIDROIT – *International Institute for the Unification of Private Law* (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16-17
-------------------	-------

PARTE I

CAPÍTULO 1.....	18
-----------------	----

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL NAS BASES NORMATIVAS.....	18-24
--	-------

1.1.1 Patrimônio cultural arqueológico na tutela jurídica.....	25-26
--	-------

1.2 A PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	27-30
---	-------

1.3 O CONTROLE DO TRÁFICO ILÍCITO DE BENS CULTURAIS: HISTÓRICO DA PREOCUPAÇÃO.....	31-36
--	-------

1.4 A NORMATIVA INTERNACIONAL PARA COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	37-40
---	-------

1.4.1 A proteção na Convenção de Haia de 1954 para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflitos Armados e seus Protocolos de 1954 e 1997.....	41-44
--	-------

1.4.2 A proteção na Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, de 1970.....	45-49
--	-------

1.4.3 A proteção na Convenção de UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados de 1995.....	50-54
---	-------

1.5 BOA-FÉ, <i>LEX ORIGINS</i> E <i>LEX SITUS</i> NAS TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS DE BENS CULTURAIS.....	55-58
--	-------

CAPÍTULO 2.....	59
-----------------	----

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	59-62
2.2 REGIME JURÍDICO ESPECIAL DOS SÍTIOS E ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL.....	63-66
2.3 A NORMATIVA BRASILEIRA DE CONTROLE DO TRÁFICO ILÍCITO DOS BENS CULTURAIS.....	67-71
2.3.1 Patrimônio cultural brasileiro: bem jurídico tutelado na esfera administrativa.....	72-74
2.3.2 Patrimônio cultural: bem jurídico tutelado na esfera penal.....	75-79
2.3.2.1 Tutela penal do patrimonio cultural arqueológico.....	80-82
 PARTE II	
CAPÍTULO 3.....	83
3.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO: A CID COLLECTION, O INSTITUTO CULTURAL BANCO SANTOS E A COLEÇÃO PRIVADA DE EDEMAR CID FERREIRA.....	84-92
3.2 O ACERVO ARQUEOLÓGICO DO INSTITUTO CULTURAL BANCO SANTOS SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO.....	93-141
3.3 DIVERGÊNCIAS EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DO ACERVO E A NORMATIVA INTERNACIONAL E NACIONAL DO TRÁFICO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO.....	142-146
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147-148
REFERÊNCIAS.....	149-156

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a normativa internacional e nacional sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural móvel tangível e sua aplicação à luz do que se refere ao acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS), de São Paulo, capital.

A hipótese é a de que a ausência de leis específicas para esse fim, como no ordenamento jurídico brasileiro, possibilita a formação ilegal de acervos, tal como parte da formação do Instituto Cultural Banco Santos. Tal acervo favorece a compreensão de parte do processo jurídico que levou ao sequestro de bens, hoje entregues à Universidade de São Paulo, como sua depositária fiel.

O tráfico ilícito de bens culturais, seja por furto, roubo ou qualquer outro meio de extravio, continua a ser um problema, conforme informações da INTERPOL de 2014 e do IPHAN, dados os inúmeros limites do direito interno e de casos de não aplicabilidade das convenções internacionais sobre o assunto.

Para lidar com o tráfico ilícito de bens culturais, em tempos de paz, foram criadas, no século passado, em nível internacional, a Convenção sobre Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais da UNESCO, de 1970, e a Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Illicitamente Exportados, de 1995; e, para tempos de guerra, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de Haia, de 1954.

Ademais, quando se transpõe, dos dispositivos legais, tanto internacionais quanto nacionais, a importância da proteção do patrimônio cultural, faz-se necessário, para sua concretização, o reconhecimento e a identificação da população local com esses bens culturais, por meio de uma abordagem que permita entender o porquê da responsabilidade das gerações atuais de conservar tais bens em função das gerações futuras. Mais ainda, que viabilize a possibilidade de acesso a esses bens.

Diante do abordado, o objetivo do trabalho é analisar a normativa internacional e nacional sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural móvel tangível e sua aplicação, à luz do que se refere ao acervo arqueológico do ICBS. O texto é estruturado da seguinte forma:

Na Parte I, são discutidos os procedimentos de análise, embasados em fontes

documentais e bibliográficas. É uma análise de natureza essencialmente qualitativa, realizada a partir das normativas internacionais e nacionais sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural, e de estudos de especialistas sobre o tema. Nesta parte encontram-se os Capítulos 1 e 2.

A Parte II é aquela desenvolvida com a análise específica do acervo arqueológico do ICBS em relação aos ditames legais estabelecidos. Ela compreende o Capítulo 3.

Ao final, são apresentadas as considerações que a pesquisa permitiu estabelecer. Assim, o trabalho é redigido em três capítulos, a saber:

No Capítulo 1 é analisado, com base no Direito Internacional, a normativa jurídica, entre as quais a Convenção da UNESCO de 1970 e a Convenção da Unidroit de 1995, bem como outros ditames internacionais concernentes ao tema.

No Capítulo 2, já em âmbito nacional, é analisada a normativa constitucional e infra-constitucional do combate ao tráfico ilícito do patrimônio cultural, sobretudo no que se refere aos bens arqueológicos, base principal da coleção aqui tratada.

No Capítulo 3, foi feita uma análise descritiva e quantitativa da formação do acervo arqueológico do ICBS. São peças de cunho arqueológico, grande parte delas marajoara, da região amazônica. Nesse momento, é apresentado o acervo, discutida sua aquisição e composição, identificada sua localização atual, seus vínculos com o processo legal do Banco Santos ajuizados na 6ª Vara Criminal da Justiça Federal e na 2ª Vara de Falências de São Paulo, bem como os relatórios e pareceres dos peritos legais, da equipe do ICBS, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), além do que foi noticiado pela imprensa, como irregularidades na formação do acervo, tudo à luz do disposto nas normativas internacionais e nacionais sobre o tráfico ilícito de bens culturais arqueológicos.

Nas considerações finais, são apresentadas algumas conclusões que a pesquisa possibilitou estabelecer e que dizem respeito à relação da normativa internacional e nacional do tráfico ilícito do patrimônio cultural com a formação do acervo arqueológico do ICBS, bem como seus desdobramentos, a partir dos autos do processo federal e estadual de São Paulo, no que diz respeito à proteção dessa gama de bens, enquanto identidade cultural e memória da nação a ser protegida e salvaguardada.

PARTE I

CAPÍTULO 1

O que tento lhe traduzir é mais misterioso, se enreda nas raízes mesmas do ser, na fonte impalpável das sensações.

Paul Cézanne

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL NAS BASES NORMATIVAS

O termo “patrimônio” vem do latim *patrimonium* e traz como significado primeiro “herança paterna”, ligando-se a *pater* – pai -, e, de uma forma mais ampla, denomina “bem de família” ou “herança comum”.¹ No sentido jurídico, é ainda reconhecido por “complexo de bens (...) suscetível de apreciação econômica”. O termo traz referência à identidade e à memória dos povos, pois é um bem de interesse da coletividade e cuja salvaguarda é de responsabilidade da humanidade em prol das gerações futuras.² Já o patrimônio cultural arqueológico é todo e qualquer vestígio da existência humana, interessando a todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas. (ICOMOS, Carta de Lausanne, 1990)

Foi com os movimentos europeus do século XIX que a memória coletiva teve destaque, deslocando o entendimento da excepcionalidade e da monumentalidade para os bens culturais usuais, permitindo a reconstrução e o entendimento de uma comunidade e de seu modo de vida, trazendo mudanças inclusive na área jurídica sobre a proteção do patrimônio cultural.

¹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Aurélio Século XXI*, cit.; Albert Dauzat, *Dictionnaire Étymologique*, Paris, Larousse, 1938, p. 540; William Morris (ed.), *The American Heritage Dictionary of the Language*, Nova York, American Heritage Publishing Co., 1970, p. 961.

² Ver a Declaração das Responsabilidades das Gerações Presentes em relação as Gerações Futuras da UNESCO.

Para Inês Virgínia Prado Soares (2014), a tutela jurídica do patrimônio cultural é estabelecida no curso do século XIX, momento em que os interesses individuais predominam sobre os interesses coletivos, com objetivo de resguardar o direito de propriedade.

Em meados do século XX, na Europa e nas Américas, a propriedade cultural já era tutelada legalmente, principalmente em âmbito constitucional, com a Constituição mexicana de 1917 e com a alemã de 1919. A Constituição da República de Weimar reconhece a titularidade pública do patrimônio cultural. Seu conteúdo influenciou muitas Cartas no entre Guerras Mundiais; entretanto, abrangiam-se apenas os bens móveis corpóreos.

A noção legislativa de patrimônio cultural data do início do século XX, principalmente das décadas de 1920-30, devido ao período do entre-Guerras. A abordagem dada nesse período, foi o de bens monumentais e de valor excepcional e importância para a comunidade dos bens materiais e imateriais eram ainda pouco difundidos. (SOARES, 2014)

As manifestações culturais de natureza intangível não eram tidas como objeto de propriedade. Segundo Richard Pipes (apud FINCHAM, 2011, p. 646, tradução nossa)³ “os direitos do proprietário, formalmente reconhecidos pela autoridade pública, eram voltados à exploração de ativos, como a venda ou outro meio de disposição do bem, a fim de excluir qualquer outro que não tivesse a propriedade do bem”.

A propriedade é a relação de uma pessoa (o proprietário) com uma coisa (o objeto de propriedade). Ela abarca, entre outras faculdades, (como gozar e dispor), a possibilidade de o proprietário usar a coisa e de impedir o uso da mesma por outros. Conforme J. Madison (1981 apud FINCHAM, 2011, p.646)⁴, o direito de propriedade é o domínio que cada homem tem de reivindicar e exercer seus direitos sobre as coisas externas do mundo, impedindo que todos os outros indivíduos o façam.

Então, vista por um prisma tradicional, a propriedade admite a utilização do seu objeto pelo proprietário da forma que a ele convém, o que inclui a possibilidade de não se preocupar com a proteção desse bem se assim entender, principalmente quanto aos valores culturais inerentes a eles, nem com a possível destruição do patrimônio em detrimento das gerações futu-

³ "the rights of the owner or owners, formally acknowledged by public authority, both to exploit assets to the exclusion of everyone else and to dispose of them by sale or otherwise". PIPES, Richard. *Property and freedom*. New York: Alfred A. Knopf. 1999.

⁴ MADISON, James. *Property, in the mind of de founder: sources of the political thought*. Marvin Meyers. 1981.

ras. Assim, trata-se da constituição de direitos reais⁵ e da transferência de propriedade no domínio das coisas móveis corpóreas (CORREIA, 1996).

Propriedade cultural tem, portanto, um alcance limitado, que pode revelar-se inadequado para a gama de questões abrangidas pelo conceito, mais amplo, de patrimônio cultural (CLÉMENT, 2007). Esse subgrupo pode ser incorporado a uma coleção maior do patrimônio cultural que é capaz de englobar este (dentro de si) por conter uma gama muito mais ampla de possíveis elementos, inclusive os intangíveis (BLAKE, 2000).

Nesse sentido, ainda nos dizeres de Janet Blake (2000), tradicionalmente, propriedade cultural, tem sido empregado como um termo técnico para designar o objeto de proteção no Direito Internacional.

O Direito do Patrimônio Cultural surgiu por meio de um conjunto disperso de doutrinas e políticas que orientam tribunais e legisladores. O entendimento acerca do que seja patrimônio cultural, logo bens culturais, é muito amplo e variado para o campo normativo. Nesse sentido, é difícil a formulação do conceito de patrimônio cultural, principalmente de maneira definitiva.

O patrimônio cultural, como interpretado pelo Direito do Patrimônio Cultural ou, ainda, pelo Direito Ambiental, em âmbito internacional, é multifacetado e traz referência à identidade e à memória dos povos, uma vez que é um bem de interesse da coletividade, cuja salvaguarda é de responsabilidade da humanidade em prol das futuras gerações, visando à sadia qualidade de vida. (MIRANDA, 2006; SOARES, 2009)

O patrimônio cultural é compreendido como os elementos físicos e intangíveis associados a um grupo de indivíduos, que são criados e passados de geração a geração (CASTILLO RUIZ, 1996; GONZALEZ-VARAS, 2003; FINCHAM, 2011) e trazem muito mais relações entre objetos e grupos de pessoas que a propriedade cultural. Abarca valores distintos, como culturais, patrimoniais, sociais, econômicos, monetários e educacionais, pertencentes a diferentes grupos.

Quando se tem a identidade de um grupo com certo bem, isso atribui direitos àquele

⁵ É o campo do direito patrimonial cujas regras tratam do poder dos homens sobre as coisas apropriáveis, aquelas que podem ser objeto de propriedade - direito conferido a alguém, ao qual lhe proporciona os poderes de uso, gozo, disposição e ainda de reavê-lo de quem injustamente o detenha - diante do interesse econômico que despertam. **A coisa pública não é apropriável.** (Grifo nosso)

grupo em relação a esse bem, tornando-o inalienável, se considerarmos as futuras gerações, que dependem da conexão com esses bens culturais para construir sua própria identidade (GERSTENBLITH, 1995).

Para elucidar tais abordagens, podem ser verificados os conceitos de patrimônio cultural em instrumentos internacionais, abrangidas apenas naquelas normativas referentes ao tráfico de bens culturais.

A primeira vez que o termo propriedade cultural foi usado e interpretado como patrimônio cultural foi na Convenção de Haia para a Proteção da Propriedade Cultural em Conflitos Armados de 1954, definindo os bens culturais como:

Artigo 1 - Definição de bens culturais: Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:

a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados "centros monumentais".

(Convenção de Haia de 1954)

Dessa forma, à propriedade cultural foram atribuídas três definições: os bens móveis e imóveis, os edifícios e os centros. Apesar de haver alguns conflitos quanto ao termo empregado em relação ao patrimônio cultural, essa convenção, em âmbito internacional, agrega aos esforços normativos da esfera cultural um caráter humanitário, ao mitigar os excessos da guerra. Por isso que, ainda hoje, são discutidas e aplicadas nos casos de pilhagem. Tudo para prevenir a transferência ilegal de bens culturais durante conflitos armados, situações presentes constantemente em diferentes territórios em tempos atuais, sendo essa a primeira manifesta-

ção normativa para a proteção do patrimônio cultural.⁶

Em 1970, foi aprovada, pela UNESCO, a Convenção sobre as Medidas que Devem ser Adotadas para Impedir e Proibir a Importação, a Exportação e a Transferência de Propriedades Ilícitas de Bens Culturais, que estabelece uma definição bem ampla para o patrimônio cultural em seu artigo 1:

Para os fins da presente Convenção, a expressão "bens culturais" significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência e que pertençam às seguintes categorias:

- a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico;
 - b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
 - c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autoridades quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas;
 - d) elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares interesse arqueológicos;
 - e) antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
 - f) objetos de interesse etnológico;
 - g) os bens de interesse artísticos, tais como:
 - (i) quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados a mão);
 - (ii) produções originais de arte estatutuária e de cultura em qualquer material;
 - (iii) gravuras, estampas e litografias originais;
 - (iv) conjuntos e montagens artísticas em qualquer material;
 - h) manuscritos raros e incunábulo, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc.), isolados ou em coleções;
 - i) selos postais, fiscais ou análogos, isolados ou em coleções;
 - j) arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
 - k) peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos.
- (UNESCO, Convenção de 1970)

Essa definição é ampliada ainda mais pela Convenção no artigo 4, prevendo situações em que, mesmo que esses bens não sejam produzidos por determinado Estado, poderão ser considerados como parte de seu patrimônio.

Outros instrumentos internacionais adotam outra denominação para o patrimônio cul-

⁶ A UNESCO declarou que a destruição e o tráfico das propriedades culturais da Síria e do Iraque atingiram uma escala sem precedentes. Este foi um dos temas discutidos no 13º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, que aconteceu em Doha entre os dias 12 e 19 de abril de 2015. Disponível em: <https://fbcdn-video-a-a.akamaihd.net/hvideo-ak-xta1/v/t42.1790-2/11139040_853222081428950_1808519480_n.mp4?oh=dcab399eef8574384954ac777e243707&oe=5537F240&__gda__=1429729526_626d8ea5d2abceb89c9d-fel1a9b25f197> Acesso em: Abr. 2015.

tural, como a Convenção de Unidroit sobre Objetos Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados de 1995, que o designa como ‘objetos culturais’, de acordo com o artigo 2 e Anexo:

Entende-se como objetos culturais, para os efeitos da presente Convenção, aqueles objetos que, a título religioso ou profano, se revestem de uma importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência, e que pertencem a uma das categorias enumeradas no Anexo à presente Convenção.

- a) Coleções e espécimes raros de zoologia, botânica, mineralogia, anatomia, objetos que tenham interesse paleontológico;
 - b) Os bens que digam respeito à história, inclusive à história das ciências e da técnica, à história militar e social, bem como à vida dos dirigentes, pensadores, sábios e artistas nacionais, e dos fatos de importância nacional;
 - c) O produto de escavações arqueológicas (regulares e clandestinas), e de descobertas arqueológicas;
 - d) Os elementos provenientes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de sítios arqueológicos;
 - e) Objetos de antiguidade tendo mais de cem anos de idade, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
 - f) O material etnológico;
 - g) Os bens de interesse artístico, tais como:
 - i) Quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente à mão, sobre qualquer base e em todos os materiais (exceto os desenhos industriais e os artigos manufaturados à mão);
 - ii) Produções originais da arte da estatuária e da escultura, em todos os materiais;
 - iii) Gravuras, estampas e litografias originais;
 - iv) Agrupamentos e montagens artísticas originais em todos os materiais;
 - h) Manuscritos raros e iconografia, livros antigos, documentos e publicações de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc.), isolados ou em coleções;
 - i) Estampilhas postais, estampilhas fiscais e artigos análogos, isolados ou em coleções;
 - j) Arquivos, inclusive os arquivos fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
 - k) Objetos de mobiliário com mais de cem anos de idade e instrumentos musicais antigos.
- (Unidroit, Convenção de Unidroit de 1995)

Os bens culturais, portanto, são definidos em legislações internacionais com distintas denominações, todas de forma a elencar os que são reconhecidos por determinado ordenamento jurídico de proteção ao patrimônio cultural. Nesse sentido, serão apresentados três meios de classificação dos bens culturais, usados em normativas apresentadas até o presente momento, exemplificativas e não taxativas, pois cabe a cada Estado indicar os bens culturais que estão sob sua proteção contra o respectivo tráfico ilícito.

A abordagem se dará por meio de uma classificação realizada por Pernille Askerud e Etienne Clément, para justificar as definições jurídicas construídas nas normativas internacionais e nas nacionais sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural, pois, ao fim, a medida adotada pelos países acaba por influir diretamente na efetividade legal da circulação internacional

dos bens culturais, pois a obra estará condicionada ao que cada Estado reconhece e discrimina como bem cultural em seu direito interno.

Ainda é relutante o reconhecimento de bens culturais como coisas móveis corpóreas: mercadorias que estão sujeitas à livre circulação – ao comércio. E, agregando uma categoria especial, por serem elementos integrantes do patrimônio cultural de um Estado, o qual é legítimo para regulamentar essa prática em seu território, com o fim de salvaguardar seu patrimônio cultural.

Askerud e Clément (1999) abordam três classificações de bens culturais: o *método de categoria* que consiste em uma descrição geral para estabelecer o que se deve proteger, abrangendo um campo mais amplo de obras a serem protegidas, o *método de enumeração* que descreve cada tipo de objeto incluído e protegido, sendo muito utilizado pela legislação de literatura inglesa e o *método de classificação* que aborda descrições ainda mais específicas, tal como uma obra só será protegida por meio de uma decisão administrativa de pessoa competente para exercer a proteção desse objeto específico, utilizado como base legislativa da literatura francesa. São classificações usadas normalmente pelos países como base para a elaboração de sua legislação.

Para Castillo Ruiz, (1996) o patrimônio cultural abrange elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, seja manifestados por indivíduos, seja por um grupo determinado deles, por meio dos quais há reconhecimento de sua identidade.

Por fim, o conceito jurídico atual de patrimônio cultural foi atribuído à Recomendação relativa ao Intercâmbio Internacional de Bens Culturais (1976), definido como bens que sejam expressão e testemunho da criação humana e da evolução da natureza, que tenham ou possam ter valor e interesse histórico, artístico, científico ou técnico, segundo os organismos designados por Estados. A conceituação de patrimônio cultural engloba também os bens arqueológicos, por seus valores e interesses sobre a existência, o que será abordado no item que segue.

1.1.1 Patrimônio cultural arqueológico na tutela jurídica

Todas essas definições a respeito do patrimônio cultural, logo dos bens culturais, foram necessárias para se chegar a um entendimento acerca do conceito de bens culturais arqueológicos no ordenamento jurídico.

As normativas internacionais não trazem uma definição de bem cultural arqueológico, apenas apresentam um rol de elementos do patrimônio cultural a serem protegidos, em que estão inseridos os sítios, os vestígios, os bens arqueológicos, dentre outros, cabendo aos Estados participantes a definição conforme o direito interno de cada país.

Por exemplo, na Carta de Nova Delhi de 1956, as recomendações acerca das definições, no item 1, abrangem sua aplicação a qualquer vestígio arqueológico cuja conservação apresente um interesse público do ponto de vista da história ou da arte, cabendo a determinação desse interesse público ao Estado Membro onde se encontrar tais vestígios. Recomendando que os monumentos, móveis ou imóveis, apresentam, do ponto de vista mais amplo da arqueologia, esse interesse.

Há outros ordenamentos jurídicos que preveem a proteção dos bens arqueológicos, tais como a Carta de Veneza de 1956 e a Convenção de Haia de 1954, a Convenção da UNESCO de 1970 e a Convenção de Unidroit de 1995, que serão abordadas nos itens seguintes.

O único ditame legal que aborda o conceito de patrimônio cultural arqueológico em escala internacional é a Carta de Lausanne de 1990, dispondo em seu art. 1:

compreende a porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonadas de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado. (ICOMOS, Carta de Lausanne de 1990)

No Brasil, a Lei 3.924/61, em conformidade com a previsão do art. 175 da Constituição de 1946, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e define em seu art. 2º, o patrimônio cultural arqueológico: as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis,

montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

1.2 A PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL

À preservação dos bens culturais deve ser atribuído o interesse relevante de permanência e de identidade do povo. A proteção do patrimônio cultural é definida por normativas internacionais como uma forma de preservar a identidade nacional e de assegurar o progresso social em longo prazo (ASKERUD; CLÉMENT, 1999).

São múltiplas as causas geradoras do tráfico ilícito do patrimônio cultural, advindas de fatores jurídicos e variantes de acordo com a natureza do bem e das peculiaridades sociais, econômicas, culturais e jurídicas dos Estados. Algumas delas vinculadas à valorização econômica do mercado de bens culturais e à segurança financeira atribuída a esses bens em períodos de inflação, evitando prejuízos patrimoniais (SILVA, 2003). Segundo Patrick O’Keeffe (1997, p.1):

Parece haver uma demanda crescente por antiguidades; não apenas por aquelas de qualidades destinadas a museus, mas em sentido mais amplo, por aquelas próprias para decoração. Sob as atuais condições, isso só pode levar ao roubo das coleções e, de maneira mais significativa, ao agravamento de uma já ampla destruição de sítios e monumentos importantes para a história da humanidade. (Tradução nossa)

Podem-se identificar outros motivos que acarretam essa prática, dentre eles os jurídicos, como a diversidade legislativa, gerando conflito entre leis de proteção, em que a transferência de uma obra de um determinado país sem controle de importação facilitaria aquisição e venda dessa, tal como o julgamento por tribunal estrangeiro de ação de reivindicação de bem cultural traficado ilicitamente sem considerar normas do país de origem, favorecendo o ato ilícito.

Além disso, tem-se, com a falta de fiscalização, inclusive de turistas, uma facilitação aos traficantes para a aquisição de bens culturais de outros países, com o propósito de venda a museus e instituições culturais que promovem o acesso delas à demanda interessada. Há, também, a deficiência das medidas protetivas de países em desenvolvimento, alvo de importações; descobertas científicas derivadas do patrimônio cultural que possibilitam estudos e difusão de modos de vida; e incentivos fiscais para colecionadores - como nos EUA, Japão e

Reino Unido (SILVA, 2003).

A proteção do patrimônio cultural, por via do Direito Internacional e do direito interno, é entendida como um elemento estrutural da identidade dos povos, como instrumento de coesão social, conforme prevê a Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 215, ao determinar que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” e ao determinar o direito à memória. Cabe ao Estado o dever de executar as medidas necessárias para que, efetivamente, seja vivido o direito à memória pela sociedade (DERANI, 2010).

Ao patrimônio cultural, faz-se necessário considerar determinados valores, tais como os que lhe darão significados quanto à identidade e à memória dos povos. Para proteger esse patrimônio, principalmente por meio de bases normativas, é preciso ater-se ao fato de que o objetivo não pode simplesmente manter-se na dimensão material e econômica desses bens; deve residir, também, na salvaguarda dos valores culturais que a eles se agregam.

Para a preservação dos bens culturais, considerando seus valores próprios, deve ser-lhe atribuído o interesse relevante de sua permanência e identidade do povo. A possibilidade de deterioração e de perda dos objetos culturais impulsiona sua proteção, pois a salvaguarda significa eleger pontos de contato com o passado, de modo a permitir à sociedade contemporânea identificar-se e estabelecer uma continuidade imaginária com o conjunto patrimonial da cultura de um determinado país (BO, 2003).

Eduardo Vera-Cruz Pinto (1996, p. 213) afirma:

O patrimônio cultural existente numa comunidade integra não só a sua essência identitária, mas também o seu quotidiano desenvolvimento. Por isso, a sua desfiguração causa efeitos imediatos nas atividades sócio urbanas do espaço em que está inserido, ferindo mediatamente a memória histórica comum.

O reconhecimento de uma identidade por um Estado em relação a determinado bem cultural tem conexão direta com essa identificação, para saber a qual país esse bem pertence e em qual país deve permanecer. Portanto, para a devolução ou permanência de bens culturais, é necessário considerar a identidade e o fato de que a privação da posse desses bens significará uma perda para o patrimônio cultural, visto que a obra pertence culturalmente a esse Estado.

A identidade, como preceitua José Gonçalves (CASTILLO RUIZ, 1996; GONZALEZ-VARAS, 2003; MIRANDA, 2003; SOARES, 2009; CANCLINI, 2013), é o repertório de traços culturais, por meio dos quais os membros de uma nação se identificam. Não obstan-

te, a concepção de uma consciência mais consolidada e a transformação de certos hábitos e atitudes diante dos bens culturais entendidos como identidade pode ser interpretada como procedimentos lentos que possibilitam uma melhor compreensão acerca da importância da proteção do patrimônio cultural de uma nação contra o tráfico ilícito (ASKERUD; CLÉMENT, 1999).

Além do pertencimento à identidade cultural e à memória de uma nação, os bens culturais podem ser também patrimônio cultural da humanidade, havendo interesse da comunidade internacional na sua proteção. Atribui-se então ao Estado a obrigação de proteção dos bens culturais, cabendo à comunidade internacional a cooperação para prevenir e reprimir o tráfico ilícito, tudo para promover a restituição ou o retorno dos bens culturais ao seu território de origem (SILVA, 2003) ou ao território da situação do bem, e, com isso, assegurar a diversidade cultural e possibilitar o acesso e a difusão dos bens culturais.

O direito internacional de solidariedade, diferente da cooperação em associar-se com outros para dividir mutuamente o ônus e os benefícios, constitui-se por interesses, objetivos e padrões das comunidades e transpõe os interesses do indivíduo, visando a uma responsabilidade compartilhada dos Estados e, mais que isso, sendo um compromisso entre as gerações (AMARAL JR., 2011).

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, determina que “determinados bens do patrimônio cultural e natural são detentores de excepcional interesse e exigem sua preservação como elemento do patrimônio de toda humanidade”, cabendo à coletividade internacional participar da proteção desses.

Ademais, a Convenção da UNESCO de 1972 define o regime de registro e proteção internacional de bens culturais do patrimônio da humanidade e, devido à deficiência de algumas medidas de proteção adotadas nacionalmente, veio estabelecer alguns mecanismos de proteção ao patrimônio cultural e natural, impondo o dever de cooperação entre os signatários.

A Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais considera os bens culturais um dos elementos básicos da civilização e da cultura dos povos, reconhecendo seu verdadeiro valor, por meio do conhecimento de sua origem, de sua história e de

seu meio-ambiente.

Nos dizeres da Convenção da UNESCO de 1970, ao Estado se faz necessária a consciência “de seu dever moral de respeitar seu próprio patrimônio cultural e o de todas as outras nações”, ideia essa acrescida pela Convenção de Unidroit de 1995 “com o objetivo de favorecer a preservação e a proteção do patrimônio cultural no interesse de todos”.

Sua proteção, principalmente quanto ao tráfico ilícito, é uma forma de garantir o testemunho e o referencial dos valores culturais e simbólicos, bem como de sua representatividade técnica e social. Sua proteção efetiva-se com o envolvimento das comunidades que os detém, com um processo de identificação, conservação, estudo e difusão dos bens patrimoniais (CANCLINI 1999; ZANIRATO, 2009). Envolve características que abrangem desde a conservação a usos sociais desses, como a educação e a difusão patrimonial. O patrimônio cultural manifesta a solidariedade, unindo quem compartilha um bem cultural ou práticas, em que se identificam” (CANCLINI, 1996).

Essa conservação “só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população” (Cartas Patrimoniais, 2004, p. 199). Dessa forma, ela deve ocorrer, também, por meio da participação dos grupos sociais pelo patrimônio, a partir de uma apropriação coletiva e democrática (CANCLINI, 1999).

A proteção do patrimônio efetiva-se mediante a mobilização social e não se terá uma política efetiva de preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural se esse não for valorado adequadamente pelo público em geral, inclusive nos sítios arqueológicos, pelos habitantes de centros históricos, pelos receptores e difusores de programas educativos (CANCLINI, 1999). Para isso, é necessário que a população se identifique com os elementos a serem conservados e que esses sejam representativos (ZANIRATO, 2011).

Quanto mais conhecido e significativo, mais protegido estará o patrimônio cultural. Por isso, a prevenção e o controle ao tráfico ilícito dos bens culturais é tão importante, sendo abordados nos itens seguintes as normativas de combate a essa prática delitiva e o histórico de seu surgimento, traçado até os tempos atuais.

1.3 O CONTROLE DO TRÁFICO ILÍCITO DE BENS CULTURAIS: HISTÓRICO DA PREOCUPAÇÃO

A história do tráfico de bens culturais inicia-se na Antiguidade como saque e passa a ser identificado e tratado pelo Direito Internacional, em tempos atuais, como tráfico ilícito de bens culturais, acarretando alterações em sua conceituação e no tratamento normativo.

As medidas protetivas elaboradas pelos Estados em tempos de guerra ou em tempos de paz e, principalmente, as provenientes de leis papais - que mesmo com a extinção dos Estados papais, continuaram a ser aplicadas -, contribuíram para a elaboração de políticas contemporâneas de combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

Da Antiguidade até o final da Idade Média, principalmente na Roma Antiga, o saque de bens culturais era uma prática considerada lícita durante as guerras. O vencedor, como era de costume, destruía propriedades de seus inimigos e saqueava e pilhava seus bens culturais, tal como ocorreu com o Partenon, em Atenas (480 a.C.), atacado pelos persas.

Não obstante, no Direito Romano, o saque se dava pelo princípio *si quid bello captum est, praeda est, non postliminio redit*⁷. Assim, também se dera pela *publicatio*, bens considerados como *propriedade do povo*, declarados bens públicos, como exemplo rios e mares.

Ainda, outras medidas eram adotadas para a transferência dos bens culturais de acordo com Hugo Grotius (2006): o *butim*, entendido como uma prática em proveito da sociedade romana, realizado por meio do saque dos bens culturais como apropriação desses para venda e para distribuição de renda em benefício do tesouro público; a *pilhagem*, praticada em proveito das tropas que apropriavam-se dos bens que conseguissem carregar após a conquista de um território. Tudo praticado como ato de cortejos triunfais pelas tropas como símbolo da conquista lograda em guerra.

Nas cruzadas da Idade Média, no período entre os séculos X a XIII, eram comuns os saques de bens culturais. Diante da benevolência da Igreja perante as cruzadas e com a promessa de isenções de indulgências e de punições no purgatório, o saque era ainda mais acentuado pelos vencedores dos conflitos de guerra.

⁷ “da guerra, mesmo se ele foi pego, com o saque, ele não volta para casa”. FRAOUA, 1985, p.35.

Na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), as populações germânica e boêmia sofreram inúmeros saques e destruições de seus bens culturais decorrentes dos ataques militares, como, por exemplo, o saque da biblioteca Palatina de *Heidelberg*, em 1622, realizado pela coalizão católica, que ofereceu tais obras ao papa. Atualmente, tais bens integram o acervo da biblioteca do Vaticano. Outro exemplo se dá pela apropriação e pela transferência de obras culturais de Praga para a Suécia, somando 317 bens transferidos, entre estátuas, artefatos de bronze, pinturas, e trabalhos literários (JOTE, 1994). Com o fim da guerra, foi assinado o primeiro tratado sobre a restituição de bens culturais advindos de saques provenientes de conflitos armados, manifestado pela celebração de paz na Conferência de *Westphália* (1648).

Ainda na Idade Média, à parte dos conflitos armados, os papas ora protegiam os bens culturais de uma maneira, ora de outra forma, com o fim de adequar Roma às demandas contemporâneas, ocorrendo a destruição e reutilização dos edifícios de forma diversa da sua função original. Segundo Françoise Choay (2006, p. 35) “os grandes edifícios da Antiguidade são transformados em pedreiras”.

Ressalta-se a proteção dos bens tangíveis de adoração religiosa, usados para dar continuidade aos cultos religiosos. Tal sentimento de devoção originou a ideia de pertencimento desses a uma comunidade, ensejadores, portanto de algum tipo de tutela. (FONSECA, 1997) Reunindo, então, os bens culturais de valores religiosos e os da Roma Antiga, tornaram-se propensos a comercialização pelos antiquários da época (SILVA, 2003).

Já no intervalo entre séculos XVI e XVIII, principalmente com o Renascimento e, posteriormente, com o Iluminismo, surgiram as primeiras questões sobre a proteção contra os saques dos bens culturais durante as guerras, devido à valorização do caráter histórico e artístico, principalmente com Alberico Gentili (1921), primeiro autor a mencionar *obras de arte* e a legitimar o *butim* dos bens inimigos por meio do *direito de postliminio*⁸, entende que:

Não somente a causa de guerra deve ser justa e adequada, mas a Guerra deve também começar e ser conduzida com justiça, e que templos e objetos sagrados devem ser protegidos em territórios conquistados.

⁸ O Direito de *Postminio* é o direito de reaver junto às tropas inimigas, os bens que forem reclamados num intervalo de vinte e quatro horas após o saque. No entanto, senão fossem reclamados nesse interim pelo antigo proprietário, seriam incorporados ao patrimônio do captor. Advém do Direito Romano na Antiguidade.

Emer de Vattel (2008), foi o primeiro autor a reconhecer os bens culturais como pertencentes à humanidade, em função de sua beleza, e a superioridade dos interesses em detrimento dos Estados beligerantes. Assim, segundo ele, qualquer um que esteja sob a prática de *butim*⁹, seria inimigo declarado da raça humana [...], privando os homens dos monumentos de arte e de arquitetura. Ainda, em seu entendimento sobre a proteção do patrimônio cultural, numa guerra justa, quem a mantém tem o direito de exigir do inimigo uma contribuição para as despesas dessa e para o apoio do exército.

Andres Bello (1946) defende a transferência do bem ao captor desde que conduzido a lugar seguro – regra da propriedade do bem, senão o direito de *postliminio* se manteria.

As transferências, já não mais os saques reconhecidos como ilegais pelo regime revolucionário da época, eram lícitas quando praticados com o fim de transferir os bens culturais como contribuição para a manutenção das guerras ou compensação pela conquista. Com isso, firmaram-se tratados no período das conquistas Napoleônicas, como o Tratado de Parma (1796), o Tratado de Modena (1796), o Tratado de Bolonha (1796) e o Tratado de Tolentino (1797), instituindo armistícios constituídos de cláusulas específicas voltadas à restituição de bens culturais, com o fim de legitimar e de dar legalidade às transferências no Direito Internacional.

Em 1802, Papa Pio VII, pelo édito *Doria Pamphili*, proibia a exportação de obras de arte de Roma dos Pontíficos da Antiguidade e da Renascença, atribuindo penalidades ao responsável por tal e a quem colaborasse para a exportação.

Ademais, os Tratados de Viena (1815) dificultavam a identificação dos bens culturais obtidos pelos saques e os provenientes dos tratados, por não dispor de nada a respeito da restituição desses bens. Assim, nesse mesmo ano, uma nota circular¹⁰ do primeiro-ministro inglês, Visconde Castlereagh, fundamentando a restituição do patrimônio cultural aos Estados vencedores, gerou a retirada, em média, de cinco mil obras do Museu do *Louvre*, restituindo-as aos Estados de origem.

⁹ Entendido pelo autor como apropriação relativa aos bens móveis, contrapondo-se as *conquistas*, tomada pelos inimigos de cidade e terra ou seja, captura bélica do território.

¹⁰ Georges-Frédéric de Martens: *Nouveau Recueil de Traités*: d' Alliance, de Paix, de Trêve, de Neutralité, de commerce, de limites, d'échange etc. et de plusieurs autres actes fervant à la connaissance des relations étrangères des Puissances et états de l'Europe. À Gottingue, dans la librairie de Dieterich, 1818, t.2, 1814-1815, p. 632-642.

Já em 1817, houve a proibição de exportação de bens culturais preciosos de Veneza, exigindo-se autorização da Academia de Belas Artes para tal atividade. Em 1820, sob o pontificado do Pio VII, aprova-se o édito *Pacca*¹¹, autorizando a venda de bens culturais pertencentes a particulares. Assim, a exportação não era proibida, desde que autorizada pelo cardeal responsável, podendo ainda os objetos particulares de alto valor serem tombados.

O Código de Lieber (1864) foi a primeira codificação acerca dos saques e da destruição de bens culturais em conflitos armados, prevendo em seu artigo 35:

As obras de arte clássicas, bibliotecas, coleções científicas, ou instrumentos preciosos, tais como, telescópios astronômicos, assim como, hospitais, devem ser protegidos contra todo dano evitável, mesmo quando eles estão situados em locais fortificados enquanto cercados ou bombardeados.

Em seguida, institui-se a Declaração de Bruxelas (1874) e o Manual de Oxford (1880); ambas traziam inúmeras normas sobre a transferência ilícita de bens culturais, principalmente proibindo o saque. No entanto, a Conferência de Paz de Haia de 1899 e, posteriormente, a de 1907 foram as iniciativas mais importantes de proteção do patrimônio cultural. Nelas, foram codificados¹² costumes de guerras. Apesar de não referenciar o termo *bem cultural*, traziam outras denominações sobre os bens: inimigos, privados, públicos, privilegiados entre outras. Previavam normas restritivas à circulação dos bens culturais, proibindo a pilhagem, o confisco e a apropriação.

As medidas protetivas baseavam-se apenas na proteção material, na sua conservação diante de ataques e a bombardeios. Além disso, eram omissas em relação às sanções ao tráfico ilícito dos bens culturais. No artigo 3 da Convenção de 1907, havia previsão somente quanto à imputação de indenização por dano ou destruição de bens culturais.

Constatou-se a ineficácia desses documentos internacionais na Primeira Guerra Mundial, com o exemplo emblemático do incêndio da biblioteca de *Louvain* – Bélgica, que destruiu aproximadamente três mil obras, o que gerou a celebração de diversos tratados desde esse período, a maioria voltada para a restituição de bens culturais aos territórios de origem. O

¹¹ *Caso do Conde Barberini*: Príncipe Barberini que feriu as leis papais, éditos 1802 e 1820, ao transportar para o estrangeiro bens culturais comprados em Roma, teve a cassação da transação por julgado da Corte de Ancona em 12 de outubro de 1894.

¹² São as leis, o texto positivado, sendo uma fonte do Direito usada por países seguidores do *civil law*, como o Brasil, por exemplo. Difere do *common law*, estrutura mais utilizada por países de origem anglo-saxônica, como Estados Unidos e Inglaterra, em que se baseiam na jurisprudência - conjunto de interpretações das normas do direito proferidas pelo Poder Judiciário - que no texto da lei.

primeiro foi o Tratado de Versalhes (1919), obrigando a Alemanha a restituir, à França, o Alcorão, originário da cidade de Medina, entre outras obras, cabendo reparação do dano se os bens houvessem sido destruídos.

No Anteprojeto da Convenção da Liga das Nações (1919), constavam políticas de proteção do patrimônio cultural, adotadas, atualmente, em tratados e convenções, com reconhecimento de ser esse um interesse de cooperação internacional, em virtude do empobrecimento intelectual causado pela perda de bens culturais, independentemente da nação a qual pertença.

Posteriormente, foram celebrados o Tratado de *Saint-Germain* (1919), o Tratado de Trianon (1920), o Tratado de Neuilly-sur-Seine (1919), o Tratado de Sèvres (1920) e o Tratado de Riga (1921), com os países que haviam perdido a Primeira Guerra Mundial. Todos esses tratados continham dispositivos relacionados à restituição de bens culturais a seus países de origem, após terem sido subtraídos durante o conflito armado. O Pacto de Roerich (1935), foi o primeiro com características protetivas universais, para tempos de paz e de guerra, relacionado a “monumentos históricos, museus e instituições científicas, artísticas, educativas e culturais”, reconhecendo, no artigo 1º, a neutralidade dos bens culturais e, em seu preâmbulo, dispondo que a proteção abarca “todos os monumentos e móveis de propriedade nacional e particular que formam o tesouro nacional dos povos”.

Temas que foram designados de responsabilidade da UNESCO, que criou, em 1954, a Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Tal criação foi pressionada pelas pilhagens ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente pelos nazistas alemães, pertencentes ao Eixo – com destaque para o próprio Hitler, diante do enriquecimento de seus acervos particulares - os quais foram obrigados a restituir alguns dos bens aos Estados ocupados.

Após a Segunda Guerra (1939-1945), estrutura-se a codificação acerca da normativa internacional em relação ao tráfico ilícito de bens culturais, outorgando-se à UNESCO a responsabilidade pela “preservação e proteção do patrimônio universal dos livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico”.¹³

Algumas convenções, recomendações e muitas resoluções internacionais sobre o patrimônio cultural foram aprovadas, seja em tempo de guerras, seja em tempo de paz, visando à

¹³ UNESCO, Tratado constitutivo da UNESCO. Artigo 1, § 2º, alínea “c” do Tratado de Londres (1945).

conservação, à restituição e ao retorno de bens culturais. Por exemplo, cita-se a elaboração pela UNESCO da Convenção relativa às medidas a serem adotadas para impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens aprovada em 1970 e, de forma complementar a ela, a Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados aprovada pelo Unidroit em 1995.

Portanto, o histórico da preocupação normativa com o tráfico ilícito de bens culturais demonstra a existência dessa prática desde a Antiguidade e as preocupações legais para coibir essa prática. Uma análise normativa é realizada nos próximos tópicos.

1.4 A NORMATIVA INTERNACIONAL PARA COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Há grande preocupação dos Estados, tanto dos receptores quanto dos destinatários, no combate ao tráfico ilícito de bens culturais, que consiste no ato de comerciar ou mercadejar bens provenientes de negócios ilícitos ou indecorosos¹⁴, além de propiciar uma perda cultural para determinada nação.

O patrimônio cultural é objeto de tráfico em razão do seu valor, possibilitando a posse irregular por meio da comercialização ilegal, do furto, da falsificação e do extravio, por exemplo. Segundo Derek Fincham (2009), o roubo do patrimônio cultural tem por finalidade a revenda para colecionadores particulares confidenciais ou o resgate em operações bancárias internacionais, tal como ocorre no tráfico de drogas e de armas.

Por serem considerados bens não-renováveis - se forem deteriorados ou perdidos, não serão passíveis de substituição -, constituem investimento financeiro muito rentável a médio e a longo prazo. De acordo com o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), “o tráfico internacional de patrimônio cultural movimenta aproximadamente US\$ 6 bilhões por ano” (COSTA; DA ROCHA, 2006, p.264).

Além disso, há países com tributação favorecida, os chamados paraísos fiscais, que fazem utilização abusiva dos tratados e convenções internacionais, como mecanismos para lavagem de ativos relacionada aos bens culturais e para remessa ilegal de divisas.

A Instrução Normativa SRF nº 188, de 06 de agosto de 2002, do Brasil, dispõe:

Consideram-se países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade as seguintes jurisdições: Andorra; Anguilla; Antígua e Barbuda; Antilhas Holandesas; Aruba; Comunidade das Bahamas; Bahrein; Barbados; Belize; Ilhas Bermudas; Campione D'Italia; Ilhas do Canal (Alderney, Guernsey, Jersey e Sark); Ilhas Cayman; Chipre; Cingapura; Ilhas Cook; República da Costa Rica; Djibouti; Dominica; Emirados Árabes Unidos; Gibraltar; Granada; Hong Kong; Lebuán; Líbano; Libéria; Liechtenstein; Luxemburgo (no que respeita às sociedades holding regidas, na legislação Luxemburguesa, pela Lei de 31 de julho de 1929); Macau; Ilha da Madeira; Maldivas; Malta; Ilha de Man; Ilhas Marshall; Ilhas Maurício; Mônaco; Ilhas Montserrat; Nauru; Ilha Niue; Sultanato de Omã; Panamá; Federação de São Cristóvão e Nevis; Samoa Americana; Samoa Ocidental; San Marino; São Vicente e Granadinas; Santa Lúcia;

¹⁴ Nesse sentido: Pedro Nunes. *Dicionário de tecnologia jurídica*. p.736.

Seychelles; Tonga; Ilhas Turks e Caicos; Vanuatu; Ilhas Virgens Americanas; Ilhas Virgens Britânicas.”
(BRASIL, Instrução Normativa SRF nº 188)

No mais, não é incomum a tentativa de regularização dos valores arrecadados com o tráfico de bens culturais, podendo passar por tais paraísos fiscais isentos de tributação. O tráfico de bens culturais tornou-se uma maneira usual de lavagem de dinheiro¹⁵ para o tráfico de entorpecentes, de armas, de mulheres, de joias preciosas e para jogos ilícitos¹⁶.

A Interpol (2010) afirma que:

O tráfico ilícito de bens culturais afeta tanto os países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento, e traz perdas irreparáveis do patrimônio cultural. Se trata de um delito de alcance internacional, pois não respeita fronteiras, dado que com frequência as peças roubadas circulam de um país a outros. O motivo do tráfico ilícito é a demanda do mercado de arte, a melhoria dos transportes e a instabilidade política de determinados países. Por outro lado, oferece benefícios aos envolvidos nesta atividade que normalmente operam outras redes de atividades delitivas.

Segundo a Interpol, o baixo índice de resgate do patrimônio cultural se dá pelo deficitário sistema de inventários, pela pouca cooperação entre instituições competentes, pela falta de organização entre essas instituições de proteção ao patrimônio cultural e pela falta de sistemas de segurança adequados em instituições públicas.

A situação complica-se ainda mais em países, como a Itália, com atitudes reativas quanto à possibilidade de devolução de bens culturais aos países de onde foram ilicitamente retirados. Esses países invocam o princípio da boa-fé para justificar, juridicamente, a não devolução desses bens (BO, 2003).

Ademais, ocorre significativa importação de obras culturais, facilitada pela fragilidade dos controles alfandegários, o que propicia a inclusão, no mercado internacional, de objetos furtados. O tráfico promove a entrada clandestina de bens ilícitos para o comércio interno de um país e possibilita a exportação para outros mercados (COSTA; DA ROCHA, 2006).

A cooperação internacional também é analisada por intermédio dos organismos inter-

¹⁵ No Brasil, o crime de lavagem de dinheiro, é tipificado pela Lei nº. 9.613 de 1998 e é um crime de amplitude internacional que consiste em dar uma aparência lícita a recursos obtidos por meio de outro crime, como o tráfico ilícito de bens culturais.

¹⁶ Disponível em: < <http://www.interpol.int/Crime-areas/Works-of-art/Works-of-art> > Acesso em: Fev.2015.

nacionais e nacionais de assistência administrativa, que dão suporte à atuação do poder judiciário na repatriação de ativos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criada em 1946 (SILVA, 2000), principal organismo internacional de proteção do patrimônio cultural. A UNESCO entende que a destruição ou mutilação de bens culturais constitui um empobrecimento nefasto para todos os povos e, por essa razão, instituiu, no plano internacional, medidas destinadas a sua proteção.

As medidas de proteção na escala internacional estabelecidas pela UNESCO podem se dar por meio de distintos instrumentos normativos, como as Convenções¹⁷, as Recomendações, as Declarações e as Cartas, podendo ser gerais ou especiais, distinguindo o âmbito de sua aplicação e o espectro de suas obrigações.

As bases normativas de proteção ao tráfico ilegal de bens culturais foram verificadas na Convenção de Haia de 1954, na Convenção da UNESCO de 1970 e na Convenção de Unidroit de 1995.

Essas convenções implicam em medidas de proteção ao tráfico ilícito, destacando a criação de legislação nacional apropriada a combater tal prática. Determinando o estabelecimento e implantação de um sistema de inventário nacional com a finalidade de listar todas as obras culturais, a exigibilidade de certificados de exportação, bem como a criação de código de ética para colecionadores e comerciantes de obras de arte. Por fim, determina a implementação de programas educativos para propiciar o respeito ao patrimônio cultural e regras para assegurar a qualquer interessado a possibilidade de denunciar o desaparecimento de bens culturais (COSTA; ROCHA, 2007).

Foram analisados apenas os pontos relativos à circulação de bens móveis, ou seja, do patrimônio cultural tangível, principalmente no que concerne aos bens culturais arqueológicos, para melhor averiguar essas atividades frente ao acervo arqueológico do ICBS.

Na Convenção de Haia de 1954 para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflitos Armados, foi feita uma apresentação sobre a convenção, de modo a estabelecer certos pontos de convergências e divergências entre as outras Convenções. No mais, foi com os conflitos armados no decorrer dos tempos que veio o reconhecimento de que uma proteção

¹⁷ Os tratado e as convenções internacionais são sinônimos, são acordos escritos pelos quais os Estados participantes se obrigam legalmente ao cumprimento. (SHAW, 2010; PORTELA, 2014)

acerca da transferência ilícita de bens culturais é necessária.

Passa-se, então, à análise da primeira convenção sobre o tráfico ilícito de bens culturais.

1.4.1 A proteção na Convenção de Haia de 1954 para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflitos Armados e seus Protocolos de 1954 e 1997

[...] futuros conquistadores devem aprender a não pilhar as cidades que subjugaram (...) as leis e o direito de guerra obrigam o vencedor a arruinar e destruir fortalezas, fortes, cidades, populações, navios, recursos (...) embora alguma vantagem possa resultar disso, ninguém pode negar que permitir uma destruição, sem sentido, de templos, estátuas e de outros objetos sagrados é ação de um louco.

Políbio

A Convenção de Haia de 1954 estabeleceu, aos Estados partes, o respeito e a abstenção de hostilidade quanto aos bens culturais por meio de medidas que proibam e previnam atos de roubo, pilhagem, desvio, vandalismo ou qualquer outra atividade praticada contra o patrimônio cultural, atribuindo a esses bens um caráter humanitário em escala internacional, dentro do Direito Humanitário.

Pela primeira vez foi introduzido no Direito Internacional, o conceito de patrimônio cultural de toda a humanidade, voltada para a proteção internacional dos bens culturais, móveis e imóveis, segundo o preâmbulo da Convenção de Haia de 1954:

Convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial.

Isso insere o patrimônio cultural nos Direitos Humanos, consolidando-o como um bem de interesse da coletividade e de salvaguarda de responsabilidade¹⁸ da humanidade em proteger os bens culturais visando à sadia qualidade de vida para as gerações futuras, pois um desequilíbrio do meio ambiente cultural afetaria a dignidade humana, bem como a dignidade

¹⁸ A dignidade cultural foi construída fundamentando a relevância do patrimônio cultural por meio do pensamento do filósofo contemporâneo Hans Jonas à luz do Princípio Responsabilidade desdobrado a partir do Imperativo Categórico de Immanuel Kant no que tange à dignidade da pessoa humana. "O Princípio Responsabilidade contrapõe a tarefa mais modesta que obriga ao temor e ao respeito: conservar incólume para o homem, na persistente dúvida de sua liberdade que nenhuma mudança das circunstâncias poderá suprimir, seu mundo e sua essência contra os abusos do poder." JONAS, 2006, p.23.

cultural (MARTINS; SOARES, 2014).

A responsabilidade comum internacional será solidária, se fundamentada em textos convencionais, como determinado na Convenção de Haia de 1954, em respeito à proteção do patrimônio cultural contra a hostilidade de atos lesivos contra os bens culturais, por eles terem caráter humanitário internacionalmente. Assim, no Direito Internacional da Solidariedade, nos dizeres de Alberto do Amaral Jr. (2011), o princípio da solidariedade está atrelado ao equilíbrio substancial nas trocas visando um fortalecimento do interesse comunitário.

A Convenção tem 40 artigos, divididos em sete capítulos. No artigo 1, defini a propriedade cultural, tema já abordado no item 1.1. Nela, a proteção do patrimônio cultural, comporta a salvaguarda e o respeito a esses bens (artigo 2), comprometendo-se as Altas Partes Contratantes a respeitar os bens culturais situados no seu próprio território e os do território de outras Altas Partes Contratantes, não permitindo a destruição ou deterioração em caso de conflito armado, conforme o artigo 4.

Ainda no mesmo artigo, há a proibição de qualquer ação de represália que atinja os bens culturais, bem como o roubo, a pilhagem, o desvio ou o vandalismo em relação a esses bens, impedindo, inclusive, a requisição dos bens culturais móveis situados no território de uma outra Alta Parte Contratante.

Artigo 4 - Respeito pelos bens culturais

§1 - As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar os bens culturais situados quer no seu próprio território quer no território das outras Altas Partes Contratantes, não se permitindo a utilização desses bens, dos seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expor esses bens a uma possível destruição ou deterioração em caso de conflito armado, devendo também abster-se de qualquer ato de hostilidade em relação a esses bens.

§2 - As obrigações definidas no primeiro parágrafo do presente artigo não poderão sofrer derrogações, exceto no caso em que uma necessidade militar exija de uma maneira imperativa uma tal derrogação.

§3 - As Altas Partes Contratantes comprometem-se ainda a proibir, a prevenir e, caso seja necessário, a fazer cessar todo o ato de roubo, de pilhagem ou de desvio de bens culturais, qualquer que seja a sua forma, bem como todo o ato de vandalismo em relação aos referidos bens. As Partes impedem a requisição dos bens culturais móveis que se situem no território de uma outra Alta Parte Contratante.

§4 - As Partes proíbem qualquer ação de represália que atinja os bens culturais.

§5 - Uma Alta Parte Contratante não se pode desvincular das obrigações estipuladas no presente artigo em relação a uma outra Alta Parte Contratante com fundamento na não adoção das medidas de salvaguarda prescritas no artigo 3.o por parte desta última.

Com isso, as Altas Partes Contratantes estão sujeitas à proteção dos bens culturais localizados em seu território, por meio de medidas que considerarem apropriadas, em tempos de paz, contra eventuais conflitos que possam ocorrer (artigo 3). Assim como, por meio de abrigos temporários durante os conflitos ou durante os transportes dos bens culturais em proteção especial em meio a hostilidade, conforme o Capítulo III da Convenção de Haia. Igualmente, a parte contratante da Convenção, assume a obrigação de proteger o patrimônio do Estado ocupado a fim de evitar a destruição do patrimônio, como a transferência ilícita.

No Capítulo II, da mesma Convenção, conceitua-se a proteção especial, caracterizada pela imunidade assegurada aos bens, desde que inscritos no Registro Internacional, pelo qual um Estado pode solicitar à UNESCO, uma lista temporária de refúgios para o depósito de bens culturais após uma consulta às Altas Partes Contratantes, cuja localização o solicitante compromete-se a desmilitarizar (BO, 2003).

O artigo 19, trata da aplicação da Convenção em conflitos de caráter não internacional que surjam dentro do território das Altas Partes Contratantes, podendo a UNESCO, ainda, oferecer seus serviços.

Assim, a Convenção de Haia de 1954 é aplicada em tempos de paz e de guerra, tanto em conflitos armados internacionais quanto em conflitos de caráter não internacional, cabendo ao Estados participantes a elaboração de normas protetivas ao patrimônio cultural em consonância com a especificado na Convenção.

Na mesma data, em 1954, foi celebrado o Regulamento de Execução da Convenção de Haia de 1954. Ele prevê, no art. 18, o transporte de bens culturais situados em territórios com conflitos armados para outro Estado, que será o depositário, e que promoverá a restituição dos bens depois de terminado o conflito, em até seis meses, após a solicitação do Estado depositante.

Foi celebrado também, em 1954, o Protocolo para a Proteção de Propriedade Cultural em caso de Conflito Armado, denominado Protocolo I, baseado em dois propósitos: prevenir a exportação ilegal de bens culturais em período de conflitos armados e instar os Estados-membros a preservar bens culturais apreendidos durante as hostilidades (BO, 2003).

De acordo com o Protocolo I, há a obrigação de reter a importação, de impedir a exportação e de restituir os bens culturais exportados em desconformidade com as normas da

Convenção, pelas Altas Partes Contratantes. Não obstante, atribui indenização aos possuidores de boa-fé dos bens culturais que devem ser restituídos. (Art. 1, do Protocolo I)

Um segundo Protocolo, de 1999, alterou alguns pontos da Convenção, de forma a torná-la mais aplicável, mantendo sua aplicação para conflitos armados internacionais e não-internacionais. Dispõe sobre a proteção de bens culturais móveis de três formas: precauções contra ataques (art. 7), precauções contra efeito das hostilidades (art. 8) e proteção no território ocupado (art. 9), introduzindo obrigações aos Estados, como inventários, planos de emergência contra fogo e colapsos estruturais, remoção de bens culturais móveis para locais adequados, entre outros.

Em relação à proteção no território ocupado, de acordo com o art. 9 §1º, alínea 'a', o Estado contratante que ocupa parcial ou totalmente o território de outro, está obrigado a prevenir e proibir qualquer exportação, remoção ou transferência ilícita da propriedade de bens culturais. No mais, o Segundo Protocolo adotou de forma permanente a restituição, instituto exercido através dos tratados de paz, com origem na Conferência de *Westphalia* (1648).

Há, até hoje, limitações e dificuldades em sua aplicação, ao adotar apenas restituição de bens culturais contra roubo, pilhagem, apropriação ilícita de bens culturais e atos de vandalismo (Art. 4, § 3º, Convenção de Haia 1954), durante conflitos armados internacionais. No mais, tais medidas de proteção estão submetidas às normativas de direito interno dos Estados-Parte, sendo também difícil a identificação da origem de tais bens para fins de restituição, sobretudo se ainda considerar o princípio da boa-fé nas normativas dos referidos países. Além de tudo, as categorias de bens culturais definidos e tutelados por Estado-membros são divergentes.

De forma mais específica, a Convenção da UNESCO de 1970, que trata das Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, será a próxima abordagem .

1.4.2 A proteção na *Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais*, de 1970

Criada pela UNESCO como instrumento de direito público, ou melhor, Direito Público Internacional, a Convenção de 1970 é um acordo legal internacional, composto por 26 artigos, que dispõem sobre regras e regulações sobre o comércio do patrimônio cultural, apresentando inúmeras medidas aos signatários, com o fim de esses implementarem e controlarem o mercado interno de exportação de bens culturais e de eliminar o tráfico ilícito desses bens. Entende-se por controle interno o “estabelecimento de legislação adequada, penalidades a roubos e saque a sítios arqueológicos e promoção internacional para intercâmbio de informações” (BO, 2003, p. 51).

Já em seu preâmbulo, a convenção prevê que cada Estado deve proteger o patrimônio constituído pelos bens culturais em seu território contra os perigos de roubo, escavações clandestinas e exportação ilícita, tendo consciência de seu dever moral de respeitar seu próprio patrimônio cultural e o de todas as outras nações.

Portanto, cada país deve adotar legislação nacional coerente com a Convenção, devendo respeitar a soberania, por via da adoção de medidas no sistema legal interno que sejam compatíveis com a convenção¹⁹.

A Convenção traz em seu artigo 1²⁰ um rol exemplificativo de bem cultural, contemplando uma definição ampla, aumentando assim o escopo de proteção, gerando controvérsias acerca da prevenção do tráfico ilícito, pois há países, os importadores de bens culturais, que entendem ser esse um critério muito amplo e impreciso, devido à multiplicidade dos bens, impedindo uma diretriz precisa de proteção; e países, os exportadores, acreditando ser tal abrangência importante para aumentar a aplicação da Convenção e ser acrescidos mais bens nessa interpretação.

Independente disso, cabe a cada Estado delimitar essa definição, estabelecendo quais

¹⁹ “instrumento jurídico [...] que visa consolidar a noção de proteção ao patrimônio no comércio de bens culturais e reconhecer implicitamente a especificidade de cada contexto que caracteriza um determinado patrimônio e a legitimidade de cada país em protegê-lo.” BO, 2003, p. 49.

²⁰ “Para os fins da presente Convenção, a expressão “bens culturais” significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência [...]”

são os bens culturais pertencentes à proteção de cada país, o que proporciona distintos conflitos entre os países no momento de identificar se tal bem pertence ou não a determinado país e se são constituidores de identidade dessa nação, para se ter a devolução do objeto ao país de origem.

O artigo 4 amplia ainda mais essa definição, regulando os casos em que um Estado considera um bem como parte de seu patrimônio, ainda que não seja produzido nele.

Artigo 4. Os Estados-Partes na presente Convenção reconhecem que, para os efeitos desta, fazem parte do patrimônio cultural de cada Estado os bens pertencentes a cada uma das seguintes categorias:

- a) os bens culturais criados pelo gênio individual ou coletivo de nacionais do Estado em questão, e bens culturais de importância para o referido Estado criados, em seu território, por nacionais de outros Estados ou por apátridas residentes em seu território;
- b) bens culturais achados no território nacional;
- c) bens culturais adquiridos por missão arqueológica, etnológica ou de ciências naturais com o consentimento das autoridades competentes do país de origem dos referidos bens;
- d) bens culturais que hajam sido objeto de um intercâmbio livremente acordado;
- e) bens culturais recebidos a título gratuito ou comprados legalmente com o consentimento das autoridades competentes do país de origem dos referidos bens.”

(UNESCO, Convenção de 1970)

Dois são os aspectos sobre essa determinação: um em relação à identidade territorial, aos bens criados e produzidos no território do Estado e aos apátridas achados em tal localidade; e outra, relativa à identidade cultural de um grupo por ter sido por ele criado. Aqueles adquiridos licitamente por meio de intercâmbio, doação ou compra, desde que autorizados por autoridade competente, pertencerão ao patrimônio do Estado adquirente, para aumento de acervo de instituições culturais, para fins de pesquisas, principalmente se tiverem relação com sua identidade cultural (SILVA, 2003).

A Convenção ainda aborda como sendo o “país de origem” àquele em que a cultura tradicional à ele está ligada ou, ainda, àquele Estado onde se encontrava tal bem, desde que o país faça parte da Convenção e esta esteja em vigor, para indicar o território de restituição ou retorno do bem.

As medidas de restituição estão discriminadas em seu artigo 7 e fundamentam-se em duas obrigações: a primeira²¹ é a de o Estado “proibir a importação de bens culturais roubados de um museu, de um monumento público civil ou religioso, ou de uma instituição similar no

²¹ Artigo 7, alínea “b”, (i) da Convenção da UNESCO de 1970.

território de outro Estado-Parte” e a segunda²² é a de reparação do Estado, vale dizer, a de restituir ao seu legítimo titular os bens culturais que entraram ilicitamente em seu território (SILVA, 2003).

Ressalta-se que tal dispositivo contempla somente os bens culturais roubados, não compreendendo os sob posse de pessoas físicas. Equipara, ainda, o roubo a furto ou a qualquer outro meio de extravio. No entanto, não haverá a obrigação do Estado de proibir a importação ou a restituição do bem, pois outros atos ilícitos geradores da exportação ilícita não foram previstos.²³ Ainda, se esse bem cultural não constar em inventário ou instituto semelhante e se também for exportado, o Estado não está obrigado a restituí-lo. Além disso, para que ocorra a restituição de bens culturais exportados ilicitamente, os Estados devem ser parte da convenção, e essa deve estar em vigor para eles na data do fato.

Em decorrência do exposto anteriormente, aquele que solicita tal restituição pelo roubo e exportação ilícita do bem cultural deve pagar uma justa compensação para o adquirente de boa-fé ou outrem que detenha a propriedade legal desse com infundada crença de ter obtido o bem licitamente. Entretanto, para corroborar tal alegação, faz-se necessário a apresentação de documentos ou certificados que noticiem a origem do bem cultural, como a solicitação de informações ao Estado de origem conforme artigo 7º, alínea “b” da Convenção da UNESCO de 1970.

Por conseguinte, cumulativamente com o princípio da boa-fé, a identificação do “país de origem” torna-se constantemente inviável, principalmente pela definição ampla de bem cultural prevista pela Convenção, ao designar tal complementação do rol pelos Estados-Partes, bem como ao considerar outros meios de integração ao patrimônio cultural de um país.

“O intercâmbio de bens culturais entre as nações para fins científicos, culturais e educativos aumenta o conhecimento da civilização humana, enriquece a vida cultural de todos os povos e inspira o respeito mútuo e a estima entre as nações”²⁴. Esse é um preceito que decorre do princípio do patrimônio da humanidade, possibilitando o acesso do patrimônio cultural pela comunidade internacional interessada. É um meio lícito de aquisição de bens culturais, normalmente utilizado pelas instituições culturais, sem supostamente causar danos ao pa-

²² Artigo 7, alínea “b”, (ii) da Convenção da UNESCO de 1970.

²³ Exemplo: Se um bem é exportado do Brasil sem autorização do IPHAN, não será restituído pelo país receptor, já que não há previsão legal para isso.

²⁴ Preâmbulo da Convenção da UNESCO de 1970.

patrimônio cultural de um Estado, por ser um tráfico lícito, salvo se houver algum extravio ou negação de retorno dos bens, cabendo então, o retorno do bem ou reparação desses.

No artigo 6 da Convenção, tem-se a instituição do certificado apropriado de exportação, exigido pela Convenção, visto que esse revela a autenticidade do bem cultural quando expedido pela autoridade competente, funcionando como um “instrumento de estabilidade e segurança nas relações de intercâmbio e comércio de bens culturais” (SILVA, 2003, p. 221). Isso nada mais é que um controle de importação, sobretudo como identificador do “país de origem” para que, em caso de exportação ilícita, o bem possa ser apreendido e devolvido ao Estado de origem. Entretanto, não foram estipuladas regras para sua elaboração, gerando um desequilíbrio de obrigações entre os países, em virtude da disparidade de critérios dos certificados, ora rigorosos, ora brandos.

Como a aplicabilidade da Convenção está condicionada ao momento da adesão dos países, seu artigo 15 preceituou a possibilidade de celebração de acordos de restituição e retornos dos bens culturais exportados ilicitamente, já que essa normativa não permite retroatividade de seus dispositivos, devendo os atos ilícitos praticados contra os Estados que ainda não eram membros da convenção ser reparados e sancionados por outros meios legais. Esse é um dos fatores que acarretam a ausência de efetividade do ditame legal, pois só os países signatários serão amparados. Dessa forma, se, porventura, ocorrer uma exportação ilícita entre um membro e um não membro, nada poderá ser feito por meio da Convenção.

Por fim, está prevista a elaboração de inventários detalhados dos bens culturais pertencentes aos países, com o fim de divulgação e cooperação internacional entre instituições de proteção ao patrimônio cultural, para coibir a exportação ilícita ou ainda localizar e restituir uma obra ao seu país de origem, podendo ser usados para manter uma base de dados de bens culturais públicos e privados sobre a produção, posse e uso específico desses objetos (ASKERUD; CLÉMENT, 1999), como disposto no artigo 5, alínea “b” da Convenção.

Por exemplo, a Interpol, responsável por combater o crime em escala internacional, criou um banco de dados chamado *Origen Art Forms*, que orienta os departamentos de polícia nacionais dos países, ao descrever os bens culturais roubados, funcionando como um banco de informação para 177 países membros, publicando em torno de 3.000 comunicados por ano sobre bens roubados ou sobre circunstâncias suspeitas (ASKERUD; CLÉMENT, 1999).

Para o controle de bens culturais de acervos privados, a britânica Scotland Yard - polícia metropolitana de Londres - aconselha os colecionadores acerca das medidas de proteção por meio de seu esquadrão especializado.

O controle aduaneiro é um meio também importante de evitar o tráfico ilícito de bens culturais e, para isso ser efetivo, são necessários previsão legal e treinamento de encarregados para tal atuação, porém esse meio não foi previsto pela Convenção.

A Convenção da UNESCO de 1970, mesmo tratando da prevenção e repressão ao tráfico ilícito de bens culturais em *tempos de paz*, traz em seu bojo uma referência indireta à Convenção de Haia de 1954, entendendo que tal ordenamento jurídico pode ser adotado subsidiariamente nas relações de transferências ilícitas dos bens culturais, aduzindo:

ARTIGO 11

A exportação e a transferência compulsórias de propriedade de bens culturais, que resultem direta ou indiretamente da ocupação de um país por uma potência estrangeira, serão consideradas ilícitas.

Essa Convenção tutela apenas alguns casos do tráfico ilícito do patrimônio cultural e, a fim de complementá-la, criou-se a Convenção de Unidroit, de 1995, que será tratada no item a seguir.

1.4.3 A proteção na *Convenção de UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados de 1995*

A Convenção de Unidroit de 1995 foi elaborada pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit) de forma a complementar a Convenção da UNESCO de 1970, já que esta, de forma insuficiente, não abrangia todos os casos de furto, roubo ou exportação ilícita de bens culturais. E, por isso, foi instituída a Convenção, para estruturar as transações privadas de arte, com o fim de coibir o comércio ilícito do patrimônio cultural dentro do Direito Internacional Privado, pautando-se em 21 artigos.

Foi o primeiro instrumento jurídico internacional a contemplar o furto, aqui interpretado como gênero, representando bens ilicitamente apropriados por outras formas de delitos que tenham os mesmos efeitos dessa prática.

Em seu artigo 1, alínea “a”, traz previsão para a restituição de bens furtados, entendendo-se que o furto possa ser praticado em Estado não contratante, mas que a exportação do objeto furtado se dê *para* ou *de* um país signatário, mas, em situação adversa, não estará protegido pela Convenção. Na alínea “b”, ao contrário, só serão abrangidos os bens exportados do território de um Estado contratante, bem como “em razão de seu interesse cultural”, excluindo regras do direito tributário, aduaneiro dentre outros que incidam sobre as exportações de quaisquer outros bens que não sejam culturais (SANTOS, 1996). Contudo, esse reducionismo ao interesse cultural nas exportações, acaba por limitar as medidas protetivas direcionadas ao patrimônio cultural, que poderiam contribuir de forma significativa para a captura de bens culturais transacionados ilegalmente.

A definição de bens culturais prevista no artigo 2 e no Anexo da Convenção é tão ampla quanto a apresentada na Convenção da UNESCO de 1970, pois abarca um caráter genérico - o qual pode causar incerteza e insegurança sobre a definição - e apresenta um rol exemplificativo dos bens culturais, já que ainda pode esse ser complementado por indicação de bens de um Estado por meio de um método de categoria (ASKERUD; CLÉMENT, 1999). Essa definição pode gerar conflitos diante do reconhecimento de uma proteção internacional por um determinado Estado em não aceitar um objeto como bem cultural, dificultando ainda a identificação do “país de origem” para a devolução das obras.

No Capítulo II, o artigo 3 elucida situações de restituição de bens culturais furtados²⁵ e, no parágrafo 1, prevê o dever de restituição, independentemente de se o adquirente agiu de boa-fé, não importando seu conhecimento a respeito do furto, tampouco se esse é possuidor em nome próprio, agindo como proprietário, ou simplesmente o detentor, possuidor em nome alheio, considerando apenas que o adquirente tenha entrado em posse de coisa alheia, devido à ausência de definição de possuidor no ditame legal.

No caso do adquirente de boa-fé, há uma falha legislativa, pois ele não terá a reparação do bem cultural restituído de acordo com o valor econômico correspondente ao bem, se considerar as condições do país de origem da peça com as do seu. Não obstante, a ausência de definição de possuidor dificulta o discernimento de quem realmente é o proprietário do bem e não passa de mero possuidor em nome de outrem, possibilitando uma restituição em injusta pessoa.

Ainda no artigo 3, parágrafo 1, há uma omissão voluntária na normativa em relação a quem - “possuidor”- o bem cultural deve ser restituído, sendo interpretado que a restituição será feita ao proprietário esbulhado e, mais que isso, a quem seja possuidor de título adequado para o bem ser a esse confiado. (SANTOS, 1996)

O princípio da boa-fé é amparado no artigo 4, em que o possuidor do bem restituído tem o direito a pagamento de uma indenização equitativa, sendo essa não equivalente ao valor do bem, mas a um montante fixado judicialmente de acordo com as condições econômicas do país de restituição do bem, se de coleção pública, ou respeitando, se de coleção particular, os recursos de que dispõe tal adquirente. Nesse instante, os possuidores responsabilizados pela restituição poderiam enfrentar prejuízos imensuráveis e de valores díspares se comparados aos valores pagos pelos adquirentes dos bens e aos das restituições feitas.

Tudo só ocorrerá caso o possuidor “não tenha sabido, ou devido razoavelmente saber, que o bem era furtado, desde que de acordo com a legislação do Estado no qual a solicitação for apresentada” ²⁶.

Existem controvérsias sobre a boa-fé discriminada no trecho acima, pois há contratantes que o reconhecem em seu direito interno, como a Itália, e outros que não, como a Inglaterra-

²⁵ Gênero para outras práticas delitivas de efeitos similares.

²⁶ Artigo 4, item 1 da Convenção do Unidroit de 1995.

ra. Normalmente, estão tais controvérsias relacionadas aos interesses dos países exportadores e dos países importadores.

Geralmente, se os países exportadores possuem rico patrimônio cultural e são declinados à supervalorização da proteção e devolução de seus bens, não protegem os adquirentes de boa-fé; e os importadores, por sua vez, se constitutivos de um carente patrimônio cultural e possuidores de significativos recursos financeiros, preocupam-se em reforçar a liberdade do comércio internacional e a proteção dos adquirentes de boa-fé – aqueles que adquirem um bem, ignorando sua procedência ilícita.

Ademais, com o intuito de aclarar as diligências referentes ao "devido razoavelmente saber", o parágrafo 4 do artigo 4, tratou de prever tais condições:

Para determinar se o possuidor procedeu às diligências cabíveis, levar-se-ão em conta todas as circunstâncias da aquisição, em especial a qualificação das Partes, o preço pago, a consulta por parte do possuidor a todos os registros relativos a bens culturais furtados de acesso razoável, e qualquer outra informação ou documentação pertinentes que ele pudesse ter razoavelmente obtido, e a consulta a organismos aos quais ele poderia ter tido acesso, bem como qualquer outra providência que uma pessoa razoável teria tomado nas mesmas circunstâncias.

O Capítulo III, relativo ao retorno, à devolução ou ao regresso de bens culturais ilicitamente exportados, parte de um regime mais brando, já que nem todos os Estados contratantes têm previsão para esse delito em seus ordenamentos jurídicos internos, como as delimitadas em relação ao furto.

Os contratantes podem reconhecer e até solicitar a aplicação de normas de direito público estrangeiro sobre a exportação ilícita de bens culturais, já que, conforme o parágrafo 1 do artigo 5 da Convenção do Unidroit, os Estados podem requerer ao tribunal ou a qualquer outra autoridade competente de outros contratantes, o retorno do bem exportado ilicitamente do requerente.

O entendimento de exportação ilícita está prevista no parágrafo 2 do artigo 5:

Um bem cultural exportado temporariamente do território do Estado requerente, principalmente para fins de exposição, de pesquisa ou de restauração, em virtude de uma autorização exarada segundo a sua legislação relativa às exportações de bens culturais, com vistas a proteger o seu patrimônio cultural, e que não foi retornado em conformidade com os termos daquela autorização, reputa-se ter sido ilicitamente exportado.

Essa aceitação ao uso de normas de direito interno de um Estado contratante deve respeitar certos limites de aplicação, a fim de evitar uma aplicação indiscriminada, aproximando-se de um universalismo ou de uma abdicação de soberania nacional (SANTOS, 1996).

Além disso, há uma limitação quanto ao interesse que a exportação pode representar ao Estado requerente, tendo um rol taxativo: a conservação material do bem ou do seu contexto; a integridade de um bem complexo; a conservação da informação, principalmente de natureza científica ou histórica, relativa ao bem; o uso tradicional ou ritual do bem por parte de uma comunidade autóctone ou tribal que faz com que o bem se revista de uma importância cultural significativa²⁷. Esse dispositivo acaba por restringir a aplicação do artigo 5, ao condicionar a devolução de bens provenientes de exportação ilícita à demonstração de tais interesses pelos requerentes, não abrangendo todos os bens exportados, apenas aqueles que forem abarcados pelas circunstâncias do parágrafo 2 do artigo 5.

O artigo 6 dessa Convenção e respectivos parágrafos sobre retorno assemelham-se ao artigo 4 da mesma Convenção, no que diz respeito a restituição, quanto à boa-fé do adquirente e à indenização devida ao possuidor pelo bem restituído, que já foram abordados anteriormente. Diferencia-se apenas quanto ao conhecimento ou não da aquisição de bem proveniente de exportação ilícita, ao levar em conta, para as circunstâncias da aquisição, a falta de certificado de exportação previsto na legislação do Estado requerente,²⁸ e quanto ao modo de indenização, sendo uma exceção, que, por meio de acordo, o possuidor responsável pelo retorno do bem pode decidir se permanece como proprietário do bem ou se transfere a propriedade do bem a pessoa de sua escolha residente no Estado requerente, a título oneroso ou gratuito, e que apresente as necessárias garantias de conservação do bem cultural²⁹.

De forma complementar ao Capítulo II, o artigo 10 discorre que a aplicação só se dará a um bem furtado após a entrada em vigor da Convenção para o Estado requerente, sendo ainda necessário que o bem furtado seja proveniente de um território contratante e, se não bastasse, o lugar onde se encontra o bem também precisa ser de um Estado contratante. Tudo depois da entrada em vigor da normativa, ou seja, qualquer transação ilegal realizada antes da vigência dessa não será amparada legalmente, sobretudo se não partir de ou chegar em Estados contratantes.

²⁷ Artigo 5, item 3, alíneas “a” a “d”.

²⁸ Artigo 6, parágrafo 2º da Convenção de Unidroit de 1995.

²⁹ Artigo 6, parágrafo 3º da Convenção de Unidroit de 1995.

Por fim, tanto no Capítulo II quanto no Capítulo III, no que concerne à prescrição para solicitação de restituição ou retorno do bem cultural furtado ou exportado ilicitamente, requer-se a cumulação do conhecimento do lugar onde se encontrava o bem cultural – *lex situs* – com a identidade do possuidor para começar a contagem do tempo da referida prescrição. Condições de improvável descoberta, pois “a maior parte das leis nacionais existentes, não obrigam os comerciantes de bens culturais a revelar os anteriores proprietários de um objeto antes de vendê-lo” (ASKERUD; CLÉMENT, 1999, p. 51), sendo quase impossível recuperar os bens culturais roubados, uma vez vendidos a terceiros, já que quase não se encontram documentações dos respectivos bens.

A eficácia dessas normativas é ainda bastante limitada, cabendo aos tribunais recorrerem aos elementos de conexão do Direito Internacional Privado. Dessa forma, o tribunal deve primeiro resolver a questão da determinação da lei aplicável que rege a controvérsia antes de decidir sobre a legalidade da sua circulação.

O princípio da boa-fé e os elementos de conexão da *lex origins* e da *lex situs*, estão intimamente ligados ao tráfico ilícito de bens culturais e a suas devidas restituições e retornos para o suposto país “dono” desses bens, seja por ocasião de furto, roubo, exportação ilícita seja por qualquer outra prática ilegal de transferência de propriedade. Essas questões serão abordadas a seguir.

1.5 BOA-FÉ, *LEX ORIGINS* E *LEX SITUS* NAS TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS DE BENS CULTURAIS

A boa-fé está presente quando um adquirente acredita na aquisição lícita de uma determinada mercadoria, e o agente, utilizando de todos os meios suficientes para conhecer tal legalidade do feito, não constata nada de anormal ou de ilegal. Como o velho princípio *en fait de meubles possession vaut titre* – em matéria de bens móveis, a aquisição da posse de boa-fé atribui um direito de propriedade, preceito utilizado por países civilistas como o Brasil. Entretanto, os países anglo-saxões, adeptos da *common law*, seguem preceito antagônico, em que ninguém transfere o que não é seu – *nemo dat quod non habet*.

A Convenção da UNESCO de 1970, traz uma discussão específica sobre a boa-fé em seu artigo 7 (b) (ii), ao dispor que o Estado solicitante pague justa compensação a qualquer comprador de boa-fé quando feita a devolução de bem cultural roubado ou exportado ilícitamente. A Convenção traz uma proibição importante na aquisição de objetos ilícitos que não podem ser impedidos pela legislação nacional relevante.

No mesmo sentido, a Convenção da Unidroit de 1995 aborda a boa-fé em dois artigos, especificamente, segundo os quais adquirentes de boa-fé de bens culturais roubados ou exportados ilegalmente têm direito a uma indenização justa e razoável, se perderem o título para o proprietário original, conforme grifo abaixo no artigo 4 (1):

O possuidor de um bem cultural furtado, que deve restituí-lo, tem direito ao pagamento, no momento de sua restituição, de uma indenização equitativa, desde que não tenha sabido, ou devido razoavelmente saber, que o bem era furtado, e que possa provar ter procedido às diligências cabíveis no momento da aquisição.

O artigo 6 (1) tem o mesmo teor, mas trata de casos de exportação ilícita. Segundo Derek Fincham (2011, p. 40-41), atribuir ao comprador de boa-fé ou ao proprietário original a propriedade do bem cultural é um meio legal inseguro, especialmente ao se considerar as supostas décadas de disputas, exigindo provas e testemunhos que são difíceis e onerosos, implicando, sobretudo, na relação de uma série de sistemas jurídicos distintos.

Para dar um norte a respeito das possíveis diligências a serem feitas pelo adquirente de boa-fé, como prova do seu desconhecimento de prática ilícita anterior à aquisição, a Conven-

ção de Unidroit de 1995 fornece, no artigo 4 (4), condições que poderiam ocorrer antes de se declarar a boa-fé. Contudo, ainda assim, as convenções deixam essas especificidades serem determinadas pelo direito interno dos Estados contratantes, ocasionando muita insegurança e incerteza nas transações de patrimônio cultural.

Na Constituição Federal de 1988, o preceito vem consignado no artigo 1º, inciso III, que proclama como um dos fundamentos do Estado brasileiro a dignidade, refletido na exigência de um tratamento digno para com terceiros, ou seja, na exigência de se agir com boa-fé. Ainda, no artigo 3º, inciso II e no artigo 5º, *caput* e inciso III, os princípios da igualdade e solidariedade social consagram que outros se tratem com boa-fé, já que todos são iguais em deveres e obrigações.

Assim, a boa-fé é adotada como uma forma de preservação da segurança jurídica nas relações, independentemente de se por sujeitos privados, ou privados e públicos, ou somente públicos, sendo pautada na equidade, na razoabilidade e na cooperação, inclusive internacional.

O Código Civil do Brasil de 2002 preceitua, em seu artigo 113, que “os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração”. Os contratantes são obrigados a guardar os princípios da probidade e da boa-fé, de acordo com artigo 422 do mesmo ditame legal, tanto na celebração quanto na execução do contrato.

Resulta de tais preceitos legais que o adquirente nacional de bem cultural deve averiguar de forma rígida a procedência da obra, exigindo comprovação da boa procedência do bem, por qualquer meio idôneo, para que fique evidente ser ele adquirente de boa-fé, para não ter que restituir ou retornar o objeto ao seu país de origem.³⁰

A lei de origem – *lex originis* – é a do Estado a que pertence o bem cultural originalmente, seja quanto à identidade cultural, seja quanto à identidade territorial. Em princípio, se, em determinado país, há normas vigentes sobre a proibição de exportação de bens culturais, de forma lícita ou de forma ilícita, como ocorre quando proveniente de furto. Tal como previsto, no Brasil, na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 3.924/61, em referência aos bens culturais arqueológicos, que são bens da União, portanto, públicos, inalienáveis, indisponíveis, de direito (ou uso) comum.

³⁰ Ver no Código Civil: Artigo 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Se um Estado propõe ação de restituição ou retorno de um objeto exportado ilegalmente de seu país de origem, a lei aplicável a tal transferência de propriedade deveria ser a *lex originis*, isto é, a do país de origem do bem cultural. Contudo, não poderia o vendedor intermediário do bem cultural, isto é, aquele que o adquire e revende, reclamar do comprador a restituição do bem por força da *lex originis*, já que a venda partiu dele, ato que configuraria *venire contra factum proprio* (CORREIA, 1996).

No entanto, para se averiguar qual normativa regerá a transação, considera-se também a localização do bem, visto que terá a preferência a lei do país da situação do bem. Sendo assim, prevalecerá a lei do país onde se encontra o bem, para efeitos de segurança jurídica perpetuada em transações dentro do Direito Internacional Privado³¹.

Assim, se a transferência se deu de forma ilícita, e novos atos de disposição foram praticados após a chegada ao país importador, sendo o bem cultural vendido neste a um terceiro de boa-fé, deverá ser resolvido o litígio entre o Estado de origem e o novo adquirente pela *lex situs* atual, ou seja, pela legislação do país onde esse bem se encontra, pertencendo o dirimir da questão ao direito material do Estado da situação da coisa no momento de sua transferência de propriedade (CORREIA, 1996).

Nesse momento, será concretizado um conflito entre a aplicação da restituição ou retorno do bem cultural ao país de origem do requerente, ou a permanência do bem sob o domínio do adquirente de boa-fé. Tudo dependerá, portanto, da legislação vigente no país onde se localiza o bem.

A incidência do critério da *lex situs* sobre a circulação internacional de bens culturais pode ser compreendida por meio de duas variáveis fundamentais: a disciplina da posse e os limites estabelecidos pelo direito público ao comércio de tais bens (FAVERO, 2012).

Com referência à posse, as legislações dos Estados preceituam muito distintamente o instituto de posse como meio de proteção. Os países de *common law* aplicam o princípio *nemo plus iuris transferre potest quam ipse habet*, permitindo que o proprietário originário, superadas as limitadas exceções, possa reivindicar o bem ao possuidor de boa-fé. Já os países signatários do *civil law*, que se baseiam no princípio *en fait de meubles la possession vaut ti-*

³¹ “O Direito Internacional Privado é o ramo do direito que visa a regular os conflitos de leis no espaço em relações de caráter privado que tenham conexão internacional, determinando qual a norma jurídica nacional que se aplica a esses vínculos, que poderá tanto ser um preceito nacional como estrangeiro.” (PORTELA, 2014, p. 652.)

tre, permitem a aquisição de um *non domino*.

Esse é um preceito elencado no artigo 8 (1) da Convenção do Unidroit de 1995, que possibilita solicitação fundada nos Capítulos II e III perante os tribunais ou quaisquer outras autoridades competentes do Estado contratante onde se encontre o bem, para solucionar o presente conflito, o que pode incluir a arbitragem. Essa é considerada uma grande inovação normativa no Direito Internacional.

Portanto, os Estados não solucionam uniformemente a lei aplicável em situações que são apresentadas um elemento de conexão entre os vários sistemas jurídicos como no passado. A maioria dos sistemas jurídicos de hoje é de *civil law*, e sua representante legal é a aplicação do princípio da *lex situs*. No próximo capítulo, se verá como tal tema é abordado no Brasil.

CAPÍTULO 2

Não sei, estou muito inseguro. É a casa de meu pai, mas está fria pedaço por pedaço, como se todos estivessem às voltas com seus assuntos, que eu em parte esqueci e em parte nunca conheci. No que lhes posso ser útil, o que sou para eles, mesmo sendo o filho.

Franz Kafka

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO

No Brasil, a primeira normativa que dispôs sobre a proteção do patrimônio cultural foi a Constituição de 1934, influenciada pela normativa constitucional alemã de 1919, da República de Weimar, que prevê, em seu art. 148: "cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País" (MIRANDA, 2006).

Manifestações do movimento modernista, que buscava a valorização da identidade brasileira, com a crise econômica mundial, com a mudança socioeconômica interna e com o fortalecimento da elite industrial e comercial, trazendo nova fase do capitalismo nacional, repercutem na revalorização dos elementos constitutivos da identidade cultural nacional nas décadas de 20 e 30.

Tais transformações influenciaram na elaboração normativa sobre a proteção do patrimônio cultural, traduzindo num convite do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a Mário de Andrade, para elaborar um anteprojeto de lei para a proteção do patrimônio nacional, que culminou no Decreto-lei 25/37 - Lei do Tombamento que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O art. 1º do Decreto-lei 25/37 dispõe que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de

interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. E ainda prevê que:

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Além disso, institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e dá diretrizes para o tombamento e seus efeitos, dispõe sobre o direito de preferência de alienação dos bens.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um aprimoramento dos instrumentos efetivos para proteção do patrimônio cultural e de uma abrangência na conceituação jurídica do termo. Os bens culturais passaram a ser entendidos como conjunto de bens materiais e imateriais, acumulados durante o tempo ou produzidos na atualidade, os quais os homens valorizam como fundamentais para a fruição da vida no momento presente e que conservam para representar a transposição entre o passado e o futuro (SOARES, 2014).

A Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (LPNMA) de 1981, influenciada pela Convenção de Estocolmo de 1972, traz uma concepção jurídica de meio ambiente como macrobem, constituído pela união dos aspectos naturais e culturais dos bens (SOARES, 2014) e previsões extrajudiciais para a proteção ambiental.

Na Constituição Federal de 1988, o entendimento de patrimônio cultural brasileiro adequa-se ao estipulado em normativas internacionais de proteção aos bens culturais tangíveis móveis, tais como a Convenção de 1970 da UNESCO e a Convenção de Unidroit de 1995, abordados no capítulo anterior.

Os bens culturais constituem um dos elementos básicos da civilização e da cultura dos povos, e seu verdadeiro valor só pode ser apreciado quando se conhecem, com maior precisão, sua origem, sua história e seu meio ambiente³². Para tanto, o artigo constitucional 216

³² Preâmbulo da Convenção da UNESCO de 1970.

traz expressa uma definição multifacetária de patrimônio cultural, além de assegurar uma tutela específica a esses, discriminada em leis especiais.

Assim, prevê tal dispositivo legal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Além disso, o poder público tem o dever de proteger o patrimônio constituído pelos bens culturais existentes em seu território contra os perigos de roubo, comércio ilegal, escavação clandestina e outras práticas ilícitas.

Tal dispositivo prevê também instrumentos de proteção com características preventivas, como tombamento, inventário, registros, desapropriação, vigilância e qualquer outro meio de salvaguarda.

Artigo 216. [...]

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (Grifo nosso)

Os bens citados no parágrafo 5º do artigo 216 da Constituição de 1988 ficam tombados por disposição expressa e, desde esse ato, são considerados bens públicos e, portanto, inalienáveis e indisponíveis.

Tudo a ser conjugado com o disposto nas normativas de proteção ao patrimônio cultural, no que diz respeito ao tráfico ilícito desses bens, visto que, além das definições, conforme previsão constitucional no *caput* do artigo 216, esses constituem também “referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e, no mais, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” de acordo com o parágrafo 2º do mesmo artigo.

De acordo com Zanirato (2009, p. 146):

Os elementos culturais são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais.

Para Mazzucchi Ferreira (2006) o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.

Dessa leitura podemos entender que o patrimônio cultural é constituído por bens socioambientais, como os culturais, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos, paisagísticos, bibliográficos dentre outros. Possuem distintos valores e são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Passa-se ao item seguinte, que tratará especificamente do patrimônio arqueológico.

2.2 REGIME JURÍDICO ESPECIAL DOS SÍTIOS E ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL

Os sítios e artefatos arqueológicos são bens culturais de importância única, pois agregam informação e conhecimento dos modos de vida dos povos antepassados e são portadores de interesse de toda a humanidade, independente do Estado onde estejam localizados. Portanto, recebem tratamento diferenciado no sistema normativo pátrio atual, como nos dizeres de Inês Virgínia Soares (2009):

- i. propriedade pública do bem arqueológico;
- ii. proteção constitucional e infra-constitucional, sem a necessidade de submissão dos bens arqueológicos a um instrumento protetivo específico (tombamento, registro entre outros);
- iii. necessidade de permissão ou autorização do IPHAN para realização de pesquisas e escavações arqueológicas, independentemente de se para particulares ou para o Poder Público;
- iv. previsão de responsabilidade civil, administrativa e penal para causador de dano ao patrimônio arqueológico;
- v. proibição de aproveitamento econômico, de destruição ou mutilação de sítio arqueológico antes de serem pesquisados;

Esses bens são protegidos pela Constituição Federal de 1988, pelos artigos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Conquanto, é com o artigo 216, inciso V, da Constituição de 1988 que os sítios arqueológicos são constituídos como patrimônio cultural brasileiro, a fim de efetivar sua proteção.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tal proteção normativa aos bens arqueológicos é assegurada desde a Constituição de 1934, no que tange aos monumentos históricos, denominação usada no período que antecedeu a criação do SPHAN, em 1937. A normativa atribui, concorrentemente, à União e aos Estados a proteção dos monumentos de valor histórico ou artístico, podendo, inclusive, impedir a evasão de obras de arte.

Essa é a primeira previsão constitucional relacionada ao tráfico ilícito de bens culturais, ao atribuir ao Poder Público a competência para impedir a evasão de obras de arte.

Já sob a égide da Carta de 1946, edita-se a Lei Federal brasileira 3.924 de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e disciplina os princípios jurídicos que ainda estão em vigor sobre a prática da arqueologia no Brasil, incluindo a guarda de acervos, seja a pública, seja a privada.

Esse foi o primeiro regimento legal de proteção aos bens arqueológicos que trouxe uma definição a eles. O artigo 2º elenca os bens pertencentes aos monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

A Lei Federal nº 3.924/61 prevê, no artigo 1º, que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, existentes no território nacional, e todos os elementos que neles se encontrem ficam sob a guarda e a proteção do Poder Público e, consoante parágrafo único da referida lei:

A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do art. 152 da mesma Constituição.

O art. 1.230 do Código Civil, em conformidade com a Lei 3.924/61, também trata da propriedade de superfície, dispõe que a propriedade do solo não abrange os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais. O §1º do art. 1.228 do mesmo dispositivo legal, estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as finalidades econômicas e sociais e de modo a que sejam preservados.

Ainda a respeito da Lei 3.924/61, o art. 17 prevê, para as descobertas fortuitas de bens arqueológicos e pré-históricos, a posse e a salvaguarda desses bens como direito imanente do Estado.

É na Constituição de 1967, com o art. 172, parágrafo único, que se introduz, na normativa constitucional, a expressão bens arqueológicos, entendidos como jazidas arqueológicas, que ficam sob a proteção exclusiva da União, ao dispor que "o amparo à cultura é dever do Estado, ficando sob a proteção especial do Poder Público as jazidas arqueológicas".

Estabelece o artigo 20, inciso X da Constituição Federal de 1988:

Art. 20. São bens da União:

[...]

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

De acordo com a atual Constituição, os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União. Tal dispositivo faz mais que uma alusão expressa ao domínio da União em relação aos bens arqueológicos, confirmando o tratamento legislativo da matéria desde a década de sessenta. A titularidade da União sobre os bens arqueológicos torna-os bens públicos federais e de interesse público, cabendo sua gestão ao Poder Público e modificando a relação do Estado com o bem e com a sociedade (SOARES, 2014).

Os bens arqueológicos são bens públicos de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno (art. 98, do Código Civil) e, mais, de uso especial (art. 99, inciso II, do Código Civil), afetados especificamente para servir de pesquisa e de produção de conhecimento dos modos de vida passados e de suas relações sociais.

Desse modo, nos dizeres de Inês Virgínia Soares (2014), a destinação do bem arqueológico às pesquisas e à produção de conhecimento é a regra, e a desafetação, é a exceção; sendo cabível, apenas, ao considerar a colisão entre o direito fundamental de propriedade da União e o direito fundamental ao acesso e à fruição do patrimônio cultural arqueológico pela sociedade.

Por último, o patrimônio cultural arqueológico, jamais será objeto de geração de recursos financeiros devido a sua natureza de bem público com afetação específica, mesmo que seja reconhecido como bem de valor econômico.

Conclui-se, portanto, que, para os bens arqueológicos, não há a necessidade de um instrumento jurídico específico de tutela, como o tombamento, o inventário ou a desapropriação pois, conforme determinação constitucional, constituem natureza de bens públicos e, desde sua origem, estão afetados pelo interesse público, imbuídos de inalienabilidade, indisponibilidade, impenhorabilidade e não-onerosidade, características específicas desse regime jurídico.

Os bens culturais arqueológicos seguem uma categoria especial, por serem elementos integrantes do patrimônio cultural de um Estado, o qual é legítimo para regulamentar o controle ao tráfico ilícito do patrimônio cultural. Assim, apresentam-se instrumentos jurídicos nacionais de combate a essa prática delitiva no tópico seguinte.

2.3 A NORMATIVA BRASILEIRA DE CONTROLE DO TRÁFICO ILÍCITO DOS BENS CULTURAIS

Neste item, serão abordadas normativas nacionais acerca do tráfico ilícito de bens culturais, conforme legislação internacional, seguidos pela proteção manifesta na Constituição Federal de 1988 e nos códigos e leis esparsas que lidam, também, com a circulação e comercialização do patrimônio cultural.

No Brasil, não há lei específica que lide com a proteção contra o tráfico ilícito de bens culturais, mas apenas leis esparsas e normativas disciplinadoras de outras diversas medidas de proteção ao patrimônio cultural. Portanto, neste capítulo se identificará, no ordenamento jurídico brasileiro, quais são as medidas de proteção contra o tráfico ilegal desses bens.

O Brasil aderiu à Convenção da UNESCO de 1970 pelo Decreto 72.312, promulgado em 21 de novembro de 1973 e intitulado *Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transporte e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais*, e, à Convenção de Unidroit de 1995, em 24 de setembro de 1999, pelo Decreto nº 3.166 intitulado *Convenção de Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados*.

E, segundo a UNESCO, os Estados signatários das Convenções devem estabelecer esforços para inventariar seus bens culturais, protegê-los e, quando for o caso, por seus valores excepcionais, propor a sua inscrição na lista de patrimônio mundial. O país deve então se esforçar para evitar o tráfico internacional, seja na exportação, seja na importação de bens culturais, implicando num sistema de vigilância que previna e reprima o comércio ilegal desses objetos. A Convenção da UNESCO de 1970 também define como requisito a imposição de penas e sanções adequadas, de forma a coibir a prática do tráfico ilícito de bens culturais.

É importante destacar, ainda, que foram promulgadas, no Brasil, as leis: Decreto-Lei 25/37 (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional); Lei 3.924/61 (dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos); Lei 4.845/65 (proíbe a saída para o exterior de obras de arte produzidas no país até o fim do período monárquico); Lei 5.471/68 (dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros) e Portaria

262/IPHAN, direcionadas à proteção dos bens culturais, as quais devem colaborar para impedir o avanço do tráfico ilícito de bens culturais (COSTA; DA ROCHA, 2006).

O IPHAN desenvolve campanha com a Polícia Federal, com a Interpol e com o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), com o objetivo de devolver aos países de origem os bens culturais furtados ou desviados de forma ilegal, desde 1997. Como principais medidas adotadas, destaca-se a criação da Coordenadoria-Geral de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Histórico no Departamento da Polícia Federal, com a implantação, em 27 Estados, de Delegacias de Repressão ao Crime contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph), realizada após o roubo da Mapoteca do Itamaraty em 2003, quando foram furtados cerca de 150 mapas e 500 fotografias, entre outras peças, calculadas em torno de 80 milhões de reais, como demonstra a matéria jornalística da Folha de São Paulo de 2014³³:

No topo da lista de suspeitos de integrar quadrilhas especializadas nesse tipo de ação, segundo a PF, estão os estudantes de biblioteconomia Laéssio Oliveira e Ricardo Machado. Ambos já foram condenados por furto, em 2004 [...] Eles se passam por pesquisadores e furtam as peças durante consultas ao acervo. Muitas vezes contam com a ajuda de funcionários ou vigias das instituições. Somente no Arquivo Geral da Cidade, no Rio de Janeiro, foram levadas, nos últimos cinco anos, mais de 3.000 peças, entre fotos, gravuras e revistas.

No Brasil, a comercialização de bens culturais furtados ou roubados de instituições públicas é significativa. Normalmente, os infratores se passam por pesquisadores e contam com ajuda de funcionários ou vigias para terem acesso às obras. Como no exemplo acima, em que mais de 3.000 peças foram furtadas do Arquivo Geral da Cidade, no Rio de Janeiro.

Conforme matéria jornalística publicada na Folha de São Paulo em 2014, dois atores se destacam nessa prática delitiva, Laéssio Oliveira e Ricardo Machado. São biblioteconomistas, já foram condenados algumas vezes desde 2003, e existem processos em andamento em que são acusados atualmente. No quadro a seguir, constata-se o número elevado de obras nacionais furtadas pelos infratores em instituições públicas:

³³ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/01/1400461-e-praxe-acusar-laessio-de-todo-e-qualquer-roubo-diz-antigo-advogado.shtml> > Acesso em: Abr. 2014.

FORA DA Estante

Mapa de grandes roubos de livros registrados desde 2003

<p>PALÁCIO DO ITAMARATY, NO RIO</p> <p>QUANDO Antes de julho de 2003</p> <p>COMO FOI Não se sabe. O caso veio à tona meses depois</p> <p>O QUE FOI ROUBADO 60 documentos cartográficos e mais de 2.000 documentos iconográficos, avaliados em mais de R\$ 1,5 milhão</p> <p>O QUE FOI RECUPERADO Partes de dois atlas do século 17 foram devolvidas pelo correio. Em 2006, a polícia recuperou nove gravuras de um atlas de 1712 do Johannes van Keulen (1654-1715)— podem valer mais de R\$ 18 mil cada</p> <p>INVESTIGAÇÕES As gravuras estavam com um parente de um restaurador que disse tê-las guardado para a quadilha de Laércio Rodrigues de Oliveira; ele responde a processo</p>	<p>MUSEU NACIONAL DA UFRJ, NO RIO</p> <p>QUANDO Entre novembro de 2003 e janeiro de 2004</p> <p>COMO FOI Foi descoberto por acaso. Um usuário pediu o livro "De Medicina Brasiliensi" (1648), de Willem Piso, e ele não estava na caixa. A biblioteca encontrou 12 caixas vazias e livros sem páginas</p> <p>O QUE FOI ROUBADO Mais de 1.400 itens, incluindo 13 livros inteiros dos séculos 16 a 20</p> <p>O QUE FOI RECUPERADO Uma pequena parte. Um vendedor devolveu um livro de Piso que comprara por R\$ 2.000 (o volume é avaliado em até R\$ 70 mil) e denunciou Laércio</p> <p>INVESTIGAÇÕES Em maio de 2004, após denúncia do vendedor, Laércio foi preso, mas solto pouco depois. Os processos estão em andamento</p>	<p>ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</p> <p>QUANDO Junho de 2006</p> <p>COMO FOI Um funcionário percebeu a ausência de uma foto e um inventário apontou a ausência de documentos</p> <p>O QUE FOI ROUBADO Cerca de 3.000 itens, incluindo 87 gravuras de Debret, edições da "Revista Ilustrada" e "O Cruzeiro", entre outros</p> <p>O QUE FOI RECUPERADO As gravuras foram localizadas em 2007. Em 2013, a instituição recebeu documentos, enviados por correio em pacotes</p> <p>INVESTIGAÇÕES Os itens foram encontrados no hotel em que Laércio se hospedava após ele e três suspeitos serem detidos pela Polícia Federal, que investigava uma tentativa de assalto à Casa de Rui Barbosa, em 2007</p>	<p>CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES (CCLA), EM CAMPINAS</p> <p>QUANDO 8 de agosto de 2013</p> <p>O QUE FOI ROUBADO Dezenas de obras, muitas do acervo do presidente Campos Sales (1841-1913), e quadros</p> <p>COMO FOI Cinco bandidos armados fizeram reféns, enquanto recolhiam itens numa sala nos fundos da biblioteca</p> <p>O QUE FOI RECUPERADO Os quadros foram encontrados com os suspeitos, mas os livros, segundo um deles, já estariam na Europa na ocasião</p> <p>INVESTIGAÇÕES Laércio e três suspeitos foram presos em flagrante quando, segundo a Polícia Civil de Campinas, tentavam roubar peças de arte sacra em Piracicaba. Laércio está no CDP de Hortolândia sob acusação de ser o mentor</p>
--	--	--	---

Figura 1 - Mapa de grandes roubos de livros registrados desde 2003. Fonte: Folha de São Paulo, 21.01.2014

A publicação veiculada na Folha de São Paulo faz referência à alguns casos de furto em instituições públicas nacionais e torna público o problema do desaparecimento de obras no Brasil. O volume de obras desaparecidas é muito maior em relação às encontradas ou devolvidas ao seu lugar de origem e, muitas vezes, nem sequer há indícios do paradeiro das obras. A maioria dos bens culturais obtidos de forma ilícita são vendidos para estrangeiros e estes, por sua vez, são intermediários para colecionadores e leiloeiros, o que dificulta as investigações e a recuperação das peças.

No Brasil, por exemplo, a cada ano, volumes de obras e de objetos culturais desaparecem no território brasileiro, de acordo com a Interpol. Há bens que desaparecem em museus, arquivos e instituições públicas e privadas. E, nesses casos, raramente são recuperados por seus proprietários.

Há 1.596 bens culturais cadastrados em *Bens Culturais Procurados* no site do IPHAN³⁴, sendo 632 bens procurados no Estado de São Paulo e 539 no Estado do Rio de Ja-

³⁴ Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/consultaPublicaBCP/pesquisaResultado.jsf> > Acesso em: Abr. 2014

neiro, regiões mais afetadas pelo tráfico ilícito de bens culturais, dos quais somente 127 bens foram resgatados até o presente momento.

Nesse sentido, faz-se necessário denunciar essas práticas delitivas, reconhecidas por museus, bibliotecas e arquivos, como uma ação organizada e criminosa, impondo aos bens culturais características de mercadorias e atribuindo a eles apenas valor monetário, quando, em verdade, permeiam-se de singularidade como patrimônio cultural, que não poderá ser substituído se deteriorado (KUSHNIR, 2009).

A previsão de penas e sanções para esses crimes não recebeu tratamento diferenciado na legislação penal brasileira, havendo apenas prescrição em leis esparsas³⁵ quanto a danos causados a esses bens. No Código Penal, a tipificação mais próxima à conduta de negociação ilícita de determinado bem cultural é a receptação qualificada, prevista no artigo 180, §1º.

Também não foi instituída uma política legislativa e administrativa específica sobre o tráfico ilícito na Carta Magna, havendo previsão apenas no que se refere ao impedimento da evasão³⁶ de bens culturais, podendo, ainda, ser utilizados outros instrumentos constitucionais para o combate a essa prática ilegal.

A proteção demonstra-se no artigo 23 da Constituição Federal de 1988:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
[...]
III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

Há apenas preceitos constitucionais acerca das competências legislativas da União, Estados e Municípios para determinar a preservação de certos bens culturais por leis específicas quanto à proteção ao patrimônio cultural, previstos no artigo 24, incisos VII e VIII e artigo 30, inciso IX da Constituição:

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

³⁵ Ver: Lei 9.605 (dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente); Lei 7.347/85 (disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens de direitos e valor artísticos, estéticos, históricos e turísticos); Decreto-Lei 6.514/2008 (dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências).

³⁶ Artigo 23, inciso IV da Constituição Federal de 1988.

[...]

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Compete aos Municípios:

[...]

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Consoante artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural está incluído na matéria referente ao Direito Ambiental, sendo elevada à categoria de direito fundamental:

Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; (Grifo nosso)

Ainda que a Constituição traga esses pontos, há carência de medidas específicas adequadas ao tráfico do patrimônio cultural, o que facilita o comércio e a formação de acervos de forma ilegal. Essa ausência pode ser uma das causas do comércio clandestino de bens culturais, que tem causado danos ao patrimônio cultural nacional.

Por isso, torna-se indispensável a elaboração de legislação específica sobre o tráfico ilícito de bens culturais, bem como o incremento e a intensificação da fiscalização do comércio de obras, a fim de coibir a circulação de produtos de origem ilícita, principalmente por serem condutas e atividades consideradas lesivas ao patrimônio cultural brasileiro, que sujeitem pessoas físicas e jurídicas a sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Os instrumentos de proteção existentes no país, ainda que visem à proteção, não são suficientes para proteger, em especial, os bens culturais arqueológicos, os quais são detentores de características especiais desde sua origem. Discute-se a seguir alguns desses instrumentos.

2.3.1 Patrimônio cultural brasileiro: bem jurídico tutelado na esfera administrativa

Como medida de proteção no âmbito administrativo, tem-se o tombamento³⁷ e o inventário, que podem ser direcionados à proteção ao tráfico ilícito de bens culturais, conforme determinação de ditames legais internacionais, sendo o primeiro incumbido ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em esfera federal, disciplinado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, ora recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Nos dizeres de Édis Milaré (2002, p. 279):

Resulta de um procedimento administrativo complexo, de qualquer das esferas do Poder Público, por via do qual se declara ou reconhece valor cultural a bens que, por suas características especiais, passam a ser preservados no interesse de toda a coletividade.

Assim, ao tombamento é atribuída a conservação e a restrição quanto à alienação e à exportação de bens culturais, já que se verifica a característica de um bem público. Nos termos do Decreto-Lei 25/37, esses bens podem ser transferidos, desde que a transferência seja comunicada ao IPHAN pelo adquirente.

Segundo o artigo 14 do mesmo Decreto, o bem só poderá deixar o país por prazo curto, sem transferência de domínio e para fins de intercâmbio cultural, respeitando-se o prazo geral de seis meses, ou, para exposição itinerante, o limite de dois anos. A incidência de exportação ilegal gera o direito do Estado de sequestra-lo³⁸, sem prejuízo de sanções administrativas ou penais.

Já os bens pertencentes às pessoas privadas deverão ser inscritos no Livro do Tombo e, de acordo com o Decreto-Lei 25/37, na ocasião de venda, deverá respeitar-se a ordem de preferência da União, Estados e Municípios para se manifestarem, em prazo de trinta dias, sobre a aquisição, senão, terão seus direitos sobre os bens nulos³⁹, já que nenhuma venda poderá ser

³⁷ Dispõe o Decreto –Lei nº 25 de 1937:

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

³⁸ Sequestro é medida cautelar que tem por finalidade a constrição de determinados bens sobre os quais recai o pretensão direito do requerente, de modo a evitar riscos de dano ou rixa. Artigo 822, do Código de Processo Civil.

³⁹ É a ineficácia do ato ou relação processual, causada pela não observância da lei. Pode ser absoluta, quando a grave violação à lei torna o vício insanável, ou relativa, quando torna o ato apenas anulável, possibilitando que o vício seja suprido pelas partes.

realizada sem a notificação dos titulares do direito, nem mesmo nos casos de venda judicial.

Quanto aos inventários, tem-se uma descrição detalhada de informações sobre o objeto, descrevendo suas características, inserindo imagem para identificação, bem como sua localização. A criação de inventários, de acervos públicos ou privados, proporciona um melhor conhecimento dos bens culturais, a fim de colaborar com investigações futuras e, assim, proteger o patrimônio cultural na captura mais breve de peças alvo do tráfico ilícito, inclusive facilitando a cooperação internacional nos referidos bancos de dados, como no *Origen Crime Art* da Interpol.

Os bens pertencentes às casas de comércio não são objetos de tombamento, em respeito ao princípio da livre circulação do comércio, porém receberão uma guia de licença para livre trânsito fornecido pelo IPHAN, como prevê o artigo 3º, parágrafo único do Decreto-Lei 25/37. Ocorre o mesmo com as obras de exposições trazidas de outros países, ou seja, as que estão submetidos ao intercâmbio.

Vale ressaltar que a expressão “excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira”, encontrada ainda no artigo 3º, deve ser reconsiderada, pois há previsão constitucional e internacional promulgadas pelo Brasil, reconhecendo bens estrangeiros que se relacionam com a identidade cultural nacional em casos específicos, como integrantes do patrimônio cultural brasileiro, podendo, então, serem suscetíveis também de tombamento.

No Decreto-Lei 25/37, encontram-se três mecanismos de controle do comércio de bens culturais no Brasil, de promoção do IPHAN, sendo eles: a obrigação de registro especial de obras de arte, de manuscritos e de livros antigos ou raros pelos negociantes de antiguidades, com manutenção semestral; a lista de venda dos bens pelos agentes de leilão, sob pena de multa no valor de cinquenta por cento sobre o valor do bem vendido; e a necessidade de autenticação prévia pelo IPHAN, ou por perito da mesma instituição, para os bens poderem ser postos a venda, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao bem.

Artigo 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva rela-

ção ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agente' de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A. autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder'

À tutela administrativa do patrimônio cultural agregam-se outros instrumentos protecionistas, que poderiam colaborar para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais, tais como: vigilância; gestão documental; ação popular; ação civil pública; incentivos e benefícios fiscais e financeiros; e, principalmente, educação patrimonial e participação política. Todos previstos na Constituição Federal de 1988 e não voltados diretamente para o combate ao tráfico ilícito de peças culturais.

Além de medidas administrativas, tem-se positivado sanções penais, a fim de evitar o tráfico ilícito do patrimônio cultural como bem jurídico, como é explanado no item seguinte.

2.3.2 Patrimônio cultural: bem jurídico tutelado na esfera penal

Existem várias normas legais e regulamentares destinadas a reger a circulação e comercialização de bens culturais, direcionadas à proteção do patrimônio cultural no Brasil, mas nada quanto ao tráfico ilícito especificamente, carecendo ser mais bem precisadas, aplicadas e fiscalizadas para atingir sua efetiva função.

Uma delas é o Decreto-Lei 25/37, já apresentado quanto à temática de tutela administrativa do patrimônio cultural, cabendo uma abordagem na esfera penal, como as tipificações previstas no Código Penal e em leis esparsas.

O tráfico promove a importação clandestina de determinado bem ilícito para o comércio interno de um país e pode possibilitar sua exportação, consistindo exatamente “no ato de comerciar ou mercadejar bens provenientes de negócios ilícitos” (NUNES, 1996 apud COSTA; ROCHA, 2007, p. 269), sendo caracterizado pelo *animus lucrandi* do agente. Apresenta, portanto, características similares à receptação qualificada.

O tráfico ilícito de bens culturais não recebeu tratamento diferenciado na legislação penal, como receberam o tráfico ilícito de entorpecentes e de armas (COSTA; ROCHA, 2007). A tipificação que mais se aproxima dessa conduta é a receptação qualificada, crime descrito no artigo 180, parágrafo primeiro, do Código Penal:

Receptação qualificada

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa.

Destaca-se como requisito condicionante para a consumação da receptação, a existência de um crime antecedente, tal como furto, roubo ou qualquer outro constante no rol dos delitos contra o patrimônio. No mais, o bem jurídico tutelado nesse tipo penal abarca tanto o patrimônio público quanto o privado.

Além disso, referente à questão da introdução ilegal e atividade comercial de bens culturais provenientes clandestinamente de outros países ou fraudulentamente importados para

outros países, tem-se o descaminho e o contrabando, previstos nos artigos 334 parágrafo 1º, inciso III e parágrafo 3º e 334-A parágrafo 1º, inciso II e parágrafo 3º, do Código Penal respectivamente, e não a receptação qualificada:

Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

(...)

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

(...)

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;

(...)

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

O descaminho (art.334, §1º, III) é a evasão de direito ou imposto devido em atividade comercial ou industrial, inclusive pela importação ou exportação de mercadorias e, o contrabando, o ato de importar ou exportar mercadoria proibida (art. 334-A, *caput*), sobretudo, se a mercadoria depender de registro, análise ou autorização de órgão público competente (art. 334-A, 1º, II).

O Decreto-Lei nº 3.688/41 – Lei de contravenções penais -, em seu capítulo VI, disciplina as contravenções relativas à Organização do Trabalho e prevê o *exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte*, consistente em:

Artigo 48. Exercer, sem observância das prescrições legais, comércio de antiguidades, de obras de arte, ou de manuscritos e livros antigos ou raros:

Pena – prisão simples de um a seis meses, ou multa, de um a dez contos de réis.

Nesse sentido, visam, concomitantemente, a: prevenir que negociantes desses bens culturais os recolorem em circulação de forma ilícita, se obtidos por meio de atividades cri-

minosas levadas a cabo por terceiros; e garantir e condicionar o exercício pacífico e lícito desse tipo de comércio, respeitando a liberdade de profissão e a livre iniciativa.

Analizados pelo viés da legislação ambiental penal, instituída pela Lei 9.605/98, os crimes contra o patrimônio cultural estão restritos à destruição, inutilização, alteração ou deterioração dos bens. Dispõe a Lei 9.605/98 sobre os crimes contra o patrimônio cultural:

Seção IV - Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Artigo 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Artigo 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Artigo 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Artigo 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Nada consta em legislação especial sobre a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de bens culturais no Brasil, mesmo que seja considerado pela Interpol um dos delitos mais rentáveis no mundo, depois dos tráficos de entorpecentes e de arma.

No Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90 -, as infrações ao consumidor também ficam sujeitas a sanções administrativas, cíveis e criminais, elencados, em seu capítulo II, os crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo:

Artigo 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

[..]

IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;
 Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.
 Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

A Resolução nº 8 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem objetos de arte e antiguidades, visando a evitar o aproveitamento econômico por meio do tráfico ilícito do patrimônio cultural. No art. 1º, da Seção I, prevê:

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Com o objetivo de prevenir e combater os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998, as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem objetos de arte e antiguidades deverão observar as disposições constantes da presente Resolução.

Parágrafo único. Enquadram-se nas disposições desta Resolução as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem, importem ou exportem, intermediem a compra ou a venda de objetos de arte e antiguidades, em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não.

[...]

Seção IV

Das Operações Suspeitas

Art. 6º As pessoas mencionadas no art. 1º dispensarão especial atenção às operações ou propostas que, nos termos do Anexo a esta Resolução, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionarem-se.

Tanto a pessoa física quanto a jurídica que comercializar, importar, exportar ou intermediar compra ou venda de objetos de arte ou antiguidades poderá incidir nos crimes previstos na Lei nº 9.613, que trata os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

Assim, quem oculta ou dissimula a natureza, origem, localização ou quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores, adquire, recebe, troca, movimenta ou transfere ou, ainda, importa ou exporta bens de valores, como os bens culturais, entre outros, cometerá infração desse ditame legal.

Há outros institutos legais, além dos citados, que tratam da circulação de bens culturais, como a Lei nº 4.845/65, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e de ofícios produzidos no país até o fim do período monárquico; a Lei nº 5.471/68, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e de conjuntos bibliográficos brasileiros; a Portaria nº 262/92 do IPHAN, que regulamenta a saída de objetos culturais do país e a Lei nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, sendo esta lei abordada no tópico seguinte.

2.3.2.1 Tutela penal do patrimonio cultural arqueológico

Neste momento, é analisada a última legislação citada no item anterior, para, no próximo capítulo, ser possível a averiguação da constituição do acervo arqueológico do ICBS, diante de ordenamentos jurídicos internacionais e nacionais.

A Lei nº 3.924/61 regulamenta a proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos, no que diz respeito à conservação e à saída do território brasileiro, além de disciplinar as escavações. Será apresentada a temática referente à proteção quanto ao aproveitamento econômico e à saída ilícita desses bens do território nacional.

Em seu artigo 2º, a Lei referida elenca os bens culturais arqueológicos para fins de sua proteção⁴⁰, como já apresentado anteriormente, e, no artigo 3º, proíbe o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação, para qualquer fim dos bens enumerados na lei, além de outros, admitindo apenas as especializadas, desde que concluída a exploração científica, com parecer favorável do IPHAN, sob pena da responsabilidade penal das pessoas que violarem essas normas, conforme artigo 5º da referida lei:

Artigo 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas *b*, *c* e *d* do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

[...]

Artigo 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

A lei, em seus artigos 20 e 21, proíbe a exportação de objetos de interesse arqueológico, pré-histórico, numismático ou artístico sem a licença expressa do IPHAN, constante num

⁴⁰ Dispõe a Lei nº 3.924/61 :

Artigo 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
 b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
 c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
 d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

guia de liberação, no qual o bem a ser transferido deverá ser especificado. Dispõe a Lei nº 3.924/61:

CAPÍTULO V - Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, numismático ou artístico.

Artigo 20. Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, sem licença expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.

Artigo 21. A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Parágrafo único. O objeto apreendido, razão deste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo essa Lei, a não observância de tal preceito implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sendo entregue ao IPHAN, sem prejuízo de outras responsabilidades. Por conseguinte, os infratores se sujeitarão às sanções previstas nos artigos 163, 165, 166 e 167 do Código Penal:

CAPÍTULO IV - DO DANO

Dano

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dano qualificado

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave

III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

[...]

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Alteração de local especialmente protegido

Art. 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Os infratores poderão incidir, ainda, na Seção IV - Dos Crimes contra o Ordenamento

Urbano e o Patrimônio Cultural - da Lei nº 9.605/98, na qual foram mantidos tipos penais similares a esses, mas com tratamento especial, como demonstrado no item anterior.

Por fim, além das combinações legais previstas para a exportação ilegal dos bens arqueológicos brasileiros, tem-se também os crimes de dano, cominados cumulativamente ao responsável dilapidador desse tipo do patrimônio cultural, visto que tal prática traz uma perda, além da material, de identidade e de memória das gerações presentes para as futuras, impossibilitando o contato com um bem cultural.

Objetivando verificar a efetividade dessa medidas nacionais e internacionais no Brasil, aborda-se a formação de um acervo arqueológico específico, o do ICBS.

PARTE II

CAPÍTULO 3

A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento (Aufklärung).

Immanuel Kant

Feitas as considerações a respeito da normativa ao tráfico ilícito internacional de bens móveis do patrimônio cultural arqueológico, e entendidas as medidas aplicadas no Brasil para esse fim, passa-se agora a discutir a constituição de um acervo que pode estar em desacordo com essas normas.

Para tanto, foi feita uma análise quantitativa e descritiva da constituição do acervo arqueológico do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS). A composição do acervo iniciou-se com a criação do próprio Instituto em março de 2002, a fim de "resgatar a memória e a história, preservando e divulgando o patrimônio e a cultura nacional"⁴¹, inaugurando suas atividades com a exposição de cartografias "O tesouro dos mapas - a cartografia na formação do Brasil".

Neste capítulo, é apresentado tal acervo, sua aquisição, sua composição e localização atual, depois, seus vínculos com o processo criminal federal e de falência do Banco Santos e com o que foi noticiado pela imprensa sobre a irregularidade na formação desse. Finalmente, é analisada sua formação à luz do disposto nas normativas, principalmente em relação ao tráfico ilícito de bens culturais arqueológicos.

⁴¹ Relação de obras entregue ao IPHAN pela equipe do ICBS em 2002, Anexo VIII, do Apenso nº 4, dos autos nº 2005.61.81.900396-6, fl. 284.

3.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO: A CID COLLECTION, O INSTITUTO CULTURAL BANCO SANTOS E A COLEÇÃO PRIVADA DE EDEMAR CID FERREIRA

Esse item é elaborado por meio de informações obtidas dos autos do processo nº 2005.61.81.900396-6. O acervo iniciou-se em 2002, com a criação do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS). O objetivo da criação do ICBS era legalizar a guarda de algumas coleções arqueológicas, oriundas de achados fortuitos (art. 17 da Lei 3.924/61), de coleções até então irregulares, momento que Edegar Cid Ferreira, ex-diretor do Banco Santos S/A, entrou em contato com o IPHAN em Brasília.

A autarquia federal condicionou a guarda dos bens culturais à composição de uma equipe especializada para tratamento, curadoria, exposição e conservação dos acervos no corpo permanente de instituições públicas e privadas, desde que com fins sociais, culturais e/ou científicos, com implantação de programas de difusão do conhecimento arqueológico. A guarda seria provisória (art. 18 da Lei 3.294/61), em virtude de os itens serem bens da União, podendo ser requeridos a qualquer tempo, visto que os bens culturais arqueológicos são de uso público e coletivo de alcance social⁴², como abordado no capítulo 2.

O Instituto Cultural Banco Santos⁴³ foi criado com essa finalidade em 15 de agosto de 2002, funcionando como Organização de Sociedade Civil de interesse público conforme Lei Federal nº 9.790/99,⁴⁴ e com a apresentação de equipe de trabalho especializada⁴⁵.

A partir de então, foi expedida a Portaria nº 228/2002 pelo IPHAN, autorizando o ICBS à guarda de 765 peças arqueológicas, compostas em 7 coleções⁴⁶ a saber:

1) *Coleção Graciete (Humberto Luis Dacier):* proveniente da Fazenda São Marcos de Luis Humberto Dacier, onde se encontram os sítios arqueológicos conhecidos como tesos dos Camutins e do Urubu. Total de peças: 403 peças inteiras e fragmentos; sendo

⁴² Parecer Técnico 142/11 – 9ª SE/IPHAN/SP.

⁴³ Apenso do processo IPHAN nº 01450.000764/2002-30, fl.. 7.

⁴⁴ Despacho da Secretaria Nacional de Justiça.

⁴⁵ Processo IPHAN nº 01450.000764/2002-46, fl. 23.

⁴⁶ Parecer Técnico 142/11 - 9ª SR/IPHAN/SP.

5 urnas funerárias grandes, 67 urnas ou vasos médios, 8 bancos, 31 tigelas médias e pequenas, 8 pratos, 12 tangas em cerâmicas, 6 estatuetas, 53 peças pequenas (rodela de fuso, bodoques, tigelas miniaturas), um carimbo em osso, 5 líticos polidos (lâminas de machado) e fragmentos cerâmicos de dimensões variadas.

2) *Coleção Dona Dita:* proveniente de várias fazendas do Marajó, fruto de descobertas fortuitas trocadas ou doadas por vários moradores, destaque para a moradora Benedita Acatauassu, antiga moradora da Ilha Marajó que reuniu os bens da coleção há quarenta anos. Total de 45 peças sendo: 2 urnas pequenas, 12 vasos e tigelas fundas, 5 pratos, 12 tangas fragmentadas, 9 estatuetas fragmentadas, fragmentos de dimensões variadas.

3) *Coleção Gisela:* Todas as peças são provenientes da fazenda Monte Carmelo, Ilha do Marajó, de um sítio arqueológico, sendo 5 urnas funerárias grandes e médias, sendo uma bastante fragmentada.

4) *Coleção Maurício (Maurício Teixeira):* proveniência de todas as peças do mesmo sítio arqueológico na fazenda Monte Carmelo, Ilha do Marajó, com exceção de um prato de proveniência desconhecida, sendo 37 peças: uma urna funerária média, 8 tangas em cerâmica, 6 estatuetas, 3 pratos, 6 tigelas, 4 vasos e fragmentos de dimensões variadas.

5) *Coleção Silvia:* provenientes todas do mesmo sítio arqueológico na fazenda Monte Carmelo, Ilha do Marajó, sendo um total de 65 peças: 2 urnas funerárias médias, 38 estatuetas fragmentadas ou apêndices de urnas, 3 vasos médios, 6 tigelas grandes, 2 pratos, fragmentos cerâmicos de dimensões variadas.

6) *Coleção Luís Otávio:* proveniente da Fazenda São Marcos, antiga propriedade de Luis Humberto Dacier, onde se encontram os sítios arqueológicos conhecidos como tesos Camutins e Urubu, sendo um total de 200 peças inteiras e fragmentos: contendo 16 peças líticas pequenas (contas, canutilhos de colar, pingentes e pequenas esculturas zoomorfas e antropomorfas).

7) *Coleção Sandré:* proveniência genérica Rio Trombetas, sendo 10 peças, contendo 5 esculturas ou pré-formas de esculturas zoomorfa (muiraquitãs), uma peça maior (escultura zoomorfa fragmentada), 4 contas de colar.

Abaixo, na Figura 2 e 3, tem-se a cópia da Portaria e de sua publicação no Diário Oficial:

Figura 2 - Portaria nº 228/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 55.

Figura 3 - Publicação da Portaria nº 228/2002, do IPHAN publicada no Diário Oficial. Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 56.

Tal instrumento, a Portaria nº 228/2002 do IPHAN, e sua respectiva publicação no Diário Oficial, conforme imagens supra⁴⁷, possibilitou o conhecimento do acervo arqueológico pelo IPHAN. Quando houve a intervenção no Banco Santos S/A em 2004, foi descoberto que, na verdade, eram 2.100 peças arqueológicas, e não 765, como as que se encontravam sob a posse do ICBS.⁴⁸

Os responsáveis pelo ICBS afirmam que esse foi “constituído com a missão de apoiar a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, contribuindo direta e indiretamente

⁴⁷ Anexo VII, do Apenso nº 4, do Processo nº 2005.61.81.900396-6, fls. 55 e 56.

⁴⁸ Informação Técnica nº 18/2005 - COPEDOC, de 19/10/2005 do processo nº 01450.00764/2002-30.

para seu resgate, restauro, documentação e divulgação, bem como apoiando estrutural e financeiramente museus, bibliotecas e acervos culturais organizados em geral” de acordo com o apresentado na solicitação de parceria entre o Poder Público e a Sociedade Civil para a guarda do material arqueológico achado fortuitamente, em conformidade com a Lei 3.924/61.⁴⁹

Ao final de 2004, houve a intervenção do Banco Central do Brasil no Banco Santos S/A, e foi decretada a falência pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo de dita instituição financeira em setembro de 2005. Foi instaurada a Ação Criminal nº 2005.61.81.900396-6 pela 6ª Vara Federal Especializada em Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e em Lavagem de Valores pelo Ministério Público Federal e solicitado o sequestro de bens móveis e imóveis.

O Juiz Federal Dr. Fausto Martins de Sanctis, decretou, então, o sequestro de todos os bens imóveis e móveis do Sr. Edemar Cid Ferreira, de todas as coleções de artes e os acervos de peças pessoais e de todas as instituições relacionadas ao banco, tal como o ICBS e a *Cid Collection*, também controladas pelo banqueiro. Com isso, foram descobertas em torno de 12.000 peças sob a posse do banco e do ex-banqueiro, constatada nos autos da Justiça Federal.

No catálogo da exposição “Antes - As histórias da pré-história“, organizada pelo Edemar Cid Ferreira e realizada no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo, de outubro de 2004 a janeiro de 2005, período da intervenção do BACEN no Banco Santos S/A, na página 289, na Figura 4 abaixo, faz-se referência à existência de mais de 15.000 objetos de arte pertencentes ao acervo total.

⁴⁹ Processo IPHAN nº 01450.000764/2002-30, fls. 2 e 3.

Figura 4 - Página 289 do catálogo da exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6

Com o ajuizamento da Ação de sequestro dos bens pelo Ministério Público Federal, e com a ordem decretada pelo Juiz Federal, em 2005, determinou-se também o desmembramento do conjunto de bens em lotes diversos, atribuindo a “Guarda Judicial” desses a diferentes museus na cidade de São Paulo, constituindo esses depositários fiéis, responsáveis pela elaboração de inventários e perícias técnicas dos acervos que estão custodiando. A 6ª Vara Criminal Federal decretou que as peças arqueológicas e etnográficas do ICBS e da *Cid Collection* seri-

am encaminhadas ao MAE/USP para salvaguardá-las e divulgá-las para fins científicos e para acesso da comunidade.

A distribuição foi executada, então, de acordo com a tipologia dos lotes classificados por peritos legais, designando-se um conjunto de peças de arqueologia e etnologia para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), por exemplo, e outros conjuntos para o Museu Paulista (Museu do Ipiranga/MI-USP), Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC-USP), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), Museu Naval e outros centros e institutos culturais na cidade de São Paulo.

Após decretada a falência do Banco Santos S/A, pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, capital, em setembro de 2005⁵⁰, foi definido que o acervo fosse posto a leilão de origem falimentar, de acordo com o proposto pelo interventor da já massa falida do Banco Santos S/A, a fim de suprir os credores por suas perdas patrimoniais decorrentes dos investimentos realizados no banco.

Na Justiça Federal, em sentença criminal proferida em 2006, foi decretada a perda dos bens em favor da União e, entre esses bens, havia os que eram das empresas ligadas ao banco e os que eram de propriedade de Edemar Cid Ferreira.

A Cid Ferreira Collection Empreendimentos S/A era uma das empresas coligadas ao Banco Santos S/A, em que os sócios eram familiares de Edemar Cid Ferreira e de uma empresa *off shore*⁵¹ *Waimea Corporation*, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas (paraíso fiscal), apresentando fortes indícios de prática de delitos contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de valores por meio de transações com bens culturais. Por isso, foi decretada a extensão da falência às empresas ligadas ao Banco Santos S/A pela Justiça Estadual de São Paulo.⁵²

Logo após a sentença penal condenatória da Justiça Federal, foi ajuizada ação de conflito de competência pela Justiça Estadual de São Paulo.

⁵⁰ Processo nº 2005.61.81.900396-6.

⁵¹ *Offshore* é um termo da língua inglesa cujo significado literal é “afastado da costa”. Em termos financeiros, é designada por *offshore* uma empresa que tem a sua contabilidade num país distinto daquele onde exerce a sua atividade, também é associado a empresas ou contas abertas em paraísos fiscais, que são por vezes utilizadas para fins ilícitos e crimes do colarinho branco.

⁵² Acórdão nº 76.740 -SP (2006/0279583-9) do Conflito de Competência: Relatório do Exmo. Sr. Ministro Ari Pargendler.

Consequentemente, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça⁵³, o juízo falimentar é o credenciado a custodiar todo o patrimônio da falida, para os repartir entre os credores e os que demonstrem legítimo interesse. Assim, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, deverá ser aperfeiçoado o decreto de perda de bens em favor da União, e caberá ao juízo falimentar indicar quem são os terceiros de boa-fé, que, à luz do artigo 91, inciso II do Código Penal, não poderão ser prejudicados pelo confisco-efeito da condenação penal. A ementa do Acórdão⁵⁴ do STJ sobre o conflito de competência entre a Justiça Federal criminal de São Paulo e a de falências da Justiça Estadual de São Paulo relata:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS CRIMINAL E FALIMENTAR - PERDA DE BENS, EM FAVOR DA UNIÃO, FRUTOS DO CRIME COMO EFEITO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO - DECRETO DE FALÊNCIA DAS EMPRESAS TITULARES DESSES BENS ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA PARA ATOS DE DISPOSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS DA MASSA FALIDA - CARACTERIZAÇÃO - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PREVISTA NA LEI N. 6.024/74 CONTRA EX-ADMINISTRADORES DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM ORDEM DE ARRESTO DE BENS - PROXIMIDADE COM FEITO FALIMENTAR - APLICAÇÃO, MUTATIS MUTANDI, DO PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DE QUEBRA - NECESSIDADE - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - CONFIGURAÇÃO - CONFLITO CONHECIDO PARA AFIRMAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar.
2. A *ratio essendi* do ordenamento jurídico repousa na necessidade de reservar a único juízo a atribuição de gerenciar e decidir acerca de todos os bens sob a titularidade e posse da massa falida. Para tanto, eventuais terceiros prejudicados deverão valer-se dos mecanismos previstos na legislação falimentar, como o pedido de habilitação de crédito, a formulação de pedido de restituição, entre outros.
3. Havendo conflito de competência entre o juízo criminal - que determina a perda de bens em favor da União com base no art. 91, II, do Código Penal após o trânsito em julgado - e o juízo falimentar quanto a atos de disposição dos bens da massa falida, deverá ser prestigiada a *vis attractiva* do foro da falência, que é - por assim dizer - o idôneo distribuidor do acervo da massa falida.
4. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, momento em que se aperfeiçoará o decreto de perda de bens em favor da União, cumprirá ao juízo falimentar - mediante provocação - indicar quem são os terceiros de boa-fé, que, à luz do art. 91, II, do CP, não poderão ser prejudicados pelo confisco-efeito da condenação penal.
5. A ação de responsabilidade civil prevista na Lei n. 6.024/74 (Lei de Intervenção e de Liquidação das Instituições Financeiras) possui notória interconexão com o feito falimentar, do que dão nota a coincidência do foro competente (art. 46 da Lei n. 6.024/74), a legiti-

⁵³ Acórdão nº 76.740 -SP (2006/0279583-9) do Conflito de Competência: Relatório do Exmo. Sr. Ministro Ari Pargendler.

⁵⁴ O acórdão trata de um resumo da conclusão a que se chegou, não abrangendo toda a extensão e discussão em que se pautou o julgado, mas somente os principais pontos da discussão da decisão de um órgão colegiado de um tribunal, que emana de um órgão monocrático, seja este um juiz de primeiro grau, seja um desembargador ou ministro de tribunais - estes, normalmente, na qualidade de relator, de presidente ou vice-presidente, quanto aos atos de sua competência.

dade ativa do administrador da massa falida (art. 47 da Lei n. 6.024/74) e a finalidade da ação de responsabilidade em obter a condenação dos ex-administradores da instituição financeira com o intuito de incrementar o acervo patrimonial constitutivo da massa falida, tudo em prol do pagamento dos credores da instituição financeira (art. 49 da Lei n. 6.024/74).

6. A acentuada proximidade entre a ação de responsabilidade dos administradores da instituição financeira e o feito falimentar permite que o princípio da universalidade do foro da falência seja, no que couber, aplicado às aludidas ações de responsabilidade.

7. Ao símile do que ocorre no caso da falência, diante de sentença penal posterior à ação de responsabilidade a qual determine, após o trânsito em julgado, a perda dos bens dos ex-administradores em proveito da União, a competência para custodiar esses bens e avaliar se o confisco está ou não prejudicando os terceiros de boa-fé mencionados no art. 91, II, do Código Penal será do r. juízo falimentar. (Grifo nosso)

8. É desinfluyente - seja no caso de falência, seja no de ação de responsabilidade - que o eventual sequestro de bens na esfera penal seja anterior à propositura da ação de responsabilidade civil dos ex-administradores ou ao decreto de quebra.

9. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar.

(Documento: 5293743 - EMENTA / ACORDÃO - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 76.740 - SP (2006/0279583-9) - Rel. MINISTRO MASSAMI UYEDA - DJ: 15/06/2009)

Entre os bens decretados perdidos em favor da União, havia os que eram ligados às empresas do Banco Santos S/A e os que eram de propriedade do Edemar Cid Ferreira. Esses últimos passaram a ser perseguidos na Ação de responsabilidade civil ajuizada pelo Ministério Público Estadual, para obter a reparação dos prejuízos sofridos por terceiros⁵⁵.

O IPHAN, para a respectiva proteção dos bens arqueológicos, solicitou o tombamento de todo o acervo, conforme Ofício nº 335/006 – 9ª SR/IPHAN/SP, e a devolução desses bens aos seus lugares de origem, segundo parecer técnico 142/11 – 9ª SE/IPHAN/SP, a fim “de recompor uma coleção de bens arqueológicos furtados de sítios arqueológicos, muitos deles com endereço certo e sabido, que constitui patrimônio de todos os brasileiros”, manifestando-se contrário à prática de leilão para sanar os prejuízos dos credores. Essa devolução ao lugar de origem possibilita que o conhecimento gerado seja acessível às comunidades nas quais os sítios se localizam, de forma a envolvê-las na preservação do patrimônio arqueológico.

Como afirmado pelo próprio ICBS sobre o acervo arqueológico protegido pela Portaria nº 228, “tratam-se de peças que foram retiradas de sítios arqueológicos por fazendeiros e moradores da ilha (de Marajó, Pará), guardadas em fazendas, às vezes ao longo de algumas

⁵⁵ Lei 6.024/74.

gerações de moradores, e posteriormente levadas para suas residências em Belém e outras cidades do Pará e Maranhão”.⁵⁶

Contudo, não se sabe ao certo a exata dimensão do acervo da Cid Collection, do extinto ICBS e da coleção particular do Edemar Cid Ferreira, se é que é possível dissociar um do outro. Os bens arqueológicos contam com aproximadamente 2.100 peças e só 765 foram tombadas, regularizadas. Independentemente de tal regularização, o patrimônio cultural arqueológico nacional não é suscetível de comercialização, conforme a Constituição Federal de 1988, impossibilitando o leilão dos bens para honrar os credores do Banco Santos S/A. São bens da União desde sua origem, de uso comum e de interesse, como já visto no Capítulo 2. Entendimento esse díspare entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual de São Paulo.

Cabe ao próximo item, discutir os inventários apresentados pelos peritos nomeados no processo, pela equipe do ICBS, pelo IPHAN e pelo MAE, além das informações veiculadas pela mídia a respeito da constituição do acervo.

⁵⁶ Processo IPHAN nº 01450.000764/2002-30, fls. 20.

3.2 O ACERVO ARQUEOLÓGICO DO INSTITUTO CULTURAL BANCO SANTOS SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO

Nesse contexto, conforme os inventários realizados pelos peritos legais nomeados no Processo Federal, pela equipe do ICBS, pelo IPHAN e após a busca e apreensão do acervo arqueológico e etnográfico e sua designação ao MAE, seguida da elaboração de um novo inventário por esse museu, respectivamente, foi constatado que havia mais peças que o previsto.

Conforme o inventário apresentado pelo ICBS, havia 765 peças tombadas pela Portaria nº 288/2002 e com a busca e apreensão realizada na sede do Banco Santos S/A, na reserva técnica do ICBS e na residência do Edemar Cid Ferreira, constatou-se a existência de aproximadamente 2.100 peças arqueológicas e etnográficas. Constatou-se, também, que o Edemar Cid Ferreira era o responsável não só pelo ICBS, mas também, pela *Cid Collection*, detentora de outras peças que integravam a reserva técnica e a sede do Banco Santos S/A.

O IPHAN, por sua vez, representado pela Procuradoria Federal, constatou o desaparecimento de peças e irregularidades de aquisição de bens culturais arqueológicos e etnográficos, tanto estrangeiros quanto nacionais. Os indícios são atribuídos ao alegado pela Justiça Federal (inventário do ICBS, dos peritos do processo, do IPHAN e do MAE) durante o processo instaurado contra o Banco Santos S/A e o réu Edemar Cid Ferreira, ao noticiado pelos meios de comunicação e conforme pareceres técnicos.

No procedimento criminal diverso nº 2005.61.81.900396-6, que tramita na 6ª Vara Criminal da Justiça Federal da capital paulistana, de acordo com as peças informativas nº 1.34.001.000442/205-25, encaminhadas pelo BACEN, e os demonstrativos contábeis apresentados pelo Banco Santos S/A em 30.06.2003, há informações destinadas a inflar os ativos da instituição, por meio de operações de venda de opções flexíveis, por empresas coligadas ao banco (*Cid Collection S/A*) e de operações fraudulentas elaboradas com o fim de desvios de recursos, como as transações com bens culturais (peça informativa nº 1.34.001.000733/2005-13).

A Procuradoria Federal asseverou que a utilização de mercado de arte para “lavagem de capitais” ⁵⁷ é bastante difundido e ressaltou que a presença no quadro societário da *Cid Ferreira Collection S/A*, de parentes próximos ao banqueiro, constitui uma tentativa grosseira de ocultar o efetivo adquirente e proprietário de obras de arte e objetos de decoração, havendo indícios de que Edemar Cid Ferreira não apenas detinha, como controlador do banco, o poder econômico para tais aquisições, mas possuía o interesse manifesto nesse segmento de mercado.⁵⁸

Figura 5 - Arrolamento e avaliação das obras existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 02.

Foi decretado o sequestro do imóvel, localizado à Rua Gália, 120, Morumbi, São Paulo, pertencente à Edemar Cid Ferreira, e de todas as obras de arte e objetos de decoração situados na sede do Banco Santos S/A (Rua Húngria, 1.100), na residência do banqueiro (Rua Gália, 120) e na reserva técnica do ICBS (Rua Mergenthaler, 900). Com a busca e apreensão, foram designados peritos para a realização do inventário dos bens culturais sequestrados, juntados no Apenso nº 01 (Figura 5 e 6), com 142 páginas, referente aos autos nº 2005.61.81.900396-6.

⁵⁷ Ver Resolução nº 008, de 15.09.1999, da COAF que dispõe sobre os procedimentos para comercialização de objetos de arte e antiguidades.

⁵⁸ Processo Criminal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 404.

Figura 6 - Arrolamento e avaliação das obras existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 03.

Figura 7 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 08.

Segundo o Apenso nº 1, em que consta o arrolamento e avaliação das obras de 2005, os bens arqueológicos e etnográficos encontrados na residência de Edemar Cid Ferreira, não foi possível conhecer a qual coleção as peças pertenciam, pois os dados ali colhidos diferiram dos até então sabidos no processo, vide a relação de bens nas Figuras 7 a 14 a seguir.

Figura 8 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 09.

Figura 9 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edegar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 10.

Figura 10 - Arrolamento e avaliação de bens arqueológicos existentes na residência do Sr. Edegar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 11.

Figura 11 - Arrolamento e avaliação de bens etnológicos existentes na residência do Sr. Edegar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 104.

Figura 12 - Arrolamento e avaliação de bens etnológicos existentes na residência do Sr. Edegar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 105.

Figura 13 - Arrolamento e avaliação de bens etnológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 106.

Figura 14 - Arrolamento e avaliação de bens etnológicos existentes na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira em São Paulo, capital, de 2005. Fonte: Apenso nº 01, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fl. 107.

De acordo com os autos do processo federal em análise, foram apreendidas 16 peças arqueológicas de procedência estrangeira, sendo 10 africanas, 3 da América Central pré-colombiana, 1 da cultura Kmer, 1 da Índia, 1 de Roma, Itália, e 4 peças arqueológicas nacionais, 3 da cultura Marajoara e 1 da cultura Santarém, todas originárias do Pará. Das peças etnográficas apreendidas, 13 são da África e 5 do Brasil. Todos os bens arqueológicos e etnográficos foram acondicionados e encaminhados ao MAE por decisão judicial da Sexta Vara Criminal Federal.

Devido à solicitação do juízo (Apenso nº 04 do Processo nº 2005.61.81.900396-6), profissionais do ICBS responsáveis pelo acervo, apresentaram relação dos bens arqueológicos regularizados pelo IPHAN e de outras peças que constituíam o acervo, até o momento da la-cração do galpão - local da reserva técnica do ICBS. Nos dizeres de Edemar Cid Ferreira, a coleção de Cerâmicas Marajoaras foi iniciada pelo ICBS e pela *Cid Collection* e nenhuma peça ou fragmento saiu do acervo, por venda, empréstimo, troca, doação dentre outros meios,

ou seja, a coleção somente foi aumentada desde sua origem até o momento da lacração do galpão.⁵⁹

Afirmou ainda Edemar Cid Ferreira, que antes do sequestro das obras, algumas peças marajoaras haviam sido emprestadas em comodato, conforme contratos, para participarem de duas exposições, sendo uma no *Grand Palais*, em Paris, França, “*Brésil Indien*” e a outra no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo, “*Antes - A história da Pré-História*”. Ressalta-se que todas as obras em intercâmbio temporário para o estrangeiro, tinham autorização para saída do país pelo IPHAN. As Figuras abaixo apresentam uma parte do catálogo da mostra, a relação das obras expostas e a solicitação de autorização do IPHAN para suas saídas do Brasil.

Figura 15 - Capa do catálogo de exposição do “*Brésil Indien*” realizado em Paris em 2005. Fonte: Anexo III, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 16 - Obra do catálogo de exposição do “*Brésil Indien*” realizado em Paris em 2005. Fonte: Anexo III, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

⁵⁹ Referência ao Mandado de Intimação dos Autos 2005.61.81.900396-6, fl. 281.

O catálogo de exposição do “*Brésil Indien*” realizado em Paris⁶⁰ (Figura 15 e 16 acima), mostra todas as peças brasileiras em exposição, podendo verificar a relação dos bens arqueológicos e etnográficos apresentada pelo ICBS⁶¹ (Figuras 17 a 23 abaixo) e a lista da solicitação de obras autorizadas pelo IPHAN para suas saídas do país⁶² (Figuras 24 e 25 abaixo).

GABINETE CULTURA

LISTA DE OBRAS

Proprietário: Instituto Cultural Banco Santos
Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina
05511-020 - São Paulo - SP - Brasil
0551-6108 / 0551-6417

Item	Nome	Origem	Material	Valor	Observações	Foto
102340BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102350BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102360BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102370BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					

Figura 17 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 03.

GABINETE CULTURA

LISTA DE OBRAS

Proprietário: Instituto Cultural Banco Santos
Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina
05511-020 - São Paulo - SP - Brasil
0551-6108 / 0551-6417

Item	Nome	Origem	Material	Valor	Observações	Foto
102340BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102350BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102360BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					
102370BJAR	Tab. Tapa decorada Marajó	Origem: Ilha de Marajó - PA	Resina Marajó	US\$ 15.000,00
	Tab. ca. 400-1400 d.C.					
	Nome: Caribóia					
	Dimensão (L x A x P) 2 x 12 x 11					
	Procedência: Rua Wargenhahn, 505 - Vila Leopoldina 05511-020 - São Paulo - SP - Brasil					

Figura 18 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 04.

⁶⁰ Catálogo da exposição “*Brésil Indien*”. Anexo III do Apenso nº 4 dos Autos 2005.61.81.9003966.

⁶¹ Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” de Anexo I do Apenso nº 4 dos Autos 2005.61.81.9003966, fls. 2/9.

⁶² Solicitação de autorização do IPHAN. Anexo IV, Apenso nº 4 dos Autos 2005.61.81.9003966.

CULTURA

LISTA DE OBRAS

Proprietário: Instituto Cultural Banco Santos

Edição Novembro

Origem: Marajó, PA
Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil
3551-4109 / 3551-6417

1632502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Ilha de Marajó - PA
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Marajó, PA
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Proprietário: Instituto Cultural Banco Santos

Edição Novembro

Origem: Marajó, PA
Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil
3551-4109 / 3551-6417

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Marajó, PA
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Ilha de Marajó - AM
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Marajó, PA
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Marajó, PA
Fundador: Marajão
Número: 1555
Valor: US\$ 10.000,00

Plano: 3D

Objeto: 3D

Objeto: 3D

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

Ponto de Corte: Rua Magalhães, 860 - Vila Leopoldina
05311-055 - São Paulo - SP - Brasil

173502018AR
Autor: Tereza Tunga de Almeida Marajão
Tereza Tunga de Almeida Marajão
Nome: Carolina
Idade: 40-45 anos

Dimensão (A x L x P) 20 x 12 x 12

Valor (R\$) 1.175,00 US\$ 2.000,00

Origem: Marajó, PA
Fundador: Marajão
Número: 155

Figura 19 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 05.

DE: J. GARDINETECULTURA
FHX: 5111 5026 5812
23 JUN. 2005 17:30 Pgs:1

06
27

Obras do Núcleo "Arqueologia" -- Instituto Cultural Banco Santos

Obra: 16334/OB/AR
Inventário: 1533
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16335/OB/AR
Inventário: 1538
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16337/OB/AR
Inventário: 1545
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16339/OB/AR
Inventário: 1514
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16340/OB/AR
Inventário:
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16342/OB/AR
Inventário: 1516
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Figura 20 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6. fls. 06.

DE : GRUINETCOLTUTURU FRX : 5511 3256 5112 23 JUN. 2005 17:31 P49-2

Obra: 16343/OB/AR
Inventário: 1556
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16344/OB/AR
Inventário: 1560
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16347/OB/AR
Inventário: 1511
Título: Urna funerária Marajoara
Data:
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - AM

Obra: 16349/OB/AR
Inventário: 1512
Título: Urna funerária Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16350/OB/AR
Inventário: 1534
Título: Urna funerária Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 16351/OB/AR
Inventário: 1544
Título: Urna funerária Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Figura 21 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 07.

Obra: 16352/OB/AR
Inventário: 1550
Título: Urna funerária Marajoara
Data: ca.400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - PA

Obra: 17369/OB/AR
Inventário: 1921
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca.400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem:

Obra: 17370/OB/AR
Inventário: 1904
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem:

Obra: 17387/OB/AR
Inventário: 1963
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Ilha de Marajó - AM

Obra: 17389/OB/AR
Inventário: 2057
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 d.C.
Técnica: Cerâmica
Origem:

Obra: 17796/OB/AR
Inventário: 2058
Título: Tanga decorada Marajoara
Data: ca. 400-1400 a.C.
Técnica: Cerâmica
Origem: Marajó, PA

Figura 22 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6. fls. 08.

Figura 23 - Relação das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo I, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 09.

Figura 24 - Solicitação de autorização do IPHAN para trânsito internacional das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo IV, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 18.

Figura 25 - Solicitação de autorização do IPHAN para trânsito internacional das obras da exposição “*Brésil Indien*” realizada em Paris em 2005. Fonte: Anexo IV, do Apenso nº 04, do processo criminal

O número de bens culturais arqueológicos constantes da relação apresentada pelo ICBS e a lista de solicitação para autorização das saídas dos bens para a exposição não mostram as mesmas peças. Há divergências na quantidade de obras de uma e de outra, em que foram elencadas. Além disso, há apenas a solicitação para a saída dessas peças e, não consta no processo a autorização efetiva do IPHAN.

Conforme os documentos do processo, das peças expostas na mostra “Antes - A História da Pré-História”, 22 eram do acervo do ICBS e da *Cid Collection*, como demonstrado na lista de bens do Instituto (Figuras 26 a 30); os créditos da exposição foram dados a eles também, de acordo com o formulário para empréstimo e comodato de umas das obras do ICBS que seguem (Figura 31)⁶³.

Figura 26 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da *Cid Collection* emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 21.

Figura 27 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da *Cid Collection* emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 22.

⁶³ Formulários de empréstimo e comodato da exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Anexo V, do Apenso nº 4, do processo nº 2005.61.81.900396-6.

027	2060	Título: Núcleo Biface	Dimensões:	
		Material: Sillex	Caixa: 043	
		Origem: Rio Tapajó	Segmento: BRA	
		Descrição:		
028	1371	Título: Ponta de projétil	Dimensões: 20 x 7 cm	
		Material: Sillex	Caixa: 041	
		Origem: Rio Tapajó	Segmento: BRA	
		Descrição:		
029	1510	Título: Muiraquitã	Dimensões: 3 x 10,5 x 1 cm	
		Material: Nefrita	Caixa: 042	
		Origem: Marajó	Segmento: BRA	
		Descrição:		
032	966	Título: Tigela pequena	Dimensões:	
		Material: Cerâmica	Caixa: 042	
		Origem: Santarém	Segmento: BRA	
		Descrição:		
368	1531	Título: Figura humana	Dimensões: 20 x 35 x 19 cm	
		Material: Cerâmica	Caixa: 041	
		Origem: Santarém	Segmento: BRA	
		Descrição:		
369	1373	Título: Ponta de projétil	Dimensões: 7,1 x 4 x 0,7 cm	
		Material: Sillex	Caixa: 041	
		Origem: Rio Tapajó	Segmento: BRA	
		Descrição:		

Martina Lanari
martinalanari@gmail.com.br
www.magnescopo.com.br

Magnescopo
R. Boas da Costa Mendes, 95
01445-010 - São Paulo SP - Brasil
tel: +55 11 3303-6220
mobile: +55 11 82468945

Figura 28 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da *Cid Collection* emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 23.

370	1377	Título: Ponta de projétil	Dimensões: 8,5 x 4 x 6 cm
		Material: Sillex	Caixa: 041
		Origem: Rio Tapajó	Segmento: BRA
		Descrição:	
371	1372	Título: Ponta de projétil	Dimensões: 12,5 x 9,5 x 1,1 cm
		Material: Sillex	Caixa: 041
		Origem: Rio Tapajó	Segmento: BRA
		Descrição:	
374	1580	Título: Estatueta	Dimensões:
		Material: Cerâmica	Caixa: 042
		Origem:	Segmento: BRA
		Descrição:	
375	1564	Título: Estatueta	Dimensões:
		Material: Cerâmica	Caixa: 042
		Origem:	Segmento: BRA
		Descrição:	
376	1563	Título: Estatueta	Dimensões:
		Material: Cerâmica	Caixa: 042
		Origem:	Segmento: BRA
		Descrição:	
474	975	Título: Urna Marajoara	Dimensões: mp
		Material: Cerâmica	Caixa:
		Origem:	Segmento: ACR
		Descrição:	

Martina Lanari
martinalanari@gmail.com.br
www.magnescopo.com.br

Magnescopo
R. Boas da Costa Mendes, 95
01445-010 - São Paulo SP - Brasil
tel: +55 11 3303-6220
mobile: +55 11 82468945

Figura 29 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da *Cid Collection* emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 24.

475	211	Título: Urna Marajoara	Dimensões:
		Material: Cerâmica	Caixa:
		Origem:	Segmento: ACR
		Descrição:	
476	1525	Título: Vaso Marajoara	Dimensões: 31 x 27,5(diam) cm
		Material: Cerâmica	Caixa:
		Origem:	Segmento: ACR
		Descrição:	

Martina Lanari
martinalanari@gmail.com.br
www.magnescopo.com.br

Magnescopo
R. Boas da Costa Mendes, 95
01445-010 - São Paulo SP - Brasil
tel: +55 11 3303-6220
mobile: +55 11 82468945

Figura 30 - Lista de obras do acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS) e da *Cid Collection* emprestadas para a exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 25.

ANTES AS HISTÓRIAS DA PRÉ-HISTÓRIA

FORMULÁRIO PARA EMPRÉSTIMO DE OBRA

Exposição: ANTES - HISTÓRIAS DA PRÉ-HISTÓRIA

Local e data de exposição:
CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL
R. Primeiro de Março, 98 - Centro
20013-000 - Rio de Janeiro, RJ
de 11 de outubro de 2004 a 9 de Janeiro de 2005
Período do empréstimo: 123 dias

Nome e endereço do comitente:
Cid Collection
Instituto Cultural Banco Santos
Rua Mergentaler, 900
São Paulo SP

Endereço para coleta:
Contato: Lesley Macpherson - Superintendente
Rua Mergentaler, 900
São Paulo SP

Tel: 3631.3515 Fax: 3641.8177
E-mail: lesley_macpherson@bancoasantos.com.br

Nome e endereço do comitente:
Mag+ Rede Cultural
Alameda Gabriel Monteiro de Almeida, 1310
Cidade, 12 - São Paulo SP
01445-010 - São Paulo SP - Brasil
tel: +55 11 3303-6220
mobile: +55 11 82468945

Valor para efeito de seguro: US\$7.000,00

Como deve figurar o crédito na exposição? adcollection - icbs

Local e data:

Comitente: Mag+ Rede Cultural Produções e Edições Ltda

Comitente: Lesley Macpherson

Figura 31 - Formulário de empréstimo e comodato da exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo V, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6, fls. 26.

Imagens do catálogo (Figura 32) da exposição combinam com o discriminado nos formulários e o mapa abaixo da Figura 33 mostra a localização de origem das peças brasileiras expostas na mostra, emprestadas e em intercâmbio temporário. A maioria pertence à região norte do país, ao Estado do Pará, Amapá e Amazonas, regiões de sítios arqueológicos e, portanto, com proibição constitucional de comercialização de bens pertencentes a esses locais, conforme discutido no Capítulo 2.

Figura 32 - Capa do catálogo da exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo VI, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 33 - Mapa do catálogo indicando as regiões de origem das obras da exposição “Antes - As histórias da pré-história”. Fonte: Anexo VI, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

A equipe do ICBS apresentou também o Anexo VIII do Apenso nº 4 dos Autos nº 2005.61.81.900396-6 com a relação das obras entregues ao IPHAN em 2002. Nele, abordaram a criação e as atividades do instituto, o trabalho realizado pela equipe e as coleções arqueológicas. Na parte do Inventário, a respeito dos artefatos arqueológicos da Amazônia sob sua guarda, a coleção é composta de aproximadamente 1.250 peças (entre 1.045 peças cerâmicas e 211 peças líticas), além de lotes de fragmentos, que eram objetos de estudos de remontagens em andamento e, por isso, não foram contados.

Sendo muito mais do que as 765 peças regularizadas pelo IPHAN, como constatado pela autarquia federal, mais peças foram incorporadas ao acervo sem o conhecimento do Instituto do Patrimônio Federal.

No que concerne à exposição “A Escrita da Memória”, ocorrida em 2005, Edemar Cid Ferreira, afirma, acerca das obras e da cenografia da exposição, que a mostra abrangia um conjunto raro das fases da escrita, desde a cunciforme até o laptop, passando pelos hieróglifos, escritas Maias e Incas, correspondências de filósofos, políticos, escritos e suporte da própria escrita, de milhares de anos atrás, da era cristã.⁶⁴

Na exposição “A Escrita da Memória”, não há contrato escrito do empréstimo das obras, havendo apenas a apólice de seguro contratado pelo ICBS, responsável pela guarda das peças durante a mostra. A página 13 do catálogo da exposição (Figura 34) registra que a *Cid Collection* é proprietária de todas as peças exibidas na mostra.

Figura 34 - Capa do catálogo da exposição “A Escrita da Memória”. Fonte: Anexo XII, do Apenso nº 04, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

⁶⁴ Catálogo da exposição “A escrita da memória”. Anexo XII, do Apenso nº 4, dos Autos nº 2005.61.81.900396-6.

Conforme o Anexo XIII do Apenso nº 4 dos Autos nº 2005.61.81.300396-6, da carta com a documentação das obras emprestadas em comodato ao Banco Santos, o banqueiro afirma que todas as obras que guarnecem a sede do Banco dos Santos S/A foram emprestadas pela *Cid Collection* (empresa coligada ao Banco Santos S/A) por meio de contratos escritos de comodato.

A pesquisa no site Portal dos Condomínios traz uma matéria sobre a exposição, e diz que a mostra se divide em três setores, a saber:

Na primeira parte, a que interessa à pesquisa, o tema era a escrita, com registros anteriores à sua invenção, como as pedras pré-históricas com inscrições rupestres, datadas de 5000 a.C., selos em pedra ou terracota, peças de argila da Mesopotâmia (os tokens) e outras em osso de animal com motivos geométricos, da China. Um raríssimo tablete de argila, de 2100 a.C., que trazia escrita cuneiforme, é um documento legal de compra de um escravo da terceira dinastia de Ur, cidade da Mesopotâmia (Figura 35). São em torno 120 peças expostas de grande valor histórico e arqueológico.

Figura 35 - Tablete de argila, de 2100 a.C., de escrita cuneiforme, da Mesopotâmia, peça da exposição “A Escrita da Memória”. Fonte: site Portal dos Condomínios.

Já na segunda, com cerca de 170 documentos, tinha-se a escrita como suporte da criação - artística e científica. Na última parte - terceira -, havia mais de 140 documentos de figuras históricas, como o documento de casamento de Josephine e Napoleão Bonaparte.

O site Portal dos Condomínios, traz, ainda, a matéria sobre a exposição de peças mexicanas, região da Mesoamérica que se compõe do Sul dos Estados Unidos, México e parte da América Central. Da arte Maia podemos ver um vaso cilíndrico em terracota, uma estela em pedra, um vaso trípole e outro cilíndrico em cerâmica policromada, além da escrita tridimensional, o quipo (Figura 36).

Figura 36 - Quipo, escrita tridimensional Maia, peça da exposição “A Escrita da Memória”. Fonte: site Portal dos Condomínios.

A reportagem pesquisada da “Folha de São Paulo” do dia 17 de outubro de 2005, intitulada “Pará vende relíquias a turistas e coleções”, trata da comercialização de objetos arqueológicos, prática vetada pela Lei nº 3924/61. Discorre que o comércio se

beneficiaria tanto dos achados fortuitos, feitos por pequenos agricultores em suas comunidades rurais, quanto de objetos em mãos de colecionadores particulares de arte pré-histórica [...], cujo “feito recente” foi a venda, em 2002, de duas estatuetas de cerâmica tapajônica para a *Cid Collection* (Folha de S. Paulo, 17/10/2005).

A matéria jornalística declara que o acervo da *Cid Collection* teria sido uma compra organizada de colecionadores particulares de arte pré-histórica de diferentes localidades da Amazônia, e, posteriormente, legalizada pelo IPHAN (Portaria nº 288/2002). Isso não corresponde exatamente ao reconhecido pelo IPHAN⁶⁵.

Ainda, sobre o mesmo processo federal, o Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, foi notificado, pela Embaixada do México em Brasília, de que 4 (quatro) peças Maias, de manufatura pré-hispânica, tiveram saída irregular do país. As peças fotografadas constam do catálogo do ICBS da exposição "*A Escrita da Memória*" identificadas (lista das peças com o número da página no catálogo), são elas (Figura 37):

- 1 – Estela Maia em Pedra (p. 100);
- 2 – Vaso cilíndrico Maia em terracota (p. 101);
- 3 – Vaso tripode Maia em cerâmica policromada (p. 102 e 103);
- 4 – Vaso cilíndrico Maia em cerâmica policromada (p.104).

Figura 37 - 4 peças Maia de manufatura pré-hispânica da exposição “A Escrita da Memória”. Fonte: Informação Técnica nº 18/2005 - COPEDOC -, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

⁶⁵ Informação Técnica nº 18/2005 - COPEDOC.

Conforme a correspondência, essas peças, expostas na referida mostra, saíram do México de forma ilícita e deveriam ser devolvidas, em respeito aos acordos internacionais firmados pelo Brasil e pelo México (Convenção da UNESCO de 1970, vista no Capítulo 1). Além dessas peças identificadas e confirmadas pelo governo mexicano, é possível que haja outras peças de origem ilícita nesse conjunto dos acervos pertencentes ao Edemar Cid Ferreira.⁶⁶

As peças mexicanas são as mesmas descritas no site Portal do Caminho e no catálogo da exposição "A Escrita da Memória". É difícil quantificar os objetos da mostra que estavam em irregularidade. Se não foram regularizados ou saíram de seus países sem autorização, podem incidir em práticas delitivas internacionais e nacionais, como o tráfico ilícito por exportação ilegal, furto ou roubo ou, ainda, em receptação, contrabando ou descaminho.

Posteriormente, aos relatórios apresentados pelos peritos nomeados pela Justiça Federal no processo, assim como pela equipe do ICBS e da *Cid Collection*, foi realizado um inventário pelo IPHAN, quando do sequestro das obras de arte e objetos decorativos, incluindo os bens arqueológicos e etnográficos que foram encaminhados ao MAE/USP. Não se deve esquecer que esse museu também apresentou um inventário da relação das obras alojadas em seu espaço físico.

De acordo com o inventário do IPHAN, realizado para a Justiça Federal no processo nº 2005.61.81.900396-6, o acervo constitui cerca de 2.127 itens entre peças e fragmentos cerâmicos arqueológicos, e por material lítico não quantificado, todas originárias de sítios arqueológicos da Amazônia, muitos deles conhecidos na literatura especializada de relevância científica. São peças provenientes especialmente de sítios da região de Santarém e da Ilha de Marajó, no Estado do Pará, fundamentais para estudos das sociedades pré-coloniais que se desenvolveram na Amazônia, salvo por duas urnas Guarita procedentes do Estado do Amazonas. Os líticos seriam originários do mesmo Estado, mas da região de Castelo dos Sonhos.

Segundo o processo, havia bens culturais e objetos de decoração do Instituto Cultural Banco Santos, na sede do Banco Santos S/A, situado à Rua Hungria, nº 1100, na Rua Mergenthaler, nº 900, local da reserva técnica do acervo do ICBS e da *Cid Collection*. Assim como, havia a coleção particular do Sr. Edemar Cid Ferreira e outras peças que poderiam pertencer ao ICBS, situadas em sua própria residência, localizada na Rua Gália, nº 120, no Mo-

⁶⁶ Ofício nº 335/006 - 9ª SR/IPHAN/SP.

rumbi em São Paulo.⁶⁷

As peças pertencentes ao acervo do ICBS, apenas essas, foram classificadas em quatro categorias, para fins de inventários, pelo IPHAN. Essa divisão foi feita para identificar os bens culturais arqueológicos pertencentes ao ICBS, à *Cid Collection* e à coleção particular de Edemar Cid Ferreira, objetos de busca e apreensão no Processo Federal do Banco Santos S/A.

Essa classificação procurou diferenciar as peças regularizadas e pertencentes ao acervo do ICBS das irregulares, que também foram incorporadas ao acervo, sem se saber como e quando. Para isso, de acordo com o processo federal, foi organizado, na Tabela 1⁶⁸, o total de coleções arqueológicas depositadas no ICBS, e as peças foram divididas por nome de coleções incluídas na Portaria nº 228/2002 do IPHAN, coleções não regularizadas e peças sem identificação de coleção, separadas pelo número de peças e número de peças tombadas conforme relatório do ICBS, respectivamente.

Quadro 1 - Tabela II - Totalização das coleções arqueológicas depositadas no ICBS.

Tabela II - Totalização das coleções arqueológicas depositadas no ICBS

* Esses subtotais não foram computados no total geral; correspondem a peças e fragmentos guardados nas mapotecas e armários do galpão, nota constante ao final.

Coleção incluídas na Portaria IPHAN	Nº peças	Peças tombadas (cf. relatório ICBS)
Graciete (Humberto L. Dacier)	403 (cerâmicas, líticos + frag./198 inteiras +250 frag./ (onde estão os líticos?).	137 (todas cerâmicas)
Luis Otávio	499 + frag. (nº indefinido) (450 cerâmicos + 49 líticos)	97 (alguns líticos)
Sandrê	10 (não especifica material)	

⁶⁷ Procedimento criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

⁶⁸ O inventário realizado pelo IPHAN e dividido em tabelas, inicia-se pela Tabela II, porque a Tabela I não foi encontrada nos autos do Processo Criminal Federal, nem na 9ª Superintendência do IPHAN em São Paulo, capital. Ademais, todos os quadros foram inseridas com todos os dados, iguais aos encontrados no processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Silvia (S. Teixeira?)	65 cerâmicas (51 fileiras +14 frag.)	
D. Dita	45 cerâmicas (28 inteiras + 17 frag.)	4
Gisele	05 (uma bastante fragmentada)	3
Maurício (M. Teixeira)	37 (29 inteiras + 8 frag.)	37
subtotal	1064 + líticos + fragmentos cerâmicos (quantitativo não informados)	278
Coleções não regularizadas		
Santarém *	489 + 351* = 840 (inclui 331 fragmentos e 20 líticos (caixa vermelha no contêiner 4)	?
M. Ipiranga	09 (7 cerâmicas e 2 líticos)	?
Castelo dos sonhos *	08 + 206* = 214 + 90 líticos e 116 cerâmicas (nos caixotes fechados no contêiner 4)	?
Sem identificação de coleção		45
subtotais	506	

TOTAL GERAL	1064 + 506 = 1570 peças e/ ou fragmentos coleção Luis Otávio e líticos da coleção Graciete	323
-------------	---	-----

Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6 (2005).

Há um total de 1.570 peças arqueológicas somadas a fragmentos da coleção Luis Otávio e líticos da coleção Graciete, excluindo os subtotais de 351 peças da coleção Santarém e 206 da M. Ipiranga, e todas as peças foram divididas em três categorias: A primeira, com um subtotal de 1064 peças + líticos + fragmentos cerâmicos (quantitativo não informados), em que apenas 278 peças eram tombadas pela Portaria nº 228/2002 conforme relatório do próprio ICBS. Portanto, desse subtotal de mais de 1.064 peças, 786, no mínimo, não foram regularizadas.

Observa-se, nesse ponto, que, apesar dos acordos internacionais e de toda a normativa nacional (Capítulos 1 e 2), parece não ter havido obstáculo para se formar esse acervo de tal valor cultural.

Constam também, numa segunda categoria, com 3 coleções não regularizadas, a saber: Santarém, M. Ipiranga e Castelo dos Sonhos, contendo um subtotal de 506 peças mais material lítico e fragmentos cerâmicos, nenhuma delas regularizadas. Na terceira categoria, haviam outras 45 peças *sem identificação de coleção*, mas que foram tombadas.

Por fim, um total de 2.127 peças, incluindo toda a contagem de peças e acrescentando a ela o material lítico e os fragmentos cerâmicos não contados, compõem as coleções depositadas na reserva técnica do ICBS.

O IPHAN também realizou uma outra classificação denominada Tabela III, constante do processo federal. Nela constam objetos, conjuntos de objetos e fragmentos depositados no ICBS, na cidade de São Paulo, arrolados pelo IPHAN em 16-17/02/2005. Conta com um total de 1291 peças, sendo 26 emprestadas para exposição no Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo 156na época e mais 719 fragmentos. Algumas pertencem às coleções de salvaguarda da Portaria nº 228/2002 do IPHAN e outras não têm reconhecimento de coleção ou indica-

Quadro 2 - Tabela III - Objetos, conjuntos de objetos e fragmentos depositados no Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo, SP arrolados pelo IPHAN em 16-17/02/2005.

ção do número do tombo.

Tabela III - Objetos, conjuntos de objetos e fragmentos depositados no Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo, SP arrolados pelo IPHAN em 16-17/02/2005

Foto n°	Localização das peças	Denominação e n° tombo	Totais por loc.	Coleção e outras referências
1	Galpão (peças em restauro)	Urna paredão	1	
2	"	Urna marajoara	1	
3	"	Urna marajoara	1	
4	"	Urna marajoara	1	
5	"	Urna marajoara - n° 970	1	
6	"	Urna marajoara	1	
7	"	Urna marajoara	1	
8	"	Urna marajoara - n° 985? 285?	1	
9	"	Urna marajoara	1	
10	"	Urna marajoara	1	
11	"	Urna marajoara	1	
12	"	Urna marajoara	1	

13	"	Pedestal marajoara	1	Coleção Luis Otávio nº 150
14	"	Urna marajoara	1	
15	"	Urna marajoara	1	
16	"	Urna marajoara	1	
17	"	Urna marajoara	1	
18	"	Urna marajoara	1	
19	Mapoteca Sup. (Gaveta 1)	98 objetos cerâmicos diversos	98	Coleção Luis Otávio
20	Gaveta 2	63 objetos cerâmicos e líticos diversos	63	Coleção Luis Otávio Obs.: uma ponta e um seixo partidos em 2
21	Gaveta 3	25 objetos cerâmicos diversos	25	Coleção Luis Otávio
22	Gaveta 4	81 objetos cerâmicos diversos	81	Coleção Graciete Obs.: uma tigela partida em 3
23	Gaveta 5	14 objetos cerâmicos diversos	14	Coleção Graciete
24	Mapoteca Inf. (Gaveta 1)	11 objetos cerâmicos diversos	11	Coleção Luis Otávio
25	Gaveta 2	74 objetos e fragmentos cerâmicos	74	Coleção Santarém
26	Gaveta 3	40 objetos e fragmentos	40	Coleção Santarém
27	Gaveta 4	7 objetos cerâmicos	7	Coleção Luis Otávio
	Gaveta 5	VAZIA		

28	Armário 11 (Prateleira 1)	7 objetos cerâmicos n º tombo 1731 e 1709 (?)	7	Coleção Luis Otávio
29	Prateleira 2	3 objetos cerâmicos e 3 fragmentos	6	Coleção Luis Otávio
30	Prateleira 3	14 objetos cerâmicos	14	Coleção Luis Otávio
31	Prateleira 4	7 objetos cerâmicos n º tombo 1808, 1552, 1558 e 1513	7	Coleção Luis Otávio
32	Armário 10 (Prateleira 1)	16 objetos cerâmicos nº tombo 963, 967, 1819, 964, 953, 1524, 956, 959, 1822, 960, 957, 1810, 1817, 1759, 965, 987	16	Coleção Graciete
33	Prateleira 2	2 tigelas cerâmicas nº tombo 982, 979	2	Coleção Graciete
34	Prateleira 3	5 objetos cerâmicos n º 980, 961, 1821, 1823, 1553	5	Coleção Graciete
35	Prateleira 4	4 objetos cerâmicos n º 962, 952, 968, 951	4	Coleção Graciete
36	Prateleira 5	2 objetos cerâmicos n º 984, 983	2	Coleção Graciete
37	Armário 9 (Pra- teleira 1)	11 peças cerâmicas nº tombo 1815, 1910, 1763, 1902, 1764, 1765	11	Coleção M. Ipiranga

38	Prateleira 2	5 objetos cerâmicos e líticos Col. M. Ipiranga n° 59 e n° tombo 1767, 1920, 1926, e 0601/1970	5	Coleção Castelos dos Sonhos; Sandrê; tap./ Trombetas; Col. M. Ipiranga
39	Prateleira 3	1 vaso e 1 tigela cerâmicos n° 950 e 0947	2	(Col. Tia Dita 947)
40	Prateleira 3 - Caixa 1	1 colar contas remontado; 1 piteira ossos com gravações e 3 objetos pequenos de osso n° tombo 1523, 1521, 1520, 1522	5	Coleção Luis Otávio
41	Prateleira 3 - Caixa 2	2 pontas de flechas lascadas n° 2074 e 1376; 5 muiiraquitãs n° 1378, 1379, 1381, 1382, 1313	7	Coleção Sandrê/Rio Trombetas
42	Prateleira 3 - Caixa 3	5 contas; 7 esculturas verdes; 1 lâmina de machado (partida)	13	
43	Prateleira 4	6 bancos Marajoaras n° tombo 1523, 1521, 1520, 1522, 1824	6	Coleção Luis Otávio
44	Armário 8 (Prateleira 1)	11 objetos cerâmicos n° tombo 992, 1755, 955, 1757, 958, 993, 1750, 1562, 954, 1811, 1253	11	Coleção Graciete

45	Prateleira 2	9 objetos cerâmicos n º tombo 1762, 1749, 1809, 1761, 1753, 1751, 1748, 1760, 1543	9	Coleção Graciete
46	Prateleira 3	8 objetos cerâmicos n º tombo 1286, 1267, 996, 995, 1752, 991, 994	8	Coleção Graciete
47	Prateleira 4	2 objetos cerâmicos n º tombo 981	2	Coleção Graciete
48	Prateleira 5	8 lâminas de machado polidas	8	?
49	Armário 7 (Pra- teleira 1)	2 vasos não decorados e um apêndice Mara- joara	3	Coleção Graciete
50	Prateleira 2	7 objetos cerâmicos	7	Coleção Graciete
51	Prateleira 3	4 vasilhames cerâmi- cos	4	Col. ?
52	Prateleira 4	1 crânio; 1 maxilar; 5 cabeças mumificadas (?) Made in Equador n º 538, 357, 539, 540, 541	7	Col. ?
53	Armário 6 (Pra- teleira 1)	12 objetos cerâmicos nº tombo 1263, 1246, 1268	12	Coleção Graciete

54	Prateleira 2	16 seixos polidos; 2 peq. Blocos disformes; 17 lâminas machado; 1 tigela cerâmica	39	Coleção Graciete
55	Prateleira 3	4 vasilhames cerâmicos (3 deles quebrados em vários fragmentos)	4	Coleção Graciete
56	Prateleira 4	2 vasilhames cerâmicos (quebrados)	2	Coleção Graciete
57	Prateleira 5	3 vasilhames cerâmicos	5	Coleção Graciete
58	Armário 5 (Prateleira 1)	2 vasilhames cerâmicos	2	Coleção Graciete nº tombo 1724
59	Prateleira 2	5 vasilhames cerâmicos	5	Coleção Graciete nº tombo 1714, 1726, 1723, 1710, 1715
60	Prateleira 3	1 tigela cerâmica	1	"
61	Prateleira 4	3 vasilhas cerâmicas (1 quebrado em 2 pedaços)	3	"
62	Prateleira 5	3 vasilhas cerâmicas	3	"
63	Armário 4 (Prateleira 1)	4 vasilhames cerâmicos	4	Coleção Graciete nº 1257, 1708, 1730
64	Prateleira 2	5 vasilhames cerâmicos	5	"
65	Prateleira 3	2 recipientes cerâmicos	2	"

66	Prateleira 4	6 vasos globulares simples e decorados	6	"
67	Prateleira 5	5 vasilhames cerâmicas	5	"
68	Armário 3 (Prateleira 1)	12 objetos cerâmicos	12	Coleção Graciete
69	Prateleira 2	12 cachimbos cerâmicos n° tombo 1728, 1987, 2090, 2088, 1923, 238, 1711, 1260, 1758, 1255, 1735, 1719	12	Coleção Graciete
70	Prateleira 3	1 vasilhame cerâmico (partido em 2)	1	Coleção Graciete
71	Prateleira 4	1 frag. Vasilha; 15 cacos	16 frag.	Coleção Graciete
72	Prateleira 5	2 vasos cerâmicos globulares policromos (vestígios)	2	Coleção Graciete
73	Armário 2 (Prateleira 1)	13 objetos cerâmicos n° tombo 236, 232, 231, 231a, 231b, 212, 208, 209, 203	13	Coleção Maurício Teixeira (peças restauradas)
74	Prateleira 2	22 objetos cerâmicos n° tombo 233, 234, 224, 230, 229, 214, 225, 226, 217, 215, 213, 221, 227, 205, 228, 222	22	

75	Prateleira 3	1 tigela germinada n° 207; 1 estatueta Marajoara n° 202	2	
76	Prateleira 4	9 objetos cerâmicos	9	Coleção Santarém (inf. Porta do armário)
77	Prateleira 5	1 vaso globular simples e 5 fragmentos prato Santarém (1 base e 4 frag. Borda)	1 + 5 frag.	Coleção Santarém
78	Armário 1 (Prateleira 1)	49 cacos simples com pintura e com decoração incisa e 1 aplique	1 + 49 frag.	Coleção Santarém
79	Prateleira 2	2 tigelas n° 1720, 203; 1 estatueta n° 1220; 1 cabeça n° 1254; 1 vaso miniatura n° 1246	5	Coleção Santarém
80	Prateleira 3	1 tigela com pedestal	1	Coleção Santarém
81	Prateleira 4	1 tigela e 4 potes cerâmica simples cor escura	5	Coleção Santarém

82	Armário 2A - RESTAURO (Prateleira 1)	33 objetos cerâmicos	33	Coleção Luis Otávio n° 198, 197, 201, 283, 263, 208, 260, 259, 284, 270, 251, 253, 250, 207, 258, 268, 311, 267, 248, 254, 256, 245, 247, 266, 310, 265, 257, 245, 264, 199, 269, 254, 247; 1 muiraquitã cerâmico e 1 alargador auricular s/ n° (peças restauradas)
83	Prateleira 2	12 objetos cerâmicos; tangas; estatuetas; vaso miniatura	12	Coleção Luis Otávio n° 237, 235, 234, 238, 312, 303, 236, 243, 241, 240, 239, 304, 189, 196, 281, 202, 200, (peças restauradas)
84	Prateleira 3	16 objetos cerâmicos	16	Coleção Luis Otávio n° 203, 213, 219, 214, 209, 205, 206, 20, 213, 218, 290, 212, 217, 291, 211, 216 (peças restauradas)
85	Prateleira 4	7 vasilhames cerâmicos	7	Coleção Luis Otávio n° 178, 176, 174, 282, 187, 185, 177
86	Prateleira 5	9 objetos cerâmicos	9	Coleção Luis Otávio n° 180, 188, 179, 289, 221, 186, 184, 171, 182

87	Prateleira 6	4 recipientes cerâmicos	4	Coleção Graciete nº 55, 294, 49, 64 GRT
88	Armário 1a (Prateleira 1)	9 tangas, 20 frag. Cerâmicos nº tombo 1698, 1555, 1535, 1515, 1542, 1561		Coleção Luis Otávio
89	Prateleira 2	13 tangas quebradas em 28 frag. nº 2057, 1985		Coleção Luis Otávio
	Prateleira 3	5 frag., 1 borda c/ decoração incisa; 2 bordas de um mesmo recipiente e 3 tangas		Coleção Graciete
	Prateleira 4	?	?	?
	Prateleira 5	?	?	?
	Prateleira 6	? nº tombo 1517, 1586	2?	Coleção Luis Otávio
90	Armário 3A (Prateleira 1)	7 objetos cerâmicos	7	Coleção S. Teixeira nº 225, 228, 226, 232 ST; Col. D. Dita nº 223
	Prateleira 2	VAZIA		
91	Prateleira 3	frag. Não decorados	20 frag.	
92	Prateleira 4	1 vasilhame cerâmico em restauro	1	
93	Prateleira 5	2 objetos cerâmicos, sendo 1 urna, 1 vaso globular com pedestal	2	Coleção Luis Otávio nº 170 e 172 LO

94	Armário 4A (Prateleira 1)	4 objetos cerâmicos e 1 frag. Tanga	4 + 1 frag.	Coleção Silvia Teixeira nº 227, 231, 230, 229 ST
95	Prateleira 2	7 objetos cerâmicos	7	Coleções Graciete (nº 295), Coleção Luis Otávio (nº 220 e 204) e Coleção M. Ipiranga (nº 194 e 192)
96	Prateleira 3	2 vasos c/ pedestal Santarém; 1 base c/ duas cariátides e 9 frag. de borda	2 + 11 frag.	Coleção Sandrê (nº 298 e 300)
	Prateleria 4	VAZIA		
97	Prateleira 5	6 objetos cerâmicos	6	Coleção Luis Otávio: nº 181, 272, 249, 167, 175 e 183
98	Armário 7A (Prateleira 1)	1 urna marajoara	1	Coleção Gisela nº 06
99	Prateleira 2	2 vasos cerâmicos: nº tombo O000974	2	Col. ?
100	Prateleira 3	3 vasos cerâmicos: nº O000974, 976 e 977	3	Col. ?
101	Prateleira 4	3 recipientes cerâmi- cos	3	Col. Graciete nº 52 GRT
	Armário 8A (Prateleira 1)	VAZIA		
102	Prateleira 2	48 objetos cerâmicos	48	Coleção Silvia Teixeira

foto 103	Prateleira 3	31 objetos cerâmicos	31	Coleção ?
	Prateleira 4	VAZIA		
104	Prateleira 5	16 objetos cerâmicos	16	
105	Prateleira 6	2 vasilhames cerâmicas	2	1 urna marajoara com marca interna 7000-0-15 e etiqueta externa com indicação Zélia 305
	Armário 9A (Prateleiras 1 e 2)	VAZIAS		
	Prateleira 3	10 fragmentos cerâmicos	10 frag.	Coleção Tia Dita
	Prateleira 4	3 vasilhames e 7 fragmentos	3 + 7 frag.	Coleção Tia Dita eti- queta 340, nanquim 194; etiqueta 265 e nanquim 145
	Armário 10A (Prateleira 1)	16 tangas: nº tombo: 1241, 1233, 1716 (pa- pel 056), 1218, 1256, (P. 057)	16	Coleção Luis Otávio
	Prateleira 2	17 tangas: nº tombo: 1825, 1807, 1256, 1818, 1722, 1813, 1228, 1261, 1734, 1248	17	Coleção Luis Otávio

	Prateleira 3	2 tangas n° tombo: 1529, 1222; 19 cabeças e corpos (apliques)	21	Coleção Luis Otávio
	Prateleira 4	6 vasilhames mini; 5 cabeças: 1221, 1717, 1242, 1235; 1 estatuetta 1718	12	Sem identificação de coleção; vaso mini com etiqueta de \$100; papel dobrado com o n° 1230
	Prateleira 5	1 cachimbo e 9 recipientes miniaturas n° tombo: 1247, 1240, 1962, 1983 (p.05), 1230, 1756	10	Sem identificação de coleção; nanquim com esmalte 17445+7 lápis+18 lápis; Coleção Dacier - Graciete
	Prateleira 6	27 embrulhos contendo 1 deles uma tanga fragmentada		Coleção Luis Otávio? Obs.: foram abertos e olhados 08, o restante estava embalado com plástico bolha
	Armário 11 A			
106	Prateleira 1	3 objetos cerâmicos	3	Na porta do armário há uma etiqueta com a indicação Col. GRT 2
107	Prateleira 2	5 objetos cerâmicos	5	Col. S. Teixeira (n° 233); Col. Luis Otávio (n°299, 246 e 2441?); Col. Ipiranga (n° 191)

108	Prateleira 3	72+45 cacos cerâmicos	72+45 frag.	Acondicionados em caixas plásticas
109	Prateleira 4	2 vasos cerâmicos Santarém e 57 cacos de pequenas dimensões	2+59 frag.	Os cacos estão acondicionados em caixa plástica
21	CONTAINER 4	Urna - n° tombo: 0972	1	
22	"	Urna - n° tombo: 1526	1	
23	"	Urna - n° tombo: 1735	1	
24	"	Urna - n° tombo: 1534	1	
25	"	Urna - n° tombo: 1512	1	
20	"	Urna - n° tombo: 1534	1	
19	"	Urna - n° tombo: 1550	1	
26	"	Urna - n° tombo: 1727	1	
27	"	Urna - n° tombo: 1924	1	
28	"	Urna - n° tombo: 985?	1	
29	"	Urna	1	sem n° tombo
30	"	Urna	1	sem n° tombo
31	"	Urna - n° tombo: 2121	1	
33	"	Urna - n° tombo: 2142	1	
34	"	Urna	1	Etnográfico?

35	"	Urna - n° tombo: 1964	1	
36	"	Urna - n° tombo: 1925	1	
37	"	Urna - n° tombo: 1899	1	
38	"	Urna - n° tombo: 813	1	
40	"	Urna	1	Consta etiqueta com informação "chegou na casa em 10/02/04 compra Glória Manaus
Foto 41	"	Urna	1	Sem n° tombo
42	"	Urna	1	Sem n° tombo
43	"	Urna	1	N° tombo
44	"	Urna	1	N° tombo
45	"	Urna	1	Sem n° tombo
46	"	Urna	1	Sem n° tombo
47	"	Urna	1	Mesma observação item 129
48	"	Urna	1	N° tombo?
49	"	Urna	1	N° tombo?
Vide Obs.	"	Instrumento cerimonial em cerâmica: n° tombo 1559	1	Não fotografada, peça embalada para exposição em Paris
"	"	Idem - n° tombo 1157	1	"
"	"	Machado lítico ritual, n° tombo 2061	1	"

"	"	Cachimbo, n° tombo 1380	1	"
"	"	Instrumento cerimonial, n° tombo 1527	1	"
"	"	Ornamento para cabelo em cerâmica com incisões, n° tombo 1541	1	"
"	"	Colar de contas feitas em negrita polida, n° tombo 1536	1	"
"	"	Ornamento para orelha, n° tombo 1540	1	"
"	"	Idem - n° tombo 1532	1	"
"	"	Cachimbo em cerâmica com incisões, n° tombo 1947	1	"
"	"	Ornamento para orelha em cerâmica, n° tombo 1589	1	"
"	"	Cachimbo em cerâmica com incisões, n° tombo 1528	1	"
"	"	Idem - n° tombo 1585	1	"
"	"	Protetor público decorado, n° tombo 1538	1	"

153	Container 4 - caixa plástica 3	Tangas, nº tombo 2058, 1560, 1545, 1963, 1556, 1921, 1516, 1533, 1514, 2059 e 1904	11	"
154	Container 4 - caixa 1	9 objetos cerâmicos, nº tombo 1986, 1292, 1263, 1587, 1733, 1549	9	"
155	Container 4 - caixa 2	17 objetos cerâmicos	17	Coleção Tia Dita
156	Container 4 - caixa 4	12 objetos cerâmicos	12	?
	Contêiner 4 - 9 caixas de pape- lão	90 líticos (em duas caixas) e 116 cerâmi- cos (em sete caixas)	206	Origem: Castelos dos Sonhos
	Container 4 - engradado plás- tico	20 líticos	20	Coleção Santarém
	Container 4 - engradado ver- melho	331 cacos cerâmicos	331 frag.	Coleção Santarém

Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6 (2005).

Essa Tabela 2, com 184 linhas (os negritos já estavam nas tabelas), refere-se a objetos, conjuntos de objetos e fragmentos depositados no ICBS, São Paulo, Capital arrolados pelo IPHAN em 16-17/02/2005 durante o processo federal. Por ela, pode-se apreender que 381 peças, entre objetos, material lítico e fragmentos de cerâmica, não constam de nenhuma coleção ou não têm qualquer outra referência a respeito discriminada. Tampouco receberam alguma denominação ou nº de tombo. Conclui-se, portanto, que essas peças não são regularizadas e,

mais que isso, o IPHAN nem sequer foi informado da existência e da procedência delas, trazendo dúvidas acerca de suas aquisições, se se deram de forma legal ou ilegal.

Dentre os objetos com o nº de tombo, 24 estavam embalados para a exposição em Paris, “*Brésil Indien*” e o outro restante tombado não soma nem a metade da relação de peças da Tabela III. As coleções regularizadas pela Portaria nº 228/2002 foram acrescidas irregularmente por outras peças a se comparar com a listagem regularizada, ultrapassando o total de 765 objetos. Entre elas, há as identificadas com nº de tombo, sem o nº de tombo, com ou sem o reconhecimento de sua procedência ou coleção pelo IPHAN.

Há peças pertencentes às coleções não regularizadas, Santarém, M. Ipiranga e Castelo dos Sonhos, relacionadas com a Tabela II. Além disso há outras coleções desconhecidas pelo IPHAN.

Ainda, constam, entre essas peças, 26 outras que foram emprestadas para a exposição “Antes - A história da Pré-História” no CCBB de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que não foram passíveis de identificação, apenas sendo mencionadas no Quadro Recapitulativo, numa listagem total a seguir, já que foram melhor precisadas na Tabela IV.

No processo consta também um Quadro Recapitulativo que resume o apresentado na Tabela III por meio de identificação dos lugares de acondicionamentos das peças na reserva técnica do ICBS.

Quadro 3 - Quadro recapitulativo da Tabela III.

QUADRO RECAPITULATIVO

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS DE PEÇAS	TOTAIS FRAGMENTOS	OBSERVAÇÕES
Armários 1/10 (s)	332	231	
Armários 1/11 (A)	300	70	
Mapotecas	326	87	
Urnas galpão	18		
Urnas e vasos Container 4	29		
Objetos diversos Container 4	34		
Caixas papelão Container 4	226		
Engradado vermelho Container 4		331	
Subtotais	1265	719	
Peças emprestadas Exposição CCBB	26		
TOTAIS	1291	719	

Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6 (2005).

Desse quadro, denota-se a separação de 2.604 peças/fragmentos e 26 peças emprestadas ao CCBB em espaços físicos distintos na reserva técnica do ICBS, divididos em:

- 2 armários, 1/10 (s) e 1/11(A), com 933 peças/fragmentos;
- mapotecas com 413 peças/fragmentos;
- 18 urnas no galpão;
- 1 contêiner (4), com 620 peças/fragmentos.

O total das peças no Quadro 2 excedem em muito as 765 peças regularizadas pela Portaria nº 228/2002, da contagem apresentada pelos peritos nomeados no processo e do relatório realizado pelo ICBS.

A Tabela IV, pertencente também ao processo criminal federal, traz a relação de peças emprestadas pelo ICBS à empresa cultural MAG + Rede Cultural para figurar na exposição "ANTES – As Histórias da Pré-História", a realizar-se em Brasília, no período de 13/01 a 15/04/2005, e foram relacionadas com os formulários fornecidos pela Sr.^a Isabel Naufel quando da vistoria no ICBS em 17/02/2005, uma das profissionais responsáveis pela manutenção do acervo.

Ainda sobre a mesma tabela, que foi relacionada com os formulários da vistoria em 2005 do ICBS, verifica-se que havia 26 peças, entre elas as pertencentes ao acervo protegido pela Portaria nº 228/2002 do IPHAN, portanto, bens tombados, além de peças sem coleção mencionada e peças que não constam do relatório do ICBS.

Quadro 4 - Tabela IV - Peças emprestadas pelo ICBS a MAG + rede cultural para figurar na mostra ANTES.

Tabela IV - Peças emprestadas pelo ICBS a MAG + rede cultural para figurar na mostra ANTES

("As histórias da pré-história" a realizar-se em Brasília no período de 13 de janeiro a 15 de abril de 2005)

(cf. formulários para empréstimos de obra fornecidos pela Sra. Isabel Naufel, quando da vistoria do ICBS em 17/02/2005)

Nº Ordem	Denominação	Nº Inventário	Observações
1	Muiraquitã de nefrita (morcego alado?)	1510	Coleção Luis Otávio
2	Urna Marajoara	211	Coleção Maurício Teixeira
3	Vaso Marajoara	1525	Coleção Humberto Luis Dacier
4	Urna Marajoara	975	Coleção Humberto Luis Dacier
5	Estatueta cerâmica	1563	Coleção Luis Otávio
6	Estatueta cerâmica	1564	Coleção Luis Otávio

7	Estatueta cerâmica	1580	Este n° tombo não aparece entre as peças tombadas no relatório ICBS 2003/2004
8	Figura humana cerâmica Santarém	1531	Não consta informação de coleção no relatório ICBS 2003/2004
9	Tigela pequena	966	Coleção Humberto Luis Dacier
10	Estatueta cerâmica	1548	Coleção Luis Otávio
11	Ídolo cerâmica	1301	Esta peça não consta no relatório ICBS 2003/2004
12	Urna cerâmica Marajoara	1905	Esta peça não consta no relatório ICBS 2003/2004
13	Vasilhame cerimonial para bebida fermentada	989	Coleção Humberto Luis Dacier
14	Vasilhame cerimonial em cerâmica pintada	1546	Coleção Luis Otávio
15	Vasilhame cerimonial em cerâmica pintada	204	Coleção Maurício Teixeira
16	Ornamento cabila em nefrita polida	1537	Coleção Luis Otávio
17	Figura humana cerâmica Santarém	1530	O relatório ICBS 2203/2004 não informa a coleção dessa peça
18	Vaso com figura humana Marajoara	1519	Coleção Humberto Luis Dacier
19	Urna cerâmica Marajoara	1905	Esta peça não consta no relatório ICBS 2003/2004
20	Figura humana em cerâmica	1539	Coleção Humberto Luis Dacier
21	Ponta projétil sílex Rio Tapajós	1374	Origem: Castelos dos Sonhos (médio Amazonas)

22	Núcleo biface	2060	Origem: Castelos dos Sonhos (médio amazonas)
23	Ponta projétil sílex Rio Tapajós	1371	Origem: Castelos dos Sonhos (médio amazonas)
24	Ponta projétil sílex Rio Tapajós	1373	Origem: Castelos dos Sonhos (médio amazonas)
25	Ponta projétil sílex Rio Tapajós	1377	O relatório ICBS não informa a coleção nem a origem dessa peça
26	Ponta projétil sílex Rio Tapajós	1372	Origem: Castelos dos Sonhos

Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6 (2005).

O Quadro 4 demonstra que 3 peças não constam no relatório do ICBS e uma delas nem sequer teve discriminada sua origem; 3 peças não pertenciam a nenhuma das coleções existentes no ICBS e o nº tombo de 1 peça não foi identificado no relatório do ICBS de 2003/2004. Ainda, atribui-se à tabela a separação de 19 peças nas coleções já existentes no ICBS, sendo 6 peças pertencentes à coleção Humberto Luis Dacier (Graciete), 6 peças à coleção Luis Otávio e 2 peças à coleção Maurício (Maurício Teixeira). Há 5 peças sem coleção regularizada e originárias de Castelos dos Sonhos, médio Amazonas.

No mais, o número de 26 peças, emprestadas por comodato, diferem em 4 peças a menos do número da relação de obras e dos contratos de comodato assinados pelos responsáveis do ICBS e da MAG + Rede Cultural, faltando, então, 4 contratos escritos. Assim, 4 peças nem sequer tem contrato escrito de empréstimo para comprovar o intercâmbio lícitos das obras.

As tabelas possibilitaram interpretações acerca da regularização das peças, material lítico e fragmentos cerâmicos adquiridos pelo ICBS, mais que isso, indagar a procedência e o intercâmbio delas. Elas também permitem apreender a desconformidade com a normativa nacional e internacional que o Brasil se propôs a cumprir sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural móvel, de acordo com o Capítulo 1 e 2, relacionadas a Portaria nº 228/2002 e, mais,

diagnosticar quais estão sob a posse para salvaguarda do ICBS legalmente ou não.

Depois que o MAE foi designado depositário fiel dos bens arqueológicos e etnográficos no Processo Federal, foi realizado o transporte, e feito um inventário das peças para constatar o tamanho do acervo e o estado de conservação das peças. Seguem algumas imagens do transporte e acondicionamento dos bens do ICBS para a reserva técnica do museu.

Figura 38 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 39 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o MAE/USP. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 40 - Imagens da transferência e acondicionando das peças na residência do Edemar Cid Ferreira para o MAE/USP. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 41 - Espaços físicos de guarda dos acervos na residência do Edemar Cid Ferreira. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Nas Figuras 38 a 40 e na 41, é possível visualizar a quantidade de obras que foram acondicionadas e transportadas pelos profissionais do MAE, sendo retiradas da residência do Edemar Cid Ferreira e vistas dos espaços físicos de guarda do acervo na reserva técnica do ICBS.

Após o acondicionamento do material no MAE, profissionais do museu realizaram o inventário, o qual foi dividido fisicamente em três pastas em Apenso 5, Apenso 6 e Apenso 7 dos Autos nº 2005.61.81.900396-6. Nas pastas, o trabalho foi organizado em Inventário do Acervo Arqueológico Brasileiro, Anexo 1 - Inventário Acervo Cerâmico Etnográfico - ICBS, Anexo 2 - Inventário Acervo Arqueológico não-Brasileiro - ICBS, Anexo 3 - Inventário Acervo Etnográfico não-Brasileiro - ICBS.

Nos inventários (Figura 42 abaixo), constam as fichas de cada peça específica, suas características, como o número da peça, descrição, denominação, matéria-prima, definição, dimensão, técnica, localização na reserva técnica e, principalmente, a coleção, item de suma importância para se constatar a formação regular das coleções e das peças sem coleções pertencentes ao ICBS, Cid Collection e ao Edegar Cid Ferreira.

Figura 42 - Inventários realizado pelo MAE/USP acerca do acervo do ICBS, da Cid Collection e do acervo particular do Edegar Cid Ferreira. Fonte: Processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 43 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 44 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 45 - Inventário do acervo arqueológico brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Apenso nº 05, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

No Inventário do acervo arqueológico brasileiro do ICBS (Figuras 43 a 45), feito pelo MAE, como as páginas são numeradas, pode-se perceber que se tratam de 2.055 peças arqueológicas brasileiras, a considerar que foram inventariadas duas peças por folha em 1.028 páginas, exceto pela última página, que consta de uma peça apenas, como se denota da imagem. Sendo a maioria das peças classificadas nas coleções Luis Otávio, Graciete e Santarém, além das desconhecidas e de outras sem classificação alguma.

Figura 46 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 1, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 47 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 1, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 48 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 1, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 49 - Inventário do acervo cerâmico etnográfico do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 1, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

O Anexo 1 do Apenso 7 do processo criminal federal em análise traz 26 páginas, conforme mostram as Figuras 46 e 49 na página anterior, sendo 3 peças por página, somando um total de 78 peças etnográficas brasileiras, em sua maioria vasos e tigelas da coleção originárias de Castelo dos Sonhos ou de procedência desconhecida. Nenhuma peça é regularizada.

Figura 50 - Inventário do acervo arqueológico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 2, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 51 - Inventário do acervo arqueológico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 2, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Nas imagens do Anexo 2, Figuras 50 e 51 acima, há apenas uma página com três objetos, sendo um vaso peruano/andino, uma vasilha e uma tigela, todos com origem de coleção desconhecida. Por serem peças estrangeiras, caberia o retorno delas aos seus países de origem, se por eles fossem requeridas, já que não tem nº de tombo e, portanto, não são regularizadas, presumindo-se aquisição ilícita.

Figura 52 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 3, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 53 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 3, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 54 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 3, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Figura 55 - Inventário do acervo etnográfico não-brasileiro do ICBS feito pelo MAE/USP. Fonte: Anexo 3, do Apenso nº 07, do processo criminal federal nº 2005.61.81.900396-6.

Quanto ao Anexo 3, referente ao acervo etnográfico não-brasileiro, Figuras 53 a 56 acima, é constituído por 7 peças, sendo 5 cabeças Jivaros com origem de coleção desconhecida, 1 crânio e uma mandíbula, ambos também de origem desconhecida. Da mesma maneira que as peças do Anexo 2, essas poderiam ser retornadas ao seu país de origem, caso eles se manifestassem a respeito da recuperação e, sobretudo, se essa aquisição se deu de forma ilícita, a considerar a não regularização das peças, bem como se elas constam do banco de obras desaparecidas dos referidos países, de acordo com o apresentado no Capítulo 1.

Entretanto, conforme discutido no Capítulo 1, se algumas das peças se referirem ao adquirente de boa-fé, ele se manterá na posse dos bens, se não foi possível saber, por meio de diligências, se a procedência das obras foi ilícita, de acordo com o direito interno de cada país a ter as obras retornadas, restituídas ou repatriadas, independentemente de se *common law* ou da *civil law*.

Ainda, o jornal “Estado de São Paulo”, na edição de 29 de abril de 2005, noticiou o desaparecimento de 38 (trinta e oito) peças, avaliadas em US\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de dólares), pertencentes ao acervo da *Cid Collection*. Além disso, narrou que os levantamentos elaborados pela Justiça e pelos Museus recebedores dos acervos, não coincidiam com os registros dos arquivos apreendidos no extinto Banco Santos S/A.⁶⁹

Além disso, consta, no processo, a perícia judicial realizada pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves, referente ao processo nº 0830457-36.2010.8.26.0000, que aduz que a realização de escavações particulares não autorizadas viola os princípios basilares da pesquisa, atentando ao valor científico dos objetos obtidos⁷⁰ e, como o Estado brasileiro não tem condições de posse nem de salvaguarda de todas as coleções arqueológicas, delega-se-as, por meio de portarias do IPHAN, a instituições públicas ou privadas, como ocorreu no caso da *Cid Collection*, com a criação do ICBS.⁷¹

Todo esse conjunto de informações aponta para a inexatidão que é a constituição do acervo pertencente ao extinto ICBS, à *Cid Collection* e à coleção particular do Edemar Cid Ferreira, responsável por todas elas.

⁶⁹ Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050429-40736-nac-1-pri-a1-not> > Acesso em : Fev. 2015.

⁷⁰ Dispõe Lei 3.924/61, artigo 8º.

⁷¹ Perícia judicial do processo nº 0830457-36.2010.8.26.0000, p. 7.

3.3 Divergências em torno da constituição do acervo e a normativa internacional e nacional do tráfico ilícito do patrimônio cultural arqueológico

Com os objetivos de proteção e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro por meio do combate ao vandalismo, ao roubo, ao furto, ao comércio ilegal e a qualquer outro meio de deterioração dos sítios arqueológicos, principalmente contra o tráfico ilícito, faz-se uma interpretação da constituição do acervo arqueológico do ICBS à luz das normativas internacionais e nacionais do tráfico ilícito do patrimônio cultural arqueológico, visto que são objetos de alta relevância científica.

O acervo teve início com a Portaria nº 228/2002, que regularizou a situação de 765 bens arqueológicos de descobertas fortuitos, que estariam sob a posse do ICBS, com o fim de salvaguarda e difusão científica deles, sob a condição de o Instituto contar com uma equipe especializada para conservação e restauração, para possibilitar o acesso ao público em geral. Entretanto, esses bens achados nem sequer foram comunicados ao IPHAN por seus descobridores, conforme prevê o art. 17 e 18 da Lei 3.924/61, já que a posse e a salvaguarda dos bens arqueológicos desde sua origem, é direito imanente do Estado.

Após a data da edição da referida Portaria nº 228/2002, ao que tudo indica, o ICBS adquiriu sem regularização da guarda, mais peças arqueológicas e outras etnográficas, nacionais e estrangeiras, incorporando-as ao acervo nos anos de 2003 e 2004 sem o conhecimento do IPHAN. Ademais, os peritos nomeados pelo juízo federal, o ICBS, o IPHAN e o MAE, realizaram inventários de arrolamento das peças e, em todos, houve uma discrepância no conjunto total, somando ainda aos líticos e fragmentos.

Por exemplo, o ICBS em relatório enviado ao IPHAN, em 2004, apresentou um inventário com 324 peças selecionadas para figurar em mostras nacionais e internacionais, e a aquisição de novas coleções não é mencionada ou sua regularização solicitada ao IPHAN pelo Instituto.

O inventário realizado pelo IPHAN organiza o acervo em tabelas e traz cerca de 2.127 peças pertencentes ao ICBS, compondo as coleções regularizadas pela Portaria nº 228/2002, novas coleções e peças sem identificação de coleção que foram incorporadas ao acervo, estas últimas, sem notificação ao órgão responsável, portanto estão irregulares.

A contagem atual das peças arqueológicas e etnográficas brasileiras é de aproximadamente 2.140, de acordo com o último inventário realizado no Processo Federal, após a transferência dos bens para o MAE/USP, englobando peças nacionais e internacionais. Todas foram sequestradas da reserva técnica do ICBS, da *Cid Collection* e da coleção particular de Edemar Cid Ferreira e depositadas no museu.

Os bens arqueológicos são de propriedade da União, conforme art. 20, X, da CF/88, passando a contar com a sua proteção na forma dos artigos 4, 5, 6, 7 e 27 da Lei nº 3.924/61.

Os bens são de propriedade pública, com proteção constitucional e infra-constitucional. Não há a necessidade de submissão dos bens arqueológicos a um instrumento protetivo específico (como o tombamento, registro dentre outros) e, para realização de pesquisas e escavações arqueológicas, independentemente se para particulares ou se para o Poder Público, é preciso solicitar permissão ou autorização ao IPHAN. Além disso, há previsão de responsabilidade civil, administrativa e penal para o causador de dano ao patrimônio arqueológico, proibição de aproveitamento econômico, de destruição ou mutilação de sítio arqueológico antes de serem pesquisados, segundo o explanado no Capítulo 2.

Nesse entendimento, tanto os bens tombados, conforme o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 25/37, quanto os bens arqueológicos e etnológicos estão sob a proteção federal, por meio do IPHAN. Cabe, dessa maneira, a este Instituto Patrimonial, decidir acerca da destinação final das peças, inclusive quanto à atribuição de sua guarda, tudo em estrita observância aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.⁷²

Segundo o arqueólogo do IPHAN Rossano Bastos e a pesquisadora Marise Souza (2011, p. 11):

as descobertas ao acaso encontram igual proteção do Estado e acentuam que a posse e a salvaguarda dos bens arqueológicos não poderão ser das pessoas, mas sim de todos, na figura do Estado. Qualquer outra forma de guarda dos bens arqueológicos deve ser obrigatoriamente designada através de portaria específica editada pelo IPHAN para esse fim. Os bens arqueológicos a serem descobertos em princípio já estão protegidos pelo poder público e constituem direito imanente ao Estado. Não é permitida e autorizada sob qualquer pretexto a comercialização de bens culturais arqueológicos no país.

⁷² Ofício nº 319/2005 - PROER/IPHAN/RJ dos Autos nº 2005.61.81.900396-6.

De acordo com a lei das Contravenções Penais, é vetado o comércio de peças arqueológicas, independentemente da forma, legal ou não, para fins de constituição de acervos, prática delitiva defesa também na lei 3924/61. A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, determina o acesso da sociedade ao patrimônio cultural, e a eventual venda de bens arqueológicos do ICBS, da *Cid Collection* e da coleção particular de Edemar Cid Ferreira, impediria tal acesso.

Segundo Inês Virgínia Prado Soares (2009), a Constituição Federal atual faz referência ao patrimônio arqueológico em seus dispositivos e deixa transparecer a natureza difusa desses bens, com a indicação de que o Poder Público deve atuar na sua proteção, proporcionando à sociedade o acesso aos mesmos. Por isso, leiloar as peças arqueológicas nacionais e não devolvê-las ao seu local de origem, independentemente se adquiridas licitamente, a fim de honrar os credores do Banco Santos S/A, seria inconstitucional.

Em suma, são bens públicos de domínio nacional (art. 98, Código Civil) e de uso especial (art. 99, II, Código Civil), afetados para a pesquisa e produção de conhecimentos dos modos de vida passados para serem transmitidos às gerações futuras, visando à sadia qualidade de vida e ao não empobrecimento intelectual. (Capítulo 2)

Em relação às peças estrangeiras pertencentes ao acervo, essas poderiam ser alienadas, salvo se não tombadas, conforme o Decreto-lei nº 25/37 por trazerem uma identidade cultural com o país de localização.

As medidas de retorno ou restituição estão discriminadas na Convenção da UNESCO de 1970, analisada no Capítulo 1, e determinam que o Estado deve “proibir a importação de bens culturais roubados de um museu, de um monumento público civil ou religioso, ou de uma instituição similar no território de outro Estado-Parte”⁷³, e deve reparar o Estado lesado, vale dizer, deve restituir ao seu legítimo titular os bens culturais que entraram ilicitamente em seu território⁷⁴.

Tal dispositivo contempla somente os bens culturais roubados e furtados, não compreendendo os sob posse de pessoas físicas, cabendo a Convenção de Unidroit de 1995 a prote-

⁷³ Artigo 7, alínea “b”, (i) da Convenção da UNESCO de 1970.

⁷⁴ Artigo 7, alínea “b”, (ii) da Convenção da UNESCO de 1970.

ção desses bens sob os mesmos ditames da Convenção da UNESCO de 1970, também examinada no Capítulo 1. No entanto, não houve previsão de outros atos ilícitos causadores da exportação ilícita, impossibilitando a importação ou a restituição do bem. Também não será restituído o bem que foi exportado ilicitamente e não for comprovado o título, como não fizer parte de algum inventário ou instituto semelhante de proteção.

Além disso, aquele que solicita a restituição por roubo ou exportação ilícita do bem cultural deve pagar justa compensação para o adquirente de boa-fé ou outrem que detenha a propriedade legal, comprovando a aquisição ilícita.

De acordo com o inventário realizado pelos peritos nomeados, existiam cerca de 16 peças arqueológicas e 13 etnográficas estrangeiras na residência de Edemar Cid Ferreira, nenhuma delas regularizadas ou com solicitação dos respectivos Estados para retornar ao seu país de origem devido a exportação ilícita, podendo todas elas serem leiloadas.

Para o trânsito internacional de obras culturais tombadas,⁷⁵ é necessária a autorização do IPHAN, conforme Portaria nº 262 do próprio instituto, pois tal prática é vedada. Das peças pertencentes ao ICBS e participantes da exposição “Brésil Indien”, realizada em Paris, houve apenas uma solicitação de autorização para saída delas do Brasil, como demonstrado nas Figuras 26 e 27. Caso contrário, incidiriam na Convenção da UNESCO de 1970 por exportação ilícita, salvo o caso de terem sido adquiridas de boa-fé, se não retornassem ao seu país de origem. No mais, cabe a indagação acerca da regularidade dessas peças e acerca do meio de aquisição, já que nada foi comunicado ao IPHAN nem sequer sobre serem achados fortuitos, como disposto na Lei 3.924/61. Além de o responsável pela transferência ilegal do bem responder em âmbito administrativo, civil e penal em território brasileiro.

A exposição “A Escrita da Memória”, registrou a propriedade de todas as peças exibidas como sendo da *Cid Collection* e, contrapondo tal informação, a reportagem da “Folha de São Paulo” de 17.10.2005 alegou a comercialização de objetos arqueológicos, atividade vedada pela Constituição de 1988 e pela Lei 3.924/61, sobretudo em casos de achados fortuitos.

Segundo o jornal Estado de São Paulo de abril de 2005 e o site Portal dos

⁷⁵ Lembrar que os bens arqueológicos são, desde sua origem, tombados, se considerar que eles são bens públicos, portanto inalienáveis e indisponíveis conforme art. 20, X, da CF/88.

Condomínios, a Embaixada do México solicitou a restituição de 4 peças Maias com saída irregular de seu país, ou seja, importadas ilicitamente. Aqui é nítido o cabimento de restituição das obras ao seu país de origem, em respeito aos acordos internacionais firmados pelo Brasil e pelo México, além de o adquirente responder em âmbito administrativo, civil e penal internamente, podendo responder por contrabando e descaminho, devido à importação ilegal de mercadoria, sem o devido recolhimento de tributos e, ainda, por danos materiais e morais, como já discutido no Capítulo 2.

No inventário do MAE, foram contadas 3 peças arqueológicas e 7 peças etnográficas estrangeiras de origem desconhecida, todas sem o nº de tombo, podendo ser restituídas ao país de origem se requeridas, caso a aquisição dessas tenha sido ilícita (Convenção de UNESCO de 1970, Capítulo 1), devido às suas irregularidades perante as normativas nacionais e, se não tombadas (Decreto-lei nº25/37, Capítulo 2), poderiam ser leiloadas para honrar os credores do Banco Santos S/A.

Ainda, o jornal “O Estado de São Paulo”, em edição de 29.04.2005, noticiou o desaparecimento de 38 peças do acervo do ICBS, avaliadas em U\$\$ 22.000.000,00. Os responsáveis poderiam incidir na Resolução nº 08 da COAF, sobre os procedimentos das pessoas físicas ou jurídicas que comercializem, importem, exportem ou intermediem a compra ou a venda de objetos de arte e antigüidades, em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não (art. 1º, *caput*), com o objetivo de prevenir e combater os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei nº 9.613/98, e no Decreto nº 2.799/998, como apreciado no Capítulo 2.

O retorno das peças do acervo aos seus locais de origem é fundamental e tem amparo legal, atendendo às diretrizes das cartas patrimoniais, que preconizam a permanência ou o retorno dos bens arqueológicos sempre que possível a seus locais de origem, salvo se este for o da localização do bem e se o adquirente for de boa-fé, se previsto no direito interno dos Estados-Parte, para que o conhecimento seja acessível às comunidades nas quais os sítios se localizam a fim de envolvê-las na preservação do patrimônio cultural arqueológico. Por fim, para que possam contribuir para a proteção dos sítios e das peças arqueológicas e etnográficas, inibindo o tráfico ilícito dos bens culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a normativa internacional e nacional sobre o tráfico ilícito do patrimônio cultural móvel tangível e sua aplicação à luz do que se refere ao acervo do Instituto Cultural Banco Santos (ICBS), de São Paulo, capital.

Para combater o tráfico ilícito do patrimônio cultural, foram criadas, em escala internacional: a Convenção de Haia de 1954, a Convenção da UNESCO de 1970 e a Convenção de Unidroit de 1995, como explicado no Capítulo 1. Entretanto, mais que isso, é importante o entendimento acerca do bem cultural como identidade cultural e memória dos povos e como forma de transmissão do conhecimento, visando à melhor qualidade de vida para as futuras gerações, no Direito Internacional de Cooperação para proteger essa gama de bens.

Em âmbito nacional, conforme o Capítulo 2, a Constituição Federal traz um tratamento diferenciado para os bens arqueológicos. Eles são identificados como bens da União, afetados para fins de pesquisas e de estudos científicos, indisponíveis e inalienáveis, corroborado pela Lei 3924/61, que trata especificamente do patrimônio arqueológico nacional, ao proibir sua comercialização.

Como exemplo disso, tem-se a formação do acervo arqueológico do ICBS, da Cid Collection e da coleção particular do Edemar Cid Ferreira, compostos por mais de 2.100 peças arqueológicas e etnológicas, tendo 765 obras regularizadas e o restante irregulares, algumas sem identificação da origem conforme os autos do processo criminal federal e da ação falimentar e de responsabilidade civil, ambas estaduais e todas de São Paulo.

Nesse sentido, tais disposições legais impossibilitam o leilão dos bens arqueológicos, como sugerido pelo interventor da massa falida do banco, de acordo com o exposto no Capítulo 3. Ademais, leiloar os bens arqueológicos é inconstitucional, contrário a qualquer normativa e entendimento apresentado na pesquisa.

As irregularidades atribuídas à formação do acervo arqueológico do ICBS, considerando as empresas ligadas ao Banco Santos S/A e os bens de propriedade do Sr. Edemar do Cid Ferreira, no momento do decreto da falência e do sequestro dos bens, demonstra um des-

cumprimento da legislação vigente, bem como da ausência de normativa adequada e, principalmente, de fiscalização a fim de coibir o tráfico ilícito de bens culturais.

Ademais, a descumprimento das medidas normativas e a carência de fiscalização, dificultam o retorno ou a restituição do patrimônio cultural a seu local de origem, prevalecendo sobre este o local de situação do bem, se ele ali foi inventariado ou tombado, salvo o caso da aquisição de boa-fé e dos bens públicos. Tudo de acordo com o direito interno do Brasil ou de qualquer outro Estado-parte, em respeito aos ditames legais internacionais firmados.

Apesar de toda normativa existente em âmbito internacional e das legislações nacionais para a proteção do patrimônio cultural, não há norma específica que trate do tráfico ilícito de bens culturais no Brasil e as que estão em vigor, podendo ser relacionados a tal prática, demonstram ser insuficientes e carecedoras de incremento e de maior fiscalização pelas autoridades competentes nacionais, principalmente com uma atuação mais significativa do IPHAN.

O patrimônio cultural não é bem renovável, uma vez deteriorado ou perdido, ele se extinguirá. Esse patrimônio tem uma história, uma origem e um conhecimento para ser interpretado, apreendido e apreciado. O patrimônio cultural arqueológico, com características especiais, tem proteção constitucional específica, devido ao seu elevado valor cultural para os povos.

Para a proteção dos bens culturais é necessário haver maior significação e importância, principalmente com o reconhecimento de pertencimento e participação das comunidades. O patrimônio cultural é parte da cultura nacional, repletos de conhecimentos e informações, a serem transmitidos para as gerações presentes e futuras a fim de proporcionar enriquecimento intelectual.

REFERÊNCIAS⁷⁶

ALBUQUERQUE, João Sousa de; DUARTE, Sofia Pinto Bastos. *A proteção dos bens culturais móveis contra furto e exportação ilícita*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito. Disponível em: <<http://culturaalex.com.sapo.pt/proteccaodosbens.pdf>> Acesso em: Fev. 2014.

AMARAL JR., Alberto do. *Coexistência, cooperação e solidariedade: a mudança da estrutura e da função do direito internacional público*. In: Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Atlas S.A.. 2ª Ed. 2011. p. 649-660.

APPOLINÁRIO, F. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas. 2009.

ASKERUD, Pernille. *La preservación Del tráfico ilícito de bienes culturales: um manual de La UNESCO para La implementación de La convención de 1970*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), 1999.

BASTOS, Rossano Lopes & SOUZA, Marise Campos de (organizadores). *Normas de gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: IPHAN. 2010.

BELLO, Andres. *Principios del Derecho Internacional*. Argentina: Editorial Atalaya, 1946 (reedição da obra publicada em 1832, 1844 e 1864). p. 397. Disponível em: <<http://biblioteca.org.ar/libros/71387.pdf>> Acesso em: Ago. 2013.

BO, João Batita Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO*. Brasília: UNESCO, 2003.

BLAKE, Janet. *On defining the cultural heritage*. In: The international and comparative law quarterly. vol. 49. 2000.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: Ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4845.htm> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei 4.845, 19 de novembro de 1965. Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4845.htm> Acesso em: Ago. 2013.

⁷⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BRASIL. Presidência da República. Lei 5.471, de 09 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em: <http://gpex.aduaneiras.com.br/gpex/gpex.dll/infobase/atos/lei/lei5471_68/lei5471_68.pdf> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens, de 1970. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jun. 1973. Seção 1, p. 5298 a 5300.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6024.htm> Acesso em: Fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 80.978, de 12 de Dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1977. Seção 1, p. 167897.

BRASIL. Presidência da República. Lei 7.347/85, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: Fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.137, 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-8137.html>> Acesso em: Abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.613/98, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104073/lei-de-lavagem-de-dinheiro-lei-9613-98>> Acesso em: Mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.166, de 14 de setembro de 1999. Promulga a Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, concluída em Roma, em 24 de junho de 1995. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar34-2000.pdf>> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Instrução Normativa SRF nº 188, de 06 de agosto de 2002. Relaciona países ou dependências com tributação favorecida ou oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2002/in1882002.htm>> Acesso em: Fev. 2014.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 228, de 04 de dezembro de 2002. Autoriza a guarda de 765 peças arqueológicas ao Instituto Cultural Banco Santos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 dez. 2002. Seção 1, nº 235.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN. 2004.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 132, de 19 de maio de 2005. Veda a saída do País de obras de arte e outros bens tombados sem a prévia autorização do IBPC. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/630544/dou-secao-1-31-05-2005-pg-9>> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei 6.514, 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm#art153> Acesso em: Ago. 2013.

BRASIL. Instituto Cultural Banco Santos. Parecer ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em apenso ao processo nº 01450.00764/2002-30, 04 de out. 2002.

BRASIL. Justiça Federal. Procedimento Criminal Diverso nº 2005.61.81.9003966. Ministério Público Federal requer o sequestro de bens de Edemar Cid Ferreira e busca e apreensão do documentos ou qualquer objeto que tenha relação com a prática de delitos previstos na Lei nº 7.492/86 e na Lei 9.613/98. 11 de fev. 2005.

BRASIL. Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação, Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (COPEDOC/DAF-IPHAN). Acervo arqueológico pré-histórico brasileiro sob a guarda do extinto Instituto Cultural Banco Santos. Informação Técnica nº 18/2005, RCPS/GERAQ/DEPAM, processo nº 01450.00764/2002-30. 19 de out. 2005.

BRASIL. São Paulo (capital). Perícia judicial do processo nº 0830457-36.2010.8.26.0000. 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ofício nº 335/006 – 9ª SR/IPHAN/SP.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de competência nº 76.740 – SP (2006/02/79583-9): STJ - RE nos EDcl no CC: 76740, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Publicação: DJe 29/04/2010.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PARECER TÉCNICO. A autarquia federal condicionou a guarda de 765 bens culturais arqueológicos a salvaguarda do Instituto Cultural Banco Santos. Parecer técnico 9ª SE/IPHAN/SP nº 132/2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. *El patrimonio cultural de Mexico y La construcción imaginaria de lo nacional*. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) *El patrimonio nacional de México*. México: FCE, CONACULTA, PP. 57-86, 1997.

_____. *Los usos sociales del patrimonio cultural*. AAVV. IAPH CUADERNOS. *Patrimonio...*, 1999, pp.16–33. Disponível em: <<http://www.methesis.fcs.ucr.ac.cr/blogs/abonilla/wp-content/uploads/2011/03/Garcia-Nestor.-Los-usos-sociales-del-patrimonio-cultural.pdf>> Acesso em: Ago. 2014.

CASTILLO RUIZ, J. ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? *PH Boletín Del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. XVI, Sevilla: IAPH, septiembre 1996.

CASTRIOTA, Leonardo Burci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2006.

CLEMENT, Etienne. *Some Recent Practical Experience in the Implementation of the 1954 Hague Convention*. In: *International Journal of Cultural Property*. Berlin, New-York. No. 1, Vol. 3. 2007.

CORREIA, Antonio de Ferrer. “A venda internacional de objetos de arte”. In: *Direito do Patrimônio Cultural*. Portugal: Instituto Nacional de Administração, 1996.

COSTA, Pires Tailson; DA ROCHA; Joceli Scremin. *A incidência da receptação e do tráfico ilícito de obras de arte no Brasil*. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Metodista de São Paulo. 2007. p. 263-282. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/525/523>> Acesso em: Ago. 2014.

DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; SÁ-SILVA, J. R. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I. Nº I. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> Acesso em: Jan. 2014.

DERANI, C. *Direito Ambiental Econômico*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

ESTADO DE SÃO PAULO. Notícias. São Paulo, em 29 de abril de 2005. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050429-40736-nac-1-pri-a1-not>> Acesso em: Fev. 2014.

FAVERO, Diego. *Lex rei sitae e traffico illecito di reperti archeologici*. Itália: Archeomafie. IV. 2012. Pág. 38-61.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio Século XXI*, cit.; Albert Dauzat, *Dictionnaire Étymologique*, Paris, Larousse, 1938, p. 540; William Morris (ed.), *The American Heritage Dictionary of the Language*, Nova York, American Heritage Publishing Co., 1970.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. *Patrimônio: discutindo conceitos*. In: Diálogos. Maringá, vol. 10. Nº 3. 2006. p. 79-88.

FINCHAM, Derek. *The Distinctiveness of Property and Heritage*. Penn State Law Review, Vol. 115, No. 3, 2011.

_____. *Fraud on Our Heritage: Towards a Rigorous Standard for the Good Faith Acquisition of Antiquities*. Syracuse Journal of International Law and Commerce, vol. 37, I 1. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1350649> Acesso em: Mar. 2014.

_____. *How Adopting the Lex Originis Rule Can Impede the Flow of Illicit Cultural Property*, 32 Colum. J.L. & Arts 111. 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Pará vende relíquias a turistas e coleções*. Notícias. São Paulo em 17 de out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1710200503.htm>> Acesso em: Ago. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. *USP teme perder obras de Edemar Cid Ferreira*. Notícias. São Paulo, em 20 de mai. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u568665.shtml>> Acesso em: Ago. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *'É praxe acusar Laéssio de todo e qualquer roubo', diz antigo advogado*. Notícias. São Paulo, em 21 de jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/01/1400461-e-praxe-acusar-laessio-de-todo-e-qualquer-roubo-diz-antigo-advogado.shtml>> Acesso em: Abr. 2014.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC: IPHAN. 1997.

FRAOUA, R. *Le trafic Illicite des Biens Culturels et Leur Restitution*. Suíça: Éditions Universitaires Fribourg Suisse. 1985.

GENTILI, A. *The Pleas of a Spanish Advocate (The Hispanica Advocationis Libre Duo)*. A translation of the text by Frank Frost Abbott; with an index of Authors prepared by Arthur Williams; and a List of Errata. In: James Brown Scott (ed.). *The Classics of International Law*. New York: Oxford University Press. 1921. V2. Disponível em: <<https://ia800500.us.archive.org/19/items/hispanicaadvoca02gentuoft/hispanicaadvoca02gentuoft.pdf>>. Acesso em: Ago. 2013.

GERSTENBLITH, Patty. *Identity and Cultural Property: The Protection of Cultural Property in United States*. EUA: 75 B. U. L. 1995.

GILLMAN, Derek. *The idea of cultural heritage*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Brasília: Caixa Econômica Federal, UNESCO. 1996.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra. 2003.

GREENFIELD, J. *The Return of Cultural Treasures*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

GROTIUS, Hugo. *Commentary on the Law of Prize and Booty*. Indianapolis: Liberty Fund. 2006. p. 632.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, F. *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Guíjon: Trea. 2002.

INTERPOL. *International Data*. Lyon, Disponível em: <<http://www.interpol.int/Crime-areas/Works-of-art/Works-of-art>> Acessado em: Ago. 2014.

JOTE, K. *International legal protection of cultural heritage*. Estocolmo: Jurisförlaget. 1994.

KUSHNIR, Beatriz. *Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio, a privatização dos acervos do cidadão*. Revista eletrônica do programa de pós-graduação em museologia e patrimônio. Unirio. Vol. II, Nº 1, jan/jun de 2009. p. 9-21. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>> Acesso em: Jan. 2014.

MADISON, James. *Property, in the mind of the founder: sources of the political thought*. Waltham: Brandeis. 1981. p. 506.

MILARÉ, E.; COSTA JÚNIOR, P.J. da. *Direito Penal Ambiental: comentários a lei 9.605/98*. Campinas/SP: Millennium Editora, 2002.

MUSEUS DO VATICANO: Roma. In: Arnaldo Mondadori (ed.). *Enciclopédia dos Museus*. Milão: CEAM/Companhia Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel. 1968.

NUNES, Pedro. *Dicionário de tecnologia jurídica*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Desaparecimento de 38 peças avaliadas em 22.000.000*. Notícias. São Paulo, em 29 de abr. 2005. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050429-40736-nac-1-pri-a1-not> > Acesso em: Fev. 2014.

O'KEEFE, Patrick J. *Commentary on the UNESCO 1970 Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*. Builth Wells: Institute of Art & Law. 2007. p. 232.

PARIS. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Declaração das Responsabilidades das Gerações Pressentes em relação as Gerações Futuras, 12 de novembro de 1997. Conferência Geral da UNESCO, 29ª sessão, Paris. Brasília, 1997.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. *Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal*. In: Direito do Patrimônio Cultural. Portugal: Instituto Nacional de Administração. 1996.

PIPES, Richard. *Property and freedom*. New York: Alfred A. Knopf. 1999.

PORTAL DOS CONDOMÍNIOS. *A memória preservada*. Notícias. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldoscondominios.com.br/culturaMemoriaSP.asp>>. Acesso em: Abr. 2015.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Direito internacional público e privado*. Salvador: Editora JusPodvim. 6ª ed. 2014.

PROTT, L.; O'KEEFE, P. J. *Cultural heritage or cultural property?* 1 Int'l J. Cultural Prop. 1992.

SANTOS, António Marques dos. *Projecto de Convenção do Unidroit sobre a restituição internacional dos bens culturais roubados ou ilicitamente exportados*. In: Direito do Patrimônio Cultural. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

SHAW, Malcolm N. *Direito Internacional*. São Paulo: Martins Fontes. 2014

SILVA, D.C.. *Lavagem de dinheiro: a moderna maquiavelística*. 2000. Disponível em: <http://www.prr5.mpf.gov.br/nucrim/boletim/2007_05/doutrina/doutrina_boletim_5_2007_lavagem_de_dinheiro.pdf> Acesso em: Ago. 2014.

SILVA, Fernando Fernandes da. *A prevenção e a repressão do tráfico ilícito dos bens culturais na Convenção da UNESCO (1970)*. 2003. 297 p. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

SOARES, Anauene Dias ; MARTINS, Jefferson . *Patrimônio cultural como dignidade cultural: declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras*. In: AUTUMN 2014/UNOESC INTERNATIONAL LEGAL SEMINAR/ BRASIL-ALEMANHA, 2014, Chapeco. Autumn 2014 Unoesc International Legal Seminar: Dignidade e proporcionalidade na Teoria de Robert Alexy. Joacaba: Editora Unoesc, 2014. v. 3. p. 1077-1090.

SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2009.

SOUSA, Wagner Mota Alves de. *A teoria dos atos próprios: da proibição do “venire contra factum proprio”*. Salvador: Jus Podivm. 2008.

SUIÇA. International Scientific Committee on Archeological Heritage Management (ICAHM), International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). Carta de Lausanne. Carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico. Suíça, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>> Acesso em: Ago. 2014.

VATTEL, Emer de. *The Law of Nations*. Indianapolis: Liberty Fund. 2008. p. 896.

VIASEG. *Fraudes - Caso Banco Santos pode encobrir sonegação e lavagem*. Notícias, São Paulo, 23 dez. 2004. Disponível em: <http://www.viaseg.com.br/noticia/3339-fraudes_caso_banco_santos_pode_encobrir_sonegacao_e_lavagem.html> Acesso em: Ago. 2014.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural*. In: Revista Patrimônio e Memória. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-16, Out. 2009.

_____. *São Paulo: Exercícios de esquecimento do passado*. Estudos Avançados. São Paulo, v. 25, n. 71, Abr. 2011.